

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

BRUNA CARICATI CAIO PROENÇA JULIANA KOCH

GUIANA FRANCESA

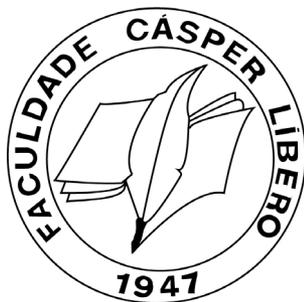
A vida dos brasileiros no vizinho europeu

*Trabalho de conclusão do curso
de Comunicação Social: Jornalismo, da
Faculdade Cásper Líbero*

Orientador: Prof^o Dr. Carlos Roberto da Costa,
professor da Faculdade Cásper Líbero

**SÃO PAULO / SP
2012**

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU



Título original:

Guiana Francesa –A vida dos brasileiros no vizinho europeu

Autores: Bruna Caricati, Caio Proença, Juliana Koch

Revisão: Daniel Messeder, Mariana Ledo

Ilustração de capa: “Garimpeiro”, Jurandi Assis

Arte-final da capa: Máira Tanaka

Projeto gráfico do miolo: Caio Proença, Camila Proença

1ª impressão, 2012

DÉPAYSEMENT

substantivo: do francês,
sensação de não pertencer àquele país;
de ser um estrangeiro, um imigrante.
Quando alguém é tirado de seu mundo
conhecido e colocado em outro.
Mudança de cenário.

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

Merci

“Nada há como começar para ver como é árduo concluir”, disse o romancista francês Victor Hugo. Essa frase define todo o nosso percurso até este momento. Sempre sentimos um frio na barriga ao iniciar uma fase, desde o primeiro dia de aula na escola, até o primeiro dia no emprego. Não sabemos o que irá se suceder. No entanto, sempre tivemos uma certeza: não estaríamos sozinhos. Por isso, novos e velhos amigos, professores e familiares foram muito importantes para a realização de mais uma fase. As pessoas responsáveis por essa etapa, certamente, lotariam um palco enorme para ouvir nossos aplausos sinceros de “muito obrigado”.

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer aos nossos pais, que sempre nos apoiaram e nos deram todas as condições para que nós realizássemos nossos sonhos, por mais inócuos ou perigosos fossem. Sem a compreensão e a ajuda deles, jamais teríamos seguido em frente e nos arriscado em um lugar que nos era totalmente desconhecido. A eles também dedicamos esse trabalho feito com tanto carinho e afinho. Este livro é fruto dos investimentos dos pais e gostaríamos de retribuir seus esforços com um projeto que os fizessem ter orgulho de nós. Eles e nossos irmãos nos ajudaram em diversos momentos, e de diversas formas, duran-

te o andamento da graduação, proporcionando-nos o conforto familiar tão caro ao nosso bem-estar e ao encaminhamento dos estudos.

Agradecemos também ao professor Carlos Roberto da Costa, nosso orientador, que forneceu dicas valiosas desde o início do projeto. Nos ensinou a fazer uma apuração excelente e nos indicou os caminhos para uma descrição rica. Sem os puxões de orelha, jamais chegaríamos ao resultado que buscávamos. Depois de cada reunião, saíamos mais empolgados e motivados a continuar, com a certeza de ter um assunto interessante em mãos.

Também queremos dizer obrigado aos amigos conquistados no Amapá e na Guiana Francesa – principalmente ao músico Venilton Leal, que conhecemos pela internet e nos acolheu em Macapá desde o primeiro momento com almoços e um tacacá de fim de tarde inesquecível. Esteve preocupado com a nossa segurança durante toda a viagem e fez questão de nos ajudar na ida e na volta. Já em Caiena, nosso principal companheiro foi o pastor Filipe Azevedo, que se dispôs a nos ajudar todos os dias em que estivemos na capital do Departamento Ultramarino Francês. Sem a companhia dele e de sua esposa Rúbia, nossa jornada teria sido muito mais difícil e menos colorida. Foi através dele que conhecemos mais da metade de nossos entrevistados, e foi ao seu lado que passamos alguns dos momentos mais divertidos. Somos muito gratos a essas três pessoas que entraram na nossa vida por acaso e foram muito solícitas e amigáveis. Passamos bons momentos ao lado delas. Agradecemos também aos amigos Camilla Ginesi e Fernando Mendes, que nos acompanharam até março e fizeram parte da idealização deste projeto.

QUEM, QUANDO, ONDE

Queríamos desvendar alguma região longínqua e pouco estudada. Estudantes do último ano de Comunicação Social: Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, fomos à internet, botamos o dedo no mapa da América do Sul na tela do computador. Com o Suriname de um lado, mas colado ao Amapá do outro, na pontinha do Brasil, encontramos uma região erma da qual nunca tínhamos ouvido muitas histórias. Na Guiana Francesa, um dos Departamentos Ultramarinos da França – uma espécie de província – e nosso vizinho, não sabíamos bem o que acontece. Quem vive lá? Como vivem? Pesquisando, notamos que o lugar é praticamente esquecido aqui no Brasil, ainda que encostado na primeira parte da expressão “do Oiapoque ao Chuí”. O pequeno território está isolado no fim do continente. Cheirava a uma terra cheia de histórias para contar, mas também um lugar misterioso e que inspirou o medo nos parentes de ex-colegas de grupo como nossa amiga Camilla Ginesi. Às vésperas da viagem, já de passagem marcada para Macapá e hotel pago em Caiena, o pai de Camilla chegou a ser levado ao hospital pelo nervosismo em ver sua filha de 21 anos a caminho dos extremos do País. Ela desistiu, mas nós três resolvemos levar a viagem adiante e nos surpreender.

Colônia da França até 1946, hoje, a Guiana Francesa, como foi dito, é um Departamento Ultramarino Francês (DUF). É considerada parte da União Europeia e, por isso, a moeda utilizada é o Euro. Atraídos por essa palavra e o valor que representa, muitos brasileiros atravessam a fronteira todos os anos em busca de uma vida melhor. Atualmente, grande parte da população local é formada por imigrantes. Brasil e Guiana compartilham uma História em curso. Vicente Yáñez Pinzón (o Pedro Álvares Cabral da Guiana) também desceu em terras guianenses em 1500, como aconteceu aqui no Brasil. Como aqui também, as terras eram habitadas por índios e, como aqui também, essas mesmas terras foram disputadas por britânicos, portugueses, holandeses e franceses – sendo que esses últimos se apoderaram dela e, desde então, mantêm um pedacinho do Velho Mundo na selva amazônica.

Para traçar um perfil desse território confuso, dividimos o livro em oito capítulos independentes. Na introdução, descrevemos, em primeira pessoa do plural, o trajeto que fizemos a partir de Macapá, onde pegamos o ônibus que nos levaria até o rio Oiapoque. De lá, seguimos de barco pelas águas escuras até o lado francês, em Saint-Georges de l'Oyapock, e continuamos com uma van que nos deixou no hotel, no centro da capital Caiena. O primeiro capítulo dá continuidade à jornada, uma vez que contamos nossa chegada à cidade e o que captamos do local nos primeiros momentos. Como são os imigrantes e, em linhas gerais, como foram nossas primeiras conversas e qual é situação dos brasileiros que vivem na Guiana Francesa.

No capítulo seguinte, quebramos o relato e, em terceira pessoa, contamos a história do Brasil versus Guiana Francesa. Falamos da chegada dos europeus ao planalto guianense, a disputa pelo Amapá e também pela Guiana Francesa. Citamos o pesadelo das *bagnes*, as cruéis prisões coloniais francesas na Guiana. Explicamos como começou a imigração brasileira, impulsionada pela construção do complexo espacial de Kourou e a busca pelo ouro onde, dizem, estaria localizada a cidade de Eldorado. Emendando, o terceiro capítulo se debruça sobre o fenômeno da violência no DUF. Policiais contra imigrantes e dos brasileiros contra seus próprios conterrâneos. A consulesa Ana Lélia Benincá Beltrame, que representa o País na Guiana Francesa, deixa claro que as diferenças entre brasileiros e franceses

são nítidas e explica como o processo de adaptação pode ser difícil.

Na sequência, relatamos as visitas que fizemos ao Hospital Municipal de Caiena, onde fomos buscar histórias de brasileiros acidentados no garimpo clandestino – e descobrimos um pouco sobre os verdadeiros motivos para eles insistirem na imigração ilegal para a DUF. Conhecemos uma grávida de 18 anos, um homem baleado no garimpo e outro que caiu em um buraco de dez metros. Também pudemos conversar com Lino, um paramédico filho de brasileiros, que transporta doentes e feridos entre St. Georges e Caiena.

No quinto capítulo, entram os perfis das mulheres corajosas que mudaram seus destinos no Brasil para construir uma vida no território ultramarino. Entre as personagens há casos de rapto, tentativa de sequestro e estupro quando emigraram ilegalmente. Destacamos a vida de Alda, uma moradora da favela da Matinha já deportada sete vezes; a empresária Francinete, cuja audácia a levou de um trabalho no garimpo a dona de um badalado restaurante; a jornalista Gisele, uma das únicas brasileiras na Universidade de Caiena; a camareira Cláudia, cujo casamento com um francês a ajudou a conhecer o mundo; e a garçonete Tatiane, divorciada de um violento marido também francês. Tratam-se de casos mais comuns do que os dos brasileiros bem-sucedidos no Departamento, aqueles que realmente melhoraram seus padrões de vida na Guiana Francesa, onde vemos um ângulo de Francinete; conhecemos Gilmar, gerente da maior churrascaria brasileira na região; o pastor e empresário Filipe; e o radialista Nonato Lima, que se diz “o cara” na Guiana Francesa.

Algumas dessas pessoas receberam ajuda do governo francês para se manter na Guiana Francesa. É o caso de Borrachinha, mestre de capoeira pernambucano que dá aulas em diversas escolas de Caiena, mas não vive somente do salário. No capítulo seis, explicamos como funciona o sistema de seguridade social, saúde, seguro desemprego e educação no Departamento. Hoje, o sistema ostenta um déficit problemático para o governo francês, já que muitos imigrantes se aproveitam para fraudar documentos, obter generosos benefícios e se acomodar no território sem um trabalho fixo. Também destacamos o caso de Joseane, uma mulher que descobriu um câncer em estágio avançado no garimpo e foi levada para Caiena, onde é tratada sem custo nenhum, e aprendemos que “o Brasil é uma sentença de morte”.

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

SUMÁRIO

Introdução – Além do Oiapoque	15
Capítulo 1 – Falamos português	21
Capítulo 2 – Florestas e foguetes	29
Capítulo 3 – O Brasil na bagagem	43
Capítulo 4 – Lápides de ouro	49
Capítulo 5 – As femmes do Norte	57
Capítulo 6 – Negócio da Guiana	83
Capítulo 7 – Ordem e progresso	95
Anexo: Fotografias	113
Bibliografia	119

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

INTRODUÇÃO

Além do Oiapoque

“Mesmo no banco dos réus, é sempre interessante ouvir falar de si mesmo”

Albert Camus (“O Estrangeiro”)

Nem sempre se fala português no Brasil.

– *Cent, cent!* – dizia a meia-dúzia de homens a nos cercar, enquanto saíamos do Fiat Uno de duas portas do nosso amigo-guia amapaense Venilton, que logo tomou a nossa frente, enfrentando os vendedores de passagem de ônibus.

Havíamos sido confundidos com gringos, provavelmente pela paulistana brancura de nossas pernas à mostra sob o calor úmido de Macapá.

– Aqui é brasileiro, tem essa não – avisava Venilton, em tom firme.

Desconcertados, eles foram timidamente abrindo espaço. Um deles foi atrás de nós até chegarmos ao balcão da Amazontour dentro da modesta e pequena rodoviária. Venilton trata de pedir nossas passagens para o Oiapoque.

– R\$ 75 – anuncia a atendente.

– Não, não, 65. Não vai ter comissão, tô comprando direto com você – ordena nosso amigo com ares de gente bem relacionada.

Às 17h daquele dia, embarcamos no ônibus com ar-condicionado em direção ao mais extremo norte do Brasil. Como último ato de tutela da nossa ida à Guiana Francesa, Venilton pediu ao motorista, amigo dele,

que cuidasse de nós. Talvez os vendedores desesperados da porta da rodoviária estivessem certos: naquele momento, éramos mesmo estrangeiros em nosso próprio País. Antes, tínhamos viajado cinco horas de avião de São Paulo até a única capital brasileira cortada pela linha do Equador.

Quem sai da capital do Amapá em direção ao Oiapoque, no extremo norte do Brasil, encara 576 km pela BR-156. É a única rota a ligar as duas cidades amapaenses. No caminho de quase 600 km da estrada que atravessa a reserva do Rio Ouro Preto – onde vivem 36 aldeias dos povos caripunas, galibi e palikur – só 360 km são asfaltados, tomando cerca de cinco horas de viagem. A via vai só até pouco antes de Calçoene, um povoado garimpeiro e escuro, onde vimos pela janela uma cena comum da floresta: pessoas armadas com facões amarrados em seus cintos. Já passava das 21h, mas os poucos homens que permaneciam em frente de casa àquela hora se aproximavam curiosos pelo cheiro de queimado que invadia a viela principal do povoado. Um problema mecânico ainda atrasaria nossa viagem em cerca de 40 minutos, mas o cheiro continuaria por mais seis horas até a fronteira.

O resto da estrada é de terra batida e não só passa no meio da floresta densa, como circunda penhascos na Serra Lombarda. Em dias sem chuva – e consequentemente sem atoleiro – essa viagem pode durar 11 horas. Mas se as condições climáticas não forem as melhores, a aventura chega a levar até 16 horas.

Quando passou da meia-noite e todos ficaram em silêncio, contemplamos o céu estrelado que aparecia e sumia no meio do teto de folhas que se forma em alguns trechos do caminho. Não era o tipo de céu ao qual estamos acostumados em São Paulo. As estrelas são numerosas e parecem estar próximas de tão brilhantes. O horizonte é bucólico, só com algumas casinhas iluminadas por lamparinas fracas, bem à beira da estrada, distantes pelo menos um quilômetro umas das outras, onde, de tempos em tempos, se vê placas da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ainda estava escuro quando acordamos com o ônibus estacionando na minúscula rodoviária do Oiapoque, cidade localizada a 15 minutos da margem francesa do rio que dá nome ao município de 20.500 mil habitantes e 22.625 km², aproximadamente a mesma extensão territorial do Estado

de Sergipe. Esperamos duas horas. O Sol não dava sinais, mas sabíamos que não demoraria muito para aparecer. Pegamos um táxi. A corrida nos custou R\$ 10 e 10 minutos.

Chegamos à margem do rio e a cena de Macapá se repetiu: descemos do carro e fomos imediatamente disputados por barqueiros se oferecendo para atravessar o rio em suas voadeiras, como são conhecidos os barquinhos motorizados em formato de canoa. Os preços variavam entre R\$ 10 e R\$ 15 ou € 5. O “porto” em questão não passa de uma palafita que se assemelha a um ponto de ônibus qualquer da periferia de São Paulo. Lá, todos os dias pela manhã, pessoas vendem café e bolo em banquinhas improvisadas. Curiosamente, essas banquinhas também são chamadas de “posto de troca avançado”. É ali que o viajante tem a última chance de trocar reais por euros antes de embarcar para a outra margem do rio que separa o Brasil e a Guiana Francesa.

Uma escada leva às catraias, outro nome dado a essas pequenas e precárias embarcações de madeira e lona. Elas ficam atracadas lado a lado, presas em troncos de madeira já gasta pela água. Com dificuldade, levamos as malas pesadas até a embarcação e nos sentamos desengonçados, deixando evidente que nunca havíamos feito aquilo. Nos 15 minutos seguintes, vimos o dia amanhecer sem timidez naquela paisagem tipicamente amazônica. A mata ciliar inundada pela cheia do rio de cor escura, o canto de diferentes espécies de pássaros, o cheiro forte de mato misturado com água e o ar de frescor formavam um cenário incomum para nós, estudantes da Avenida Paulista. Algo que conhecíamos apenas pelas repetitivas imagens que já vimos pela TV.

Todos os dias, centenas de pessoas migram para o lado francês, porém, para quem não tem visto, a preocupação e a apreensão são companheiros de viagem. O caminho mais comum dos imigrantes ilegais que saem do norte do Brasil em direção ao nosso vizinho europeu é outro: pelo mar – onde muitos barcos a remo se deixam levar pelas correntezas até o litoral da Guiana Francesa, geralmente nos arredores das cidades litorâneas de Caiena ou Kourou. Eles driblam as barreiras da *gendarmérie*, a polícia militar francesa, entranhando-se na floresta até chegarem e se instalarem em segurança nas cidades ou em abrigos na própria selva.

Atravessamos o rio que separa Brasil e França e chegamos a Saint-Georges, a primeira cidade depois do Oiapoque. Descemos da voadeira e pisamos em solo francês. Logo à vista, várias vans paradas à espera dos passageiros denunciam que o trajeto é mais comum do que imaginávamos. Negociamos uma viagem até Caiena com Hugo, um homem alto, negro, gordo, que usava óculos escuros e camisa aberta no peito exibindo um colar de ouro maciço. Disse que seria € 30 (R\$ 79) por cabeça, mas precisava de mais gente para completar o veículo e aconselhou que tomássemos café-da-manhã. Afinal, já passavam das sete horas da manhã e tínhamos virado a noite nos alimentando apenas de biscoitos, salgadinhos e água. Quando fizemos menção de pegar nossas malas, ele disse que podíamos deixar ali mesmo. Resolvemos arriscar.

Seguimos para a praça principal. As construções de madeira, com cercas branquinhas e baixinhas, e as ruas vazias davam a impressão de uma cidade fantasma. Entramos no primeiro bar que vimos, porém o café completo custava € 8 (ou R\$ 21). Voltamos para o carro sem comer um croissant sequer e Hugo avisou que iríamos partir. Depois de três horas, estaríamos em Caiena, capital da Guiana Francesa. A estrada que liga a cidade fronteiriça à capital é de primeiro mundo: bem asfaltada, sem buracos e com boa sinalização. O único problema são as curvas sinuosas intermináveis, que somadas à pressa do motorista, causavam náusea. Era impossível manter o equilíbrio.

Para entrar no Departamento Ultramarino Francês (DUF), como é chamado esse território quase que colonial, é preciso um visto – mesmo que a visita dure menos de três meses. Rigor maior do que é exigido para uma viagem turística à França, por exemplo. Em São Paulo, é necessário agendar uma entrevista e se dirigir ao 14º andar do número 1.842 da Avenida Paulista, endereço do consulado-geral francês na metrópole. O visto custa € 60 (cerca de R\$ 150), mais caro do que para outros departamentos franceses bem mais paradisíacos, como a ilha de Taiti, na Polinésia Francesa, para onde a solicitação de visita sai por R\$ 23,90. É obrigatório apresentar cópias e originais dos principais documentos brasileiros mais o passaporte, a última declaração de imposto de

renda, extratos bancários e um seguro consular, que garante seu resgate em casos de urgência, de € 3 mil (ou R\$ 8 mil). O passaporte é devolvido em até 15 dias úteis. Já no Amapá, um dos estados que mais “exporta” moradores para a Guiana (ao lado do Pará e do Maranhão) a burocracia toma só um dia desde que os governos dos dois países traçaram um acordo para permitir a circulação de pessoas entre o Oiapoque brasileiro e sua versão francesa em St. Georges.

Logo nos primeiros 15 minutos de viagem de van, fomos parados pela polícia rodoviária. Não tínhamos carimbado o passaporte, pois o posto da polícia imigratória só abriria às 8h, e Hugo garantia que poderíamos carimbar o documento quando chegássemos em Caiena. Informação equivocada. Tivemos que voltar ao posto policial e esperar o início do expediente mas, uma vez aberto o local, o processo foi simples e rápido. O responsável perguntou o que estávamos fazendo lá, viu que éramos estudantes, leu uma carta da faculdade explicando o motivo da nossa viagem, e desejou boa sorte. Hugo se mostrou amigável e nos fez muitas perguntas sobre o Brasil durante a jornada até Caiena. Disse que gostava de música brasileira e ligou o som no último volume. Seu MP3 estava repleto de tecnobregas dos mais variados. Na van, além de nós, havia mais um brasileiro e um garoto guianense de cabelos cuidadosamente trançados, ambos no banco mais ao fundo do carro. Em um determinado momento, Hugo quis saber se tínhamos um pendrive com músicas do Brasil. Ligamos o aparelho no carro e o motorista riu e dançou ao som de Gilberto Gil, Jorge Ben e Caetano Veloso. “Muito bom isso aí! Vou roubar esse MP3”, dizia num português com forte sotaque francês, bastante estranho aos nossos ouvidos, no entanto, completamente claro. Fomos parados pela polícia novamente. Conferiram nossos passaportes, agora carimbados, revistaram nossas malas e nos liberaram. Éramos tratados com muita simpatia pelos oficiais franceses, que até fizeram piadinhas: “Nossa, quanta coisas vocês estão traficando!” – diziam, em inglês, referindo-se a nossa bagagem que continha apenas roupas e biscoitos. Esperávamos uma reação mais hostil por sermos brasileiros, mas a cara feia estava reservada para os dois outros rapazes de aparência mais simples e cor de pele nada branca. Algum tempo depois, passamos pelo posto militar, última parada

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

policial da estrada. Perto dali, há um galpão de alumínio onde os imigrantes ilegais que entram pela floresta usam para esperar que algum carro com “coiotes” os busquem para seguir trajeto. Alguns soldados armados foram até nós para verificar, mais uma vez, nossa documentação. Fomos liberados de novo.

Hugo nos despertou e avisou que estávamos na capital. Ao abrir os olhos, não conseguimos captar de primeira a essência do lugar. Era confuso, feio, caótico. Avistamos o Central Hotel, que destoava da paisagem em meio a construções enferrujadas. Ali seria nossa redação e nossa casa pelos próximos 10 dias.

1

Falamos português

*“Esta terra não é inferno nem paraíso,
não é terra misteriosa nem paradoxal: é
simplesmente uma terra lastimavelmente
fraudada e saqueada”*

José Francisco de Araújo Lima
(“Amazônia: a Terra e o Homem”)

Já passava das dez da manhã de uma sexta-feira de março e Hugo continuava acelerando pelos subúrbios de Caiena com a mesma velocidade empregada nas estradas. Não eram poucas as vezes em que o motorista guianense freava bruscamente para permitir a travessia de pedestres alheios à nossa chegada triunfal na capital da Guiana Francesa. Chacoalhava a enferrujada van branca sobre uma ponte de concreto. Olhou para o lado e para baixo de seus mais de 1,80m sentados em frente ao volante e alertou em seu português de fronteira: “Não atravessem esse canal *le soir* [à noite]”.

Ele se referia ao canal Laussat. A região lembra as áreas atendidas pelos projetos da Macrodrenagem entre as avenidas Boaventura da Silva e Governador José Malcher, no centro de Belém do Pará. É tão sujo quanto aqueles canais e, assim como em Belém, se utilizou de paredes de concreto armadas nas margens do braço de rio para resolver os problemas de inundações comuns em áreas de crescimento urbano desordenado na Amazônia. Também é, como no Pará, um enclave de pobreza no coração de uma cidade que luta para conquistar o desenvolvimento. Hoje o Laussat divide a capital da Guiana Francesa de norte a sul. E não só geo-

graficamente. Separa, também, a parte mais rica da cidade dos subúrbios e guetos como a Matinha, bairro homônimo ao localizado na periferia de Belém. É lá que vive boa parte dos brasileiros de Caiena, num bairro de nome tão paraense quanto muito dos moradores ou a própria aparência suja e maltratada de subdesenvolvimento.

Já o Central Hotel tem uma localização mais óbvia. Fica no coração da cidade, três ruas depois da linha imaginária do canal. Felizmente, logo na entrada, o três estrelas da esquina das ruas Molé e Lieutenant Becker estampa, em letras maiúsculas e na mesma fonte Parisine do metrô parisiense sobre fundo azul o aviso: “Falamos português”. Loiro, baixinho e de olhos claros, William, o brasileiro da recepção do hotel, entregou um mapa de Caiena e as chaves dos quartos 102 e 103 – números que tivemos que decorar em francês para poder ter acesso às chaves na ausência dele.

O calor úmido e sufocante de 32°C convida a ficar no ar condicionado, permitindo admirar a decoração regionalista do interior do hotel com aranhas empalhadas e esculturas indígenas no saguão. Saímos para explorar a região. Dois quarteirões depois do hotel, as placas mudam de nome para President Monnervi, à medida que os passos se aproximam da multidão que toma o meio da rua estreita, localizada na parte velha da cidade. Ali é impossível não se surpreender com a diversidade étnica e de idiomas. Nem fugir da linha cruzada entre o reggae caribenho e o tecnobrega vindos de aparelhos de som distintos. Muito mais difícil é fazer com que um grupo de jovens tão brancos fale português e passe despercebido entre os tipos indígenas, negros e mulatos das ruas estreitas da capital guianense.

Bastaram alguns minutos admirando a geladeira de queijos franceses e discutindo sobre a variedade de cervejas internacionais do mercadinho Fafafa para sermos abordados com uma pergunta que se tornaria constante nas ruas de Caiena. Márcio “Thirion” se aproxima com seus óculos modernos e camisa social vermelha e pergunta se somos brasileiros, estranhando nossa cor de pele e as gírias paulistanas, em contraste com seus traços indígenas do rosto coberto de suor seco. O pastor evangélico toma nossos blocos de nota e se prontifica a escrever nomes e telefones de seus amigos na cidade. De quebra, também revela um aspecto comum em várias de nossas fontes na Guiana: ou é incrivelmente prestativo e

profundamente receptivo (como aponta o estereótipo do brasileiro), ou deseja ter uma espécie de controle da história. Não menciona, por exemplo, que seu sobrenome escrito entre aspas foi inventado para o registro de permanência em território francês. Parecia querer saber nossos passos, nos vigiar e nos pautar.

Uma rápida ida ao *chinoi* (como são conhecidos os mercadinhos asiáticos de Caiena) mais próximo foi suficiente para conseguir uma avalanche de impressões logo no primeiro dia. Sabíamos agora, por exemplo, que não é só para os brasileiros que a Guiana Francesa representa a esperança de uma vida melhor. Várias comunidades imigrantes se instalaram no Departamento Ultramarino desde a metade do século passado, mas algumas se destacam. Além dos brasileiros, que se apresentam ao primeiro som lusófono, há também uma grande quantidade de ingleses, como são chamados os imigrantes da outra Guiana, a inglesa.

Os moradores de Caiena costumam dizer que os ingleses são “os piores de todos”. Tachados de ladrões, estupradores e assassinos, os imigrantes da antiga Guiana Inglesa são uma das maiorias, ao lado de brasileiros, surinameses e haitianos. E o quebra-cabeça étnico da Guiana Francesa ainda tem espaço para grupos vindos de países como a República Dominicana, Venezuela, China, Camboja, Vietnã, Laos e até “franceses da metrópole”, isto é, de Paris ou Marselha. O ponto em comum entre os imigrantes é a busca pelo Euro e pelo padrão de vida de primeiro mundo em um território europeu situado no meio da América Latina. Mas também há um preconceito velado, falado baixinho ou inocentemente pelo canto da boca dos *créoles* e franceses, que se xingam disfarçadamente. *Casse-toi blanc de merde*.

A rua Molé é um retrato da presença asiática na Guiana Francesa, com pelo menos uma dezena de restaurantes chineses e vietnamitas a poucos quarteirões do bairro chinês de Village Chinois. Mas decidimos adiar essa experiência gastronômica por alguns dias, preferindo almoçar no La Marina. No restaurante de fachada azul, em frente ao Central Hotel, a culinária francesa se encontra com os peixes típicos da Amazônia em pratos como a pescada dourada ao molho de pimenta ou de maracujá. O local conta com quatro garçonetes brasileiras, entre elas a paraense Ta-

tiane da Silva Cavalcante. Após trocar telefones, Tati confirmou presença em um bar em frente à praça Les Palmistes no centro da cidade, naquela mesma noite, deixando claro que iria de carro. Apareceu pontualmente às 22h, de banho tomado, saia jeans, blusa listrada e rosto maquiado em seu Renault Clio de cor dourada e duvidosa. Nos levou para uma volta na “bola de natal” e parou no barzinho homônimo à praça em frente. Senta, bate papo e bebe algumas cervejas de fabricação belga ao lado de uma mesa de franceses que acompanham o grupo de jazz ao vivo – mas é interrompida para se lembrar do porquê tem uma relação de amor e ódio com a Guiana Francesa.

“Aqui, tudo que acontece é culpa de brasileiro” reclama Tati minutos antes de nossa conversa ser sequestrada pelos vizinhos de mesa. Franceses, Natalie, Jean-Claude, Dominique e Marcele se surpreendem com uma imagem um tanto incomum para quem mora na Guiana Francesa. Tatiane é a única negra na mesa. Talvez no restaurante. “Aqui tem muito preconceito. Tem gente que vem trabalhar pra ter uma vida digna. Mas aqui, se você tem filho, tem ajuda. Se é mãe solteira, eles ajudam. Se você não tem como pagar aluguel, tem ajuda. Por isso vem muito brasileiro. E tem muito preconceito por causa disso”, pondera reclamando dos vizinhos que aparentam estar de prontidão para salvar seus irmãos brancos da inconveniente situação social da mesa ao lado. Tati traduz, contrariada, as perguntas e respostas de Natalie Matellon até a gringa perceber o incômodo da ocasião. Auto-intitulada uma “cidadã do mundo”, ela nasceu em Toulouse e cresceu em lugares tão distintos quanto Madagascar ou a ilha de Guadalupe. Culpa do pai militar. Hoje, aos 45 anos, a loira alta e de bonitos olhos azuis mora na Guiana Francesa com os filhos, onde trabalha para a estatal de correios francesa. O ex-marido mora no Rio de Janeiro, mas é só num inglês inseguro que ela admite: “os brasileiros são mesmo um problema aqui”. Um problema que se arrasta até quase cinquenta anos atrás.

A primeira leva desses brasileiros começou a chegar à região em 1964, devido à instalação do Centro Espacial da Guiana (CSG), em Kourou, de onde foguetes e satélites de toda a União Europeia são lan-

çados, 60 km ao noroeste da capital guianense. Inicialmente, o governo francês apoiou a contratação de brasileiros para a construção deste audacioso complexo científico, pois era a mão-de-obra mais barata por perto. As ofertas circularam em anúncios estampados nos principais jornais das regiões Norte e Nordeste, em estados como Amapá, Pará, Amazonas e Maranhão – e especificavam um contrato de trabalho temporário, com data de início e término, alojamento e alimentação, além de um salário de acordo com as leis francesas. No entanto, mesmo sem o cumprimento de todas as promessas, o fato é que a oportunidade abriu portas para o início de uma intensa migração espontânea, cujas razões têm mais a ver com o Brasil do que com a própria França ou a Guiana.

Sem dúvida, o principal atrativo era o dinheiro, já que uma oferta em francos franceses (moeda que vigorava antes da adoção do Euro) chegava a ser até 600% superior ao salário em cruzeiros de um trabalhador da construção civil no Brasil. No entanto, o empurrãozinho decisivo certamente veio do desemprego e da fome sempre presentes em índices altos na região Norte. Quando o Centro Espacial ficou pronto, em 1968, alguns desses trabalhadores braçais foram promovidos a subempreiteiros das primeiras empresas contratantes. Porém, como muitos desses imigrantes não possuíam vistos de permanência, parte dessas empresas se beneficiaram da falta de perspectiva de seus funcionários. Assim, passaram a oferecer condições de trabalho piores e salários que não chegavam nem à metade do que era pago aos legalizados.

A segunda onda de imigração brasileira para a Guiana Francesa teve início na década de 1980, com a ascensão de outro tipo de atividade muito mais destrutiva: o garimpo. Apesar de a maioria desses acampamentos no meio da selva guianense serem irregulares, sabe-se que atraíram milhares de brasileiros que entraram ilegalmente no Departamento naquela época. Motivados pelo desejo de mudar de vida, essas pessoas não só abandonaram seus antigos serviços – seja em garimpos de um Brasil que vivia seu ápice na extração de pedras preciosas ou em atividades que iam do comércio e da pesca ao artesanato – como se dispuseram a um trabalho que, muitas vezes, se revelavam piores do que as oportunidades encontradas em sua terra natal. Hoje, segundo estimativas do governo francês, existem entre oito e

12 mil garimpos ilegais na Guiana Francesa.

Trata-se de um processo que evidencia a situação de *apartheid* vivida pelas regiões Norte e Nordeste do país. Foi diante de uma dramática situação financeira de suas famílias e povoados que muitos desses trabalhadores tomaram a decisão de buscar uma renda digna em território francês. No entanto, é raro essas pessoas avaliarem o real custo da jornada antes de entrar ilegalmente no DUF, e as histórias sobre planos frustrados de retornar ricos para o Brasil acabam se tornando uma constante nas conversas. Quando chega na Guiana Francesa, boa parte desses imigrantes de baixo nível socioeconômico e educacional se deparam com uma realidade bem mais complexa do que o sonho de ganhar em Euro ou Franco: o custo de vida de um lugar que, pelo menos oficialmente, vive no chamado Primeiro Mundo. Todo produto que chega na Guiana vem importado exclusivamente da França. Em média, os preços chegam a ser 30% mais caros do que na capital francesa. Diante disso, não apenas essas forças de trabalho aceitam condições de vida até inferiores às que tinham no Brasil como se veem obrigadas a topiar jornadas de até três turnos e 16 horas diárias em uma situação que poderia ser facilmente enquadrada como crime de condição análoga a escravidão pelo artigo 149 do Código Penal brasileiro.

O surpreendente é que, apesar de todas as dificuldades, o plano de retorno ao Brasil costuma ser descartado. Há um farol no meio do mar de incertezas que cerca a vida dos brasileiros ilegais na Guiana Francesa. Ele atende por Estado do Bem-Estar Social, que oferece benefícios nunca imaginados pelas populações de regiões do interior do Amapá ou do Pará, como um atendimento de qualidade nos hospitais do Departamento. Por causa disso, o perfil desses imigrantes pouco mudou de 1964 para cá. Geralmente são homens, de origem rural, da região norte do país, com baixa escolaridade e, às vezes, até analfabetos – cujas trajetórias são comumente seguidas pelos filhos na construção civil, no garimpo ou no apoio da Seguridade Social para complementar seus “bicos”. São pais de família, com idades entre 30 e 45 anos, que não falam francês e não possuem qualificação profissional.

A diferença mais notável entre esses fluxos migratórios só começou a aparecer em meados dos anos 1970, quando o ciclo do garimpo passou

a atrair a presença de mulheres brasileiras. Em geral, a maioria dessas moças migrava para acompanhar seus maridos. Hoje, elas trabalham como atendentes de lojas, manicures, garçonetes, babá e diaristas, para ajudar na renda de suas famílias no Brasil. Embora estatisticamente os homens continuem sendo os principais aventureiros brasileiros na Guiana Francesa, várias mulheres solteiras têm arriscado a vida em travessias ilegais que não miram somente os bolsões de violência dos garimpos na mata fechada, mas também as densamente povoadas Caiena ou Kourou. Basta dar uma volta pela noite da capital e ir até a frente do Dominó, bar brasileiro em uma região pouco amistosa do centro da capital. Garotas de programa e mulheres que dizem, abertamente, estar à procura de “um marido francês” se encostam nos carros luxuosos para os padrões brasileiros, enquanto dançam o tecnobrega com um copo de cuba libre ou cerveja nas mãos. Para essas mulheres, a noite de farra nada mais é do que uma jornada de trabalho em busca da guinada que suas vidas aguardam – o que, de preferência, vem pelos braços de um funcionário público francês.

Além de representar uma potencial melhoria na situação financeira, para muitas dessas moças um namorado da metrópole (de preferência parisiense) é também uma oportunidade de se garantir como membro legal da sociedade francesa. A maioria desses funcionários públicos da França em terras guianenses é de burocratas estatais, alocados temporariamente e, por isso, com salários altos e um bônus por trabalhar onde virtualmente nenhum francês quer. O casamento com um deles garante uma espécie de cartão verde que facilita o caminho até os benefícios do governo. Outra porta de entrada para essas moças é quando ocorre o inverso: caça encontra o caçador. Em períodos como o Carnaval, é comum que agências de turismo francesas estimulem homens solteiros a buscar “fortes emoções” em Macapá, o que às vezes termina com uma menina subindo de vida na periferia da capital mais ao norte do Brasil. Nem sempre é por amor. Na verdade, em grande parte das vezes, fisgar um homem francês é um projeto de ascensão, um bom negócio.

Enfim, a Guiana Francesa aparece nos sonhos das populações do Norte do Brasil como uma oportunidade de mudança. É vista como a esperança de uma condição de vida melhor, de riqueza, po-

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

der aquisitivo, de um Poder Público presente e até de um amor. Mas também tem sua própria história de pesadelo, exílio e disputas que se encontram com o passado do nosso país.

2

Florestas e foguetes

“A história não passa de um quadro dos crimes e dos infortúnios”
Voltaire (“O Ingênuo”)

Guiana Francesa e Amapá já foram um só território. Em 1627, quando a Espanha passou a dominar os territórios portugueses graças a uma intrincada linha de sucessão no trono de Portugal, a Capitania do Maranhão enviou o explorador português Bento Maciel Parente à Espanha para alertar sobre a necessidade de estabelecer uma colonização real no delta do rio Amazonas. Desde aquela época a região havia se tornado alvo de intensas disputas entre a Coroa Espanhola e invasores franceses e holandeses que desrespeitavam o já enfraquecido Tratado de Tordesilhas (a determinação papal que dividia as Américas entre Espanha e Portugal). Dez anos depois da visita, no dia 14 de julho de 1637, o rei Felipe IV da Espanha ordenou a criação da Capitania Cabo do Norte. Inadvertidamente, também deu carta branca para que os colonizadores portugueses povoassem porções de terra de direito espanhol, como o Amapá. A região ficou conhecida como Província dos Tucujus, e abrangia os atuais estados do Pará, Maranhão, parte do Amapá e as Guianas. Os esforços de Parente foram recompensados com uma nomeação a Governador e Capitão Geral do Maranhão. Só que, após a morte do militar e de todos os seus herdeiros, a Coroa Portuguesa (já livre do domínio espanhol) anexou a

região à Capitania do Grão-Pará. Os limites das fronteiras amazônicas ficaram ainda mais confusos, e a presença dos invasores franceses e holandeses ganhou força no extremo Norte.

Embora os portugueses já povoassem timidamente parte da região após a fundação de Belém do Pará e São Luís do Maranhão (em 1616 e 1621, respectivamente), tanto o Amapá quanto as Guianas permaneciam, a grosso modo, inexplorados – o que certamente incentivou a investida de outras nações. É nesse contexto que se dá a fundação das vilas de Caiena e Kourou, abrindo caminho para sucessivas investidas dos franceses em direção às porções mais inóspitas do futuro Brasil. A selva guianense sempre foi conhecida pela abundância de riquezas naturais, em especial de ouro, e é casa de lendas como a da cidade Inca de Eldorado. Uma das muitas versões do mito afirma que uma cidade dourada permanece perdida até os dias de hoje no meio do planalto guianense que, geograficamente, engloba parte do Amapá.

Portugal e França só chegaram ao primeiro esboço de um acordo de fronteiras em 1700. Como ainda não havia um entendimento definitivo sobre os limites territoriais de cada colônia, o Tratado Provisional determinou que franceses e portugueses poderiam circular livremente pela região, mas sem construir assentamentos fixos. De um lado, Paris teve reconhecido seu domínio sobre o território da atual Guiana Francesa. Do outro, Lisboa abriu mão de parte de suas terras para tentar se livrar de uma disputa e concentrar as atenções nos engenhos do Nordeste e nas reservas de ouro e prata de Minas Gerais.

Apesar da presença francesa ter permanecido superior a dos portugueses na região do Contestado (a porção norte do atual Estado do Amapá), Portugal tinha ao seu lado a força política da maior potência da Era Moderna. Após uma série de negociações, o Império Britânico articulou um tratado de fronteiras a fim de favorecer seus aliados portugueses. Em 1713, Londres agiu pelas costas de seus tradicionais rivais franceses e assinou o Tratado de Utrecht, que definiu o rio Oiapoque como a primeira fronteira formal entre as colônias, além de reconhecer os territórios da atual Guiana e Suriname como posses da Holanda.

No entanto, a atuação britânica não intimidou os exploradores

franceses, que continuavam a investir em direção ao rio Amazonas. As invasões estrangeiras eram facilitadas pela situação de abandono da região essencialmente despovoada. Já no século XVII, a descoberta de jazidas de ouro na região de Calçoene desencadeou uma imigração significativa que só reforçou a influência francesa nos costumes e no idioma local. A resistência era, na maioria das vezes, nula, e a postura de Portugal só mudou a partir da ascensão de Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, ao posto de secretário de Estado do rei Dom José, em 1750. O super-ministro português é visto como uma das figuras centrais na construção do território do Brasil – e, apesar não ter visitado a colônia nenhuma vez sequer, teve uma atuação definitiva no desenvolvimento da porção amazônica do Império ao levantar a uma corrida para povoar e garantir o domínio da região. É nessa época que Macapá é fundada, com a construção da Fortaleza de São José de Macapá (em 1758) e os primeiros passos para a militarização que o Norte viveria nos próximos séculos.

Finalmente, em 1804, Portugal reanexou a Guiana Francesa, numa resposta direta à invasão de Lisboa pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Mas o feito mais notável da investida portuguesa acabou sendo o roubo espécies de plantas raras do Jardim Botânico de Caiena. Os espécimes seguiram para o Horto Botânico do Pará, o atual Bosque Rodrigues Alves localizado no único bairro planejado de Belém, o Marco – cujo projeto urbanístico tem uma curiosa inspiração francesa. O roubo em si não era novidade para a Coroa Portuguesa. O principal produto de exportação do Brasil durante o século XVIII, por exemplo, já havia chegado pela primeira vez ao País escondido nos porões de uma nau vinda justamente da colônia francesa, para onde o militar luso-brasileiro Francisco de Mello Palheta havia sido enviado com uma missão dupla durante o século XVII. A primeira e oficial era apresentar uma inútil exigência para que os franceses respeitassem a fronteira do rio Oiapoque. A segunda era seduzir a esposa do governador de Caiena e conseguir algumas sementes de café para semear em Belém. O resultado disso é que, na segunda metade do século XIX, o “ouro verde” já correspondia a 70% de todas as exportações brasileiras e se espalhava do Pará e Maranhão até Bahia, Rio de Janeiro e se alastrando para o Vale do Paraíba, chegando finalmente ao

oeste do Paraná nos anos 1930, pode-se dizer que a Guiana Francesa teve um papel importante para a História da economia do País. Mas não vice-versa. Com a derrota das tropas de Napoleão em 1815, Portugal devolveu Caiena ao domínio francês de maneira quase intocada. Mesmo após 14 anos, a exploração do minério continuava nas mãos de franceses. Só no primeiro semestre de 1894, eles extraíram cerca de 9 milhões de francos em ouro de Calçoene – onde, mesmo fora da antiga porção francesa do continente, o minério era mais conhecido como *couleur* (“colorido”) pelas populações nativas. Perto do aniversário de 150 anos da fundação de Macapá, os conflitos não apenas não haviam cessado, como se intensificaram no atual Amapá. O dinheiro atraiu a atenção da Velha República, que estimulou a criação de grupos paramilitares para combater a invasão francesa na região do Triunvirato – como ficou conhecido o governo brasileiro do Contestado. Em 1895, a prisão do comandante francês Lunier foi estopim de uma guerra anunciada, na qual as principais vítimas foram os moradores dos vilarejos garimpeiros. O derramamento de sangue só terminou com o Laudo de Berna, que, em 1900, redefiniu o rio Oiapoque como o limite entre Brasil e colônia francesa.

Mesmo assim, a ponta norte do Brasil continuou esquecida pela administração do País. O Amapá não viveu, por exemplo, o ciclo da borracha, responsável pelo desenvolvimento de cidades como Belém e Manaus. Nestas cidades, a exploração dos seringais fomentou o crescimento de uma elite intelectual que arquitetou prédios históricos como o Theatro da Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, na capital amazonense. Ambos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Macapá, em contrapartida, não possui um centro histórico ou prédios grandiosos. O território amapaense como um todo permaneceu invisível aos olhos da Velha República, que optou uma solução instrumental para tentar solucionar os conflitos e cortar o mal pela raiz: proibir a extração de ouro na região.

Duas décadas depois, alguns jornais de ideal nacionalista como *O Paiz*, do Rio de Janeiro, e *O Estado do Pará*, de Belém, noticiavam novas invasões francesas na região. O território do Contestado havia se tornado um cenário de Velho Oeste, com traficantes de ambos os países se apro-

veitando da situação de abandono para ocupar as vilas e contrabandear o ouro. Essa realidade só começou a mudar a partir de 1920, através da atuação do senador paraense Julio Chermont, um político que se encaixava no perfil coronelista do governo do Brasil na época. Dono do mesmo O Estado do Pará e maior proprietário de terras do Oiapoque, Chermont viu no Amapá uma oportunidade para aumentar sua área de influência e orquestrou uma petição pública para a criação de uma Comissão Colonizadora na região. Após uma Representação Pública contendo as assinaturas da população do Amapá, uma emenda sugerindo a construção de vilas oficiais no Extremo Norte chegou ao presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Mesmo vinda de intenções pouco nobres, a ideia era engenhosa. Chermont planejava deslocar algumas centenas de migrantes nordestinos atingidos pela seca e assentá-los na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa para aumentar a influência brasileira na região. É aí que o presidente Pessoa, pressionado pelo senador, jornais e pela população amapaense, determina a fundação da vila de Clevelândia do Norte – 20 km acima do rio onde, hoje, se situa a cidade de Oiapoque.

Fundada em 1922, a vila de Clevelândia do Norte atendeu ao projeto de assentamentos rurais por apenas dois anos, antes de se tornar, dentro do Brasil, um pedacinho do que era a Guiana Francesa tempos antes. Em 1924, a cidade passou a funcionar como um campo de concentração para prisioneiros políticos do presidente Arthur Bernardes. O governo enfrentava um levante dentro das hierarquias militares, o que levou o Brasil a um Estado de Exceção e a criação do Delegacia de Ordem e Política Social (Dops), um dos pilares da repressão da ditadura militar de quatro décadas mais tarde. Além disso, Bernardes se aproveitou de uma conjuntura internacional de luta contra o comunismo para justificar a criação da prisão. Os perseguidos políticos, presos em navios ancorados na costa do Rio de Janeiro desde 1920, começaram a chegar em 1924. A prisão foi fechada em 1926, mas àquela altura, as condições de vida no fim (ou início) do Brasil já tinha matado 491 dos 976 presos que passaram por lá – quase metade. Outros 262 (ou 28% dos condenados) conseguiram fugir contanto histórias que fizeram a Sibéria brasileira ficar conhecida como Inferno Verde.

Do lado francês as coisas eram ainda mais feias. Demorou alguns séculos, mas a prisão de Clevelândia do Norte somente reproduziu (e de maneira ainda encabulada) a realidade de terror pela qual a Guiana Francesa se tornou famosa. Hoje, o país é lembrado mais como o cenário de *Papillon*, protagonizado pelo “King of the Cool”, Steve McQueen. A adaptação do livro homônimo do ex-prisioneiro Henri Charrière mostra o ator americano correndo pela floresta amazônica numa fuga desesperada da Ilha do Diabo, uma das principais prisões da antiga colônia penal. Contudo, a imagem pasteurizada de um só lado da história apenas contribui para envolver a Guiana Francesa em um imaginário distante, exótico e cheio de mistério.

Descoberta pelo navegador espanhol Vicente Pizón em algum momento entre 1499 e 1500, a Guiana Francesa já era alvo de disputas entre as principais potências coloniais mesmo antes da fundação de Caiena pelos franceses, em 1637. A cidade se tornou o maior porto da porção mais ao norte da América do Sul, situado entre a América Central e as principais portas de entrada da Amazônia via Belém e São Luís, mas só atraiu alguns tímidos investimentos da metrópole com o envio de escravos para a criação de plantações de café e cana-de-açúcar. Contudo, a descoberta de ouro na região abriu os olhos dos exploradores, ainda que a maioria atuasse de maneira independente nos territórios de selva que iam do planalto guianense até a mata fechada, em direção ao rio Amazonas e ao atual Amapá – conhecido nos mapas da época como Guiana Portuguesa.

Parte do fracasso francês em colonizar as Guianas pode ser atribuído à resistência indígena. Documentos oficiais contam que já em 1648 não restavam mais do que 25 dos cerca de 1600 colonos que fundaram Caiena. A maioria foi massacrada pelas tribos locais, e o restante da expedição sofreu com doenças tropicais como a febre amarela e a malária, que continuariam a habitar o imaginário dos franceses quando mencionado o nome Guiana. Em 1656, Caiena acabou sendo tomada pelos holandeses, que implantaram o primeiro modelo escravista na região. O que se seguiu foram mais de 15 anos de disputas entre os franceses e os holandeses (que tinham o apoio político da Inglaterra), e Caiena trocou de mãos pelo menos três vezes nesse período. A cidade só foi tomada de volta em definiti-

vo no ano de 1670, mas agora os exploradores franceses tinham alguma ideia sobre o que fazer com o território. Porém, apesar da implementação do negócio das *plantations* e da importação de alguns milhares de escravos a partir dos anos 1680, a colônia permaneceu um ponto perdido na imensidão da selva guianense. Passou a produzir açúcar, café, algodão, baunilha e madeira, mas, no fim das contas, sempre lutou mesmo foi para se manter autossuficiente.

Mesmo assim, a França se revelou uma *expert* em colonização, produzindo documentos que serviam verdadeiros guias sobre como “domesticar” os escravos africanos e inseri-los em uma sociedade criada artificialmente. Exemplo disso é o *Código Negro*, publicado em 1685 pelo então Ministro da Economia francês, Jean-Baptiste Colbert, que discorre sobre os melhores métodos para eliminar os vestígios culturais africanos dos escravos trazidos para as colônias francesas. As dicas incluíam batizar os negros com nomes franceses e separar as comunidades trazidas para o Novo Mundo para obrigar com que os indivíduos se adaptassem e reproduzissem o comportamento esperado, além da catequização. Tudo isso fez a diferença quando o modelo de exploração colonial desmoronou, com a primeira abolição da escravidão na França, em 1794. A maioria dos negros recém-libertados se recusou a voltar aos serviços nas plantações e se instalou em comunidades quilombolas. As colheitas se perderam, a floresta tomou os engenhos e o processo de colonização perdeu fôlego por alguns anos, mas o embrião de uma identidade étnica que viria à tona no século XX já estava plantada.

No entanto, o mesmo pensamento iluminista que pressionou pelo fim da escravidão também ajudou a moldar a parte mais terrível da história da Guiana Francesa, com a introdução da colônia penal. Instituídas em 1852 por ordem de Napoleão III, as *bagnes* (como eram conhecidas as prisões da Guiana Francesa e Nova Caledônia, outra colônia penal francesa situada na Oceania) foram, segundo o raciocínio da época, uma espécie de laboratório da modernidade, um local para experimentar e disseminar um pensamento de superioridade francesa.

De fato, a criação das *bagnes* foi determinante para que a França ocupasse de maneira regular a Guiana Francesa. Desde o fim do século XVIII

o território vinha recebendo exilados políticos da Revolução Francesa, como um grupo de 193 seguidores de Robespierre, o efetivo mandante da decapitação do rei Luís XVI. Infelizmente, os relatos dessa época já davam conta do mesmo problema que a prisão colonial enfrentaria durante toda sua existência. Dos quase 200 exilados que chegaram em 1794, apenas 53 continuavam vivos três anos mais tarde. O caso dos partidários do “Ditador Sanguinário” foi uma exceção. A alternativa mais comum era enviar os presos políticos da revolução para o atual território da Louisiana, no sul dos Estados Unidos. Na prática, a intenção francesa era proporcionar o mais definitivo ostracismo para seus párias, que só eram obrigados a viver por conta própria longe da Europa. No entanto, essa opção caiu fora da mesa quando os EUA anexaram as terras em torno do rio Mississipi. O terreno para a instalação das prisões coloniais começa a ser preparado em 1848, com a ascensão do sobrinho do Grande Napoleão ao poder, e com os primeiros anos da Revolução Industrial na França. Em primeiro lugar, porque o governo de Napoleão III procurava uma maneira de se livrar dos cerca de 12 mil opositores presos em julho daquele ano. A primeira escolha foram as cadeias comuns da Algéria, embora outras posses francesas como o Senegal, a ilha de Madagascar e até as ilhas Kerguelen (próximas ao círculo Ártico) também tenham sido cogitadas.

Porém, o fator definitivo para a abertura das prisões coloniais na Guiana está enraizado nas distorções sociais e demográficas que a Revolução Industrial levou para o país. O retrato da França do início do século XIX mostra uma nação passando por mudanças profundas. Se em 1821 cerca de seis milhões de pessoas viviam em áreas urbanas como a região de Paris (um total de 20% da população), em 1900 esse número já superava a marca de 16 milhões, ou 41% de toda a população. Desestruturadas e sem a menor preocupação sanitária, as cidades se transformaram em enormes guetos e proporcionaram a ascensão do crime como uma classe social. Estatísticas do *Compte générale de l'administration de la justice criminelle*, a primeira retrospectiva oficial do governo francês sobre os índices de criminalidade no país, de 1881, mostram um aumento de 39% nas ações criminosas entre 1825 e 1837. Indicam também uma enorme reincidência nos delitos, que variam de 15,5% das prisões realizadas em 1830 a 26% já em 1850.

Todos esses índices, sentidos na pele pelos moradores das primeiras metrópoles francesas, levaram os pensadores da época a procurar soluções para o “perigo social” e a “decadência moral” que as cidades (e não a pobreza) pareciam ter sobre os camponeses migrantes. É daí que surgem as reformas penais propostas pelo jornalista Leon Fraucher, que serviu como ministro do Interior francês entre 1849 e 1851. Primeiro, numa tentativa de repovoar a zona rural do país com colônias de trabalho forçado para recuperar os criminosos mais perigosos – como estupradores e assassinos. Já em um segundo momento, as *bagnes* também funcionaram como uma manobra do imperador para reforçar a presença da Marinha em territórios da França fora do continente europeu.

A partir de 1852 são instaladas as primeiras prisões de trabalho compulsório na Guiana Francesa. Os locais escolhidos foram as Ilhas da Salvação, próximas a Kourou, para onde pouco mais de 2 mil criminosos acabaram transferidos já no primeiro ano. Mas, apesar da maioria das sentenças consistirem em apenas alguns anos de prisão, o início da colônia penal na Guiana Francesa deixa claro que essas condenações não passavam de formalidade: ser deportado para uma prisão na Guiana Francesa era pouco diferente de ter assinada uma sentença de morte. Entre os 6.228 prisioneiros transportados para a colônia entre 1852 e 1856, mais de 27% (exatamente 1.721 pessoas) morreram de febre amarela. A Marinha até tentou contornar o problema transportando os presos para outras regiões da Guiana e estabeleceram uma nova *bagne* na atual cidade de St. Laurent du Maroni, próxima a Caiena, onde dois terços da população carcerária iria cumprir pena entre 1857 e 1865. Além disso, uma doença tropical cobrava a conta nos alojamentos situados mais adentro da floresta. O primeiro caso de malária veio de St. Georges de L’Oyapock, em 1863, onde apenas 147 de um total de 248 prisioneiros sobreviveram ao primeiro ano trabalhando nas plantações. Curiosamente, nenhum dos 33 prisioneiros negros vindos das Antilhas Francesas adoeceu, e por isso não demorou muito para que os médicos franceses vissem a razão disso na cor de pele – parecia óbvio que os brancos eram mais suscetíveis às doenças amazônicas, quando na verdade se tratava de uma resistência genética ao mosquito originário da África. Em 1867, após a morte de “quase metade”

dos condenados deportados desde 1852, o Ministério da Marinha francês decidiu interromper o envio de novos presos para a Guiana Francesa e passou a se concentrar nas prisões da Nova Caledônia.

Contudo, o projeto seria retomado com força total em 1885, após entrar em vigor uma lei que passou a autorizar a deportação de criminosos comuns reincidentes para as *bagnes* da Guiana Francesa e Nova Caledônia. Na época, a comissão apontada pelo Parlamento francês havia diagnosticado que o problema da reincidência criminal continuava a desafiar as reformas jurídicas impostas desde a queda da monarquia. Os números mostravam que, em 1868, mais de 65 mil pessoas foram presas pela segunda vez menos de um ano após sua libertação das prisões. Além disso, em 1880, 51% de todos os prisioneiros em território francês já havia cumprido pena anteriormente, segundo os estudos do *Compte générale de l'administration de la justice criminelle*.

O que se nota de diferente entre os dois períodos de funcionamento das *bagnes* é o tom idealista que se fez ausente na segunda parte do processo. Se antes a ideia era requalificar criminosos para torná-los aptos a viver novamente em sociedade, dignificando o homem através do trabalho, a volta da colônia penal em 1885 foi como uma alternativa de autopreservação nacional. Agora, a intenção era, sem máscaras, enviar os piores indivíduos da França e suas colônias para a morte no fim do mundo. Ou, na melhor das hipóteses, inserir esses degenerados no projeto de povoamento de um novo mundo que permanecia essencialmente inexplorado para os franceses. É a partir deste segundo momento que a história do ex-prisioneiro Henri Charrière se situa. Condenado a uma sentença de prisão perpétua na infame Ilha do Diabo (que abrigava os prisioneiros políticos da República Francesa), Charrière se tornou não apenas um dos dois únicos fugitivos de que se tem notícia nessa prisão situada no arquipélago das Ilhas da Salvação, como o autor de um dos relatos mais crus da realidade na prisão equatorial.

A vida na colônia penal traz detalhes que parecem saídos dos *slasher movies* do cinema de terror norte-americano, descritos exaustivamente pelo historiador americano Stephen A. Toth em *Beyond Papillon*, um dos estudos mais completos já feitos sobre as *bagnes* francesas. A co-

meçar pela introdução das *cachots*, as solitárias, e de barracões estreitos e sem ventilação nem teto que abrigavam até 75 acorrentados uns aos outros sob o relento. Apesar da prerrogativa das *bagnes* como uma forma de corrigir comportamentos criminosos, os documentos e correspondências oficiais da época mostram mais casos de corrupção, descaso e a frustração de autoridades do que a recuperação dos prisioneiros. Segundo Toth, o poder disciplinante das prisões permaneceu ilusório, já que os oficiais tinham pouco ou nenhum controle da vida dentro das celas.

Os relatos recolhidos pelo historiador contam algumas das formas que os condenados encontravam de fugir do trabalho forçado na floresta. Conhecida como *maquillage* na gíria das cadeias, era comum que prisioneiros induzissem infecções gravíssimas que, em vários casos, levou inclusive a amputações. Para isso, um preso mais desesperado chegava a provocar cortes profundos e infectá-los com barro, fezes e até o vômito de outros presos acometidos de doenças como a febre amarela. Retirados dos campos de trabalho e das *bagnes*, com sorte esses condenados conseguiam alguns dias de descanso em hospitais ou, na melhor das hipóteses (como no caso da perda de um membro, por exemplo), a transferência para servir como mordomo nas casas dos oficiais responsáveis pela colônia penal. Casos de homossexualidade também não eram incomuns. Embora não hajam estatísticas oficiais quanto ao número de estupros e assassinatos ocorridos dentro das celas, os relatos de aventureiros como o Dr. J. Tripot, membro da Sociedade de Geografia de Paris, classificam a prisão de St. Laurent du Maroni como “uma Sodoma e Gomorra”, um local onde “a gangrena moral é tanta que eles [os presos] se envolvem em demonstrações de promiscuidade sem o menor constrangimento”. No entanto, ainda que certamente as autoridades não aprovassem tais comportamentos, a existência do relações sexuais entre os presos era aparentemente aceita como uma consequência de um sistema prisional onde a lei do silêncio falava mais forte.

Além disso, a corrupção quase sempre imperou nas relações entre guardas e presos. Visto que cada categoria de condenado tinha direito a uma certa quantia diária em francos, muitos passaram a enviar parte de seus ganhos para suas famílias, com a ajuda de seus agentes carcerários

mal pagos. Outros faziam acordos para custear um plano de fuga para o Suriname ou em direção ao delta do rio Amazonas e ao Brasil. Já no século XX e nos últimos suspiros de vida das *bagnes*, o modelo da prisão colonial se tornou alvo de ataques da imprensa e de autoridades tanto da Guiana Francesa quanto da França continental. De fato, após uma visita em 1923, o jornalista parisiense Albert Londres iniciou uma campanha contra as prisões coloniais com o apoio do deputado guianense Gaston Monnerville. Condenadas pelos maus tratos e pelas condições de vida desumanas e insalubres relatados na série de reportagens *A Prisão*, de Albert Londres, as *bagnes* haviam se tornado um empecilho para o desenvolvimento da colônia. Em 1937, com o início da Segunda Guerra Mundial, a França finalmente interrompeu o envio de mais presos para suas colônias penais, mas a pergunta em um território onde ainda não haviam estradas nem telégrafo era: teriam sido as *bagnes* uma aberração tão monstruosa que inviabilizaria quaisquer esperanças de reforma? No fim das contas, mais de cinquenta anos de experiência em trabalhos forçados haviam levado pouco para a Guiana Francesa, como lembra um panfleto de 1913 intitulado *Os párias da Guiana*. O fracasso fica evidenciado pelos 12 mil hectares de terras guianenses, dos quais apenas 3500 serviam como áreas de cultivo na época. O processo de repatriação dos presos remanescentes começou em 1946, e as *bagnes* foram fechadas oficialmente em 1952 – cem anos depois de sua fundação.

O território parecia destinado a uma história eterna de subdesenvolvimento e abandono até a criação do Departamento Ultramarino e do Centro Espacial de Kourou. Entretanto, vale lembrar que a principal atividade econômica deste período entre 1855 e 1930 sempre foi o garimpo, e não a agricultura. A exploração do minério na Guiana Francesa atraiu aventureiros vindos principalmente das ilhas de domínio francês no Caribe (como Guadalupe, Martinica, Haiti e República Dominicana) e vizinhos de comunidades quilombolas do Suriname. Esse processo favoreceu o enriquecimento de uma pequena elite mestiça, e fomentou o crescimento urbano de Caiena em torno dessas famílias. Hoje os surinameses e seus descendentes chegam a 14% da população de toda a Guiana Francesa, seguidos pelos haitianos, que correspondem a 9% do mosaico étnico local. Mais tarde, a

Guiana passou a receber refugiados de guerra e exilados políticos de antigas colônias francesas, como o Laos, Vietnã e o Camboja, cenários de alguns dos piores massacres do século XX. A construção do complexo de Kourou ainda traria os brasileiros (atualmente a terceira maior comunidade estrangeira na Guiana, com 5% da população local) e centenas de trabalhadores venezuelanos. Em 2011, de acordo com o Consulado Geral do Brasil em Caiena, cerca de 10 mil brasileiros moravam na Guiana Francesa – dos quais em torno de 3.700 de maneira irregular.

Antes de Kourou, o primeiro passo para a lenta modernização do território foi a instituição do Departamento Ultramarino, uma divisão da República Francesa, em 1946. Na prática, a Guiana Francesa passou a funcionar como um Estado da França, ficando livre para tomar algumas decisões locais, mas ainda governada por Paris. Com o reconhecimento da colônia como parte do país, a metrópole se viu obrigada a realizar alguns investimentos na infraestrutura da região. Os moradores da Guiana ingressaram no sistema de seguridade social francês e passaram a gozar dos mesmos benefícios trabalhistas dos parisienses, mas a transformação do território só viria mesmo com a queda de outra colônia.

O projeto espacial aportou na Guiana após os franceses terem sido expulsos da Argélia, onde já possuíam uma base. O processo de Independência do país africano deixou pouco mais de 180 mil mortos e obrigou a França a reconsiderar a administração do território sul-americano. Menos de três anos depois do fim do conflito na África, o então presidente Charles de Gaulle (herói da resistência francesa durante a ocupação pelas tropas nazistas na Segunda Guerra) iniciaria a construção do Centro Espacial de Kourou com a ajuda de trabalhadores de regiões vizinhas. De Gaulle foi visionário, aliando a necessidade de realocar seu programa espacial a um projeto para não perder mais uma colônia para novas revoluções ou invasões. A construção de Kourou intensificou a militarização da região, com a chegada de cada vez mais *gendarmérie* e tropas da temida Legião Estrangeira. Também mostra que a França já considerava a hipótese de ter seu território invadido pela ditadura no Brasil, que considerava a Amazônia uma “área de segurança nacional”.

Hoje, a França continua a investir grandes quantias na Guiana

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

por causa de Kourou, mas pouco fez para diversificar ou industrializar a economia local. Cada lançamento de foguete custa, em média, US\$ 50 milhões (em torno de R\$ 101 milhões), embora essas despesas sejam parcialmente cobertas pelo aluguel da base para projetos de países de fora da União Europeia. O território se tornou administrativamente independente em 1982, mas continuou à margem do desenvolvimento europeu. A Universidade de Caiena, por exemplo, só foi construída após uma série de protestos e conflitos entre população e polícia em 1996, cinquenta anos depois de a Guiana Francesa se tornar parte oficial do país. A presença militar ostensiva também não é bem-vista por parte dos moradores da Guiana Francesa, e conta com um histórico de violência e repressão. Em 2005, um grupo de cinquenta legionários encapuzados organizou atos racistas, atacando a população negra da cidade espacial. A Prefeitura de Kourou protestou, mas o Ministro da Defesa francês se recusou a receber as autoridades guianenses para uma audiência. Hoje, o processo anda lentamente na Justiça francesa.

No entanto, a principal consequência da presença militar na Guiana Francesa para os brasileiros é a agilidade com que os imigrantes ilegais são deportados.

3

O Brasil na
bagagem

*“Verdade ou mentira, o que é dito sobre os homens
tem tanta influência sobre suas vidas, e especialmente
sobre seus destinos, quanto o que eles fazem”*

Victor Hugo (“Os Miseráveis”)

Uma chuva fina de inverno ameniza o calor amazônico, mas não o trabalho da *gendarmérie*. Alda dorme nua na cama de casal colocada no canto da humilde casa de madeira, construída por José, o atual marido, na periferia de Caiena. O bairro da Matinha é povoado por invasões, em geral de brasileiros como ela. Não é à toa que a ronda francesa bate à sua porta naquela manhã de 12 de janeiro. O casal ainda tenta distinguir os sons das batidas em sua porta sem fechaduras, enquanto os homens de farda já estão dentro do quarto. Ela é obrigada a se vestir na frente dos desconhecidos e já sabe o que acontece em seguida. Era a sétima vez que ela seria deportada em onze anos na Guiana Francesa. Não deu tempo de se vestir tão adequadamente como naquela tarde de entrevistas, com ares de socialite importante em seu macacão de oncinha, batom rosa e bijuterias excessivas no sofá do quarto-e-sala.

O episódio ilustra bem o que os brasileiros imaginam da polícia migratória francesa, mas o caso parece uma exceção. Nas palavras do cônsul-honorário francês em Macapá, Jean-François Le Cornec, “a maioria dos policiais não maltrata os imigrantes”, já que podem ser submetidos a inquéritos rigorosos. De um modo geral, o problema, diz ele, é que

a polícia francesa está sobrecarregada: “são muitos imigrantes, e é difícil lidar com eles”. Essa visão é compartilhada também por Alda Ferreira Martins, acostumada a ser pega em território estrangeiro. Embora a ex-manicure de Laranjal do Jari, no oeste do Amapá, saiba que a *Police Aux Frontières* (PAF), isto é, a Polícia Anti-imigração, não tem amparo legal para fazer esse tipo de abordagem, ela releva. Afinal, nem mesmo fala francês para conseguir argumentar.

As fronteiras de Brasil e Guiana Francesa sempre foram uma bagunça. Só hoje é que há um verdadeiro esforço entre os dois países para consertar essa realidade. No Oiapoque, com a presença da Força Nacional e a expansão do quadro da Polícia Federal no Amapá. Do lado francês, cada vez mais postos militares são instalados nas estradas próximas às fronteiras com Brasil e Suriname e mais imigrantes ilegais são expulsos. Estima-se que, em 2011, 6.400 brasileiros foram deportados ou impedidos de retornar ao DUF.

Uma das consequências desse endurecimento na fiscalização migratória em território francês é o estresse a que esses oficiais vêm sendo submetidos. Hoje, a polícia francesa encara o ilegal brasileiro como um inimigo a ser combatido. As ações violentas se tornaram mais comuns, dizem os imigrantes brasileiros. E os boatos contam na periferia de Caiena que esses policiais agora ganham bônus salariais conforme o número de deportados capturados por suas unidades.

Mesmo assim, Alda diz que muitos desses policiais são, na verdade, gentis. Logo nos nossos primeiros minutos na Guiana, presenciamos o tipo de cena que condiz com essa afirmação: um oficial acendendo o cigarro de um preso, já algemado – com as mãos à frente do corpo –, sendo conduzido até o posto de controle de fronteiras em St. Georges de L’Oyapock. Ela acredita que os conflitos partem, muitas vezes, dos brasileiros “mal educados”. Até as autoridades a serviço do Brasil admitem que o comportamento dos imigrantes não é adequado aos costumes europeus.

De acordo com a consulesa Ana Lélia Benincá Beltrame, que representa o País na Guiana Francesa, o problema vem na bagagem. “É que o brasileiro imigrante demora a entender que cada sociedade tem o seu jeito. Não adianta ele querer viver à brasileira se ele está na França”. Sen-

tada confortavelmente em seu gabinete no Consulado Geral do Brasil em Caiena, bem longe do bairro da Matinha, Beltrame conversou comosco durante cerca de uma hora – num encontro mediado por um personagem que serve de exemplo oposto aos principais problemas de adaptação ao novo país.

Filipe Azevedo vive há 15 anos na Guiana Francesa. É pastor da principal igreja evangélica da comunidade brasileira no território francês, a Pioneira. Nasceu em Macapá e se mudou para o Departamento Francês, com sua mãe e o marido surinamês, quando tinha apenas 9 anos de idade. Casado e pai de um filho, aparenta ter bem mais do que os 24 anos atestados pela carteira de identidade. “Eu trabalhava em construção civil e fiquei muito exposto ao sol, aí a gente vai ficando com o rosto mais cansado”, alega, rindo polidamente. Engomadinho, de cabelos lisos e lambedos caindo alinhadamente para o lado esquerdo do rosto arredondado e simpático, exhibe os dentes brancos aos turistas, oferecendo ajuda. Fala francês fluentemente e tem uma boa posição econômica. No verão ensolarado, Filipe só abandona o par de lentes escuras Armani ao anoitecer ou nos cultos de domingo à tarde, quando troca as camisas pólo Lacoste por uma branca bem passada pela esposa Rúbia.

Ele conhece todo mundo: dos garimpeiros escondidos na mata até agentes da Interpol, como fez questão de frisar. Por um lado, tem a cordialidade e alegria comum aos brasileiros. Por outro, adaptou-se bem ao modo organizado do povo francês. Diz que o segredo para lidar com eles é se impor, porém, também é preciso saber o momento de se retirar. Já para a consulesa Ana Lélia Beltrame, as diferenças entre franceses e brasileiros têm raízes no campo filosófico.

– O francês é *cartésiën*, você sabe o que quer dizer?

– Burocrático?

– Não, eu iria mais por cartesiano, de Descartes. Ele pregava um certo rigor, uma organização. E essa organização cartesiana ficou muito forte na França. Você vê isso em Paris. Todos os edifícios da cidade guardam um equilíbrio um com o outro. Todos os prédios têm seis andares, todos têm o teto de ardósia preta com o mesmo formato. Se eles têm mansarda, a mansarda tem o mesmo tamanho em toda a rua. A calçada tem a

mesma bitola e a pedra que eles usaram é a mesma... – Beltrame constrói suas respostas à cabeceira da mesa de madeira onde apoia a xícara de café com dois cubinhos de açúcar. Tem 65 anos, só que a disposição parece não combinar com os cabelos brancos da irmã do atual secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. O sotaque gaúcho, a pele muito branca e a argumentação rica revelam que seu perfil é muito diferente das pessoas às quais atende em Caiena.

– É uma coisa de ordem, de harmonia que vem da literatura principalmente de Descartes. Como ele assinava *Cartesius*, em latim, então a gente diz que é uma ordem cartesiana. É uma ordem que busca equilíbrio, é mais que burocrático. Burocrático é fabricar papel, o que eles buscam é uma ordem geral, cósmica, uma harmonia – conclui.

Diplomata, ex-deputada federal, fluente em várias línguas. Ana Lélia se preparou para uma vida a serviço do Estado Brasileiro. Foi cônsul-geral em Rivera, na borda entre Uruguai e Brasil, até receber uma ordem do Itamaraty para assumir, em 2008, a representação diplomática do País na Guiana Francesa e atender “uma população que estava na mesma situação que Brasil e Uruguai estiveram cinquenta anos atrás”.

Em comum entre os extremos norte e sul das fronteiras nacionais está a ilegalidade. Na porta do Uruguai, os principais problemas são o contrabando de gado e das doenças associadas à criação de bovinos. Na Guiana, a imigração e a extração de ouro, onde o embate maior é lidar com a imigração em lugar onde o “jeitinho brasileiro” simplesmente não cola.

– As pessoas que vêm para cá têm dificuldade para se adaptar à esse rigor francês. Primeiro porque a imigração que temos aqui é uma imigração de nível socioeconômico muito baixo. Elas vêm para cá porque querem comer. O brasileiro que veio para a Guiana saiu da pobreza no Brasil. Então é uma pessoa que não tem uma base gramatical forte em português e aprende mal o francês, demora a aprender a língua. Gosta de festa barulhenta noite afora, mas aqui tem uma lei que diz que, depois de uma certa hora, tem que fazer silêncio. Custa a entender o outro, a entender que o outro funciona diferente de nós.

No saguão abaixo do escritório de Ana Lélia, cerca de dez pessoas procuram atendimento do consulado pela manhã. A maioria, segundo a

consulesa, vai lá para pedir documentos. Entre os mais requisitados estão pedidos de renovação de passaporte e certidão de nascimento de filhos nascidos fora do território brasileiro. Também se estendem a apelos para resolver seus problemas com a Justiça francesa.

Para a consulesa, há uma “porção de desonestidade” entre a comunidade brasileira na Guiana Francesa. Os imigrantes querem documentos, entram com um processo de regularização de visto na Prefeitura de Caiena, mas normalmente têm seus pedidos negados porque o procedimento é realizado incorretamente.

– Tem muito processo mal feito na Prefeitura de Caiena porque as pessoas que acreditam que vai ser fácil caem nesse golpe. E caem porque são analfabetas. Um brasileiro chega pro outro e diz “me dá € 500 que eu arrumo os teus papeis”. Aí o recém-chegado paga, o que já tá aqui há mais tempo faz qualquer coisa, bota na Prefeitura e dá o recibo. Não vai passar porque tá muito mal feito! A fonte de informação do analfabeto é o vizinho, o rádio e a televisão. Ao invés de ir num advogado ou numa ONG séria, eles preferem acreditar no vizinho. – analisa Beltrame num tom de voz decepcionado. Depois, esses brasileiros vão ao consulado em busca de ajuda, e são encaminhados a um time de advogados franceses a serviço da representação diplomática brasileira.

O recrudescimento das relações na fronteira se deve principalmente ao cenário de “velho oeste” que a região viveu durante toda sua história. Atualmente, os dois lados do rio Oiapoque vêm se fortificando para combater a criminalidade. Desde 2009, a cooperação policial franco-brasileira prende, por ano, cerca de 30 fugitivos da Justiça do Brasil na Guiana Francesa. O brasileiro que vive ilegalmente na Guiana carrega uma “mancha criminal”, nas palavras da consulesa. Segundo ela, há um culto à violência entre a comunidade imigrante no território francês. “É uma grande população vivendo na ilegalidade. Como é que um garimpeiro vai recorrer a alguém se ele acha que foi o próprio vizinho quem roubou o ouro dele? Ele está ilegal no meio do mato e não pode chamar a polícia, então ele tem que resolver com as próprias mãos. Cria-se uma

espiral de violência”, diz Ana Lélia.

Um relatório elaborado pelo consulado brasileiro em 2011 apontou que havia, naquele período, 102 homens e 11 mulheres presos na Guiana Francesa. O número já foi maior e o Departamento chegou a ter mais de 200 encarcerados brasileiros. O presídio de Rémire-Montjoly – o único do DUF – abriga 680 capturados de diversas nacionalidades, dos quais 16% do total é composto por brasileiros. Vale lembrar que os estrangeiros são maioria na população carcerária da Guiana, já que somente $\frac{1}{3}$ desse universo é de franceses, de acordo com informações levantadas por um grupo de fiscais enviados pelo Parlamento francês para avaliar as condições de vida nas cadeias da Guiana, Martinica e Guadalupe.

Dados do consulado do Brasil em Caiena revelam que os delitos mais comuns entre brasileiros na Guiana Francesa são crimes contra a vida e o tráfico de drogas e de ouro. Além de não atingirem o patamar de vida que imaginavam ao imigrar, essas pessoas acabam presas numa situação onde basicamente vivem para trabalhar, com poucas opções de lazer, e com muito acesso a bebidas e drogas. Mais ou menos como os lugares de onde vêm desde o Brasil. Nos garimpos, lugares isolados na floresta para onde vai grande parte dos brasileiros com sonho de enriquecer, a maneira de se divertir é restrita e perigosa. O uso excessivo de álcool e drogas somado à facilidade de se obter armas brancas e de fogo formam uma combinação trágica que pode resultar em mortes.

No hospital de Caiena, uma jovem de 18 anos que mora no garimpo conta que são comuns as histórias de violência. “Morreu uma que, vocês devem ter visto em jornal, disseram que foi de tiro, que foi atirada, morreu ela. Morre muita gente. N’outra tacaram fogo nela. Prostituição não é o perigoso, é que a lei do garimpo, você sabe, a lei do garimpo é a [calibre] 12”.

4

Lápides de ouro

*“Não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização
que nos apavora.”*

Euclides da Cunha (“Os Sertões”)

– Por quem vocês estão procurando? – pergunta a médica, em francês.
– Gilberto Gil. Ele quebrou a perna – responde Filipe, despistando-a na maior cara de pau. Ela confere a lista de pacientes duas vezes, mas não encontra o nome.

– Gil? Hm, não encontro. Talvez ele esteja em outra seção.

Os gritos que ecoam pelos corredores do Hospital Municipal de Caiena não deixam dúvidas: os ossos quebrados ficam logo ali, escada acima, na área de ortopedia, onde as paredes cor-de-rosa do setor de ginecologia se transformam num verde encardido.

De porta em porta, olhando timidamente pelas frestas, procurávamos pelos casos médicos mais comuns entre os brasileiros ilegais na Guiana Francesa e região – os acidentes ocorridos nos garimpos proibidos no meio da selva. O pastor Filipe sabia pelo o que espionar. Confiante, ia entrando nos quartos e chegava falando português com os que tinham “cara de brasileiro”. E era certo. Tinha um instinto e uma audácia de repórter.

– E aí, cara, machucou a perna? Esse pessoal aqui é jornalista. Pode contar pra eles um pouco da sua história?

Ismael Pastano Maciel, de 32 anos, estava com a perna direita enges-

sada até a coxa. Compensava o calor do gesso dispensando a camisa. Havia caído em um buraco de 10 metros em um garimpo. Muito azar para quem trabalhou somente 15 dias na extração de ouro na Guiana Francesa. Antes, ele se arriscou por dois anos em outro garimpo próximo a Paramaribo, capital do Suriname. Esse é um roteiro comum entre os garimpeiros saídos do Brasil. Apesar de os garimpos surinameses terem uma estrutura melhor, o Euro, que circula na Guiana Francesa, vale quatro vezes mais que o dólar surinamês. “Lá o garimpo é mais bom, mais moderno, né?”, acrescenta o garimpeiro, que reclama – achando pouco – que chegava a tirar entre R\$ 7 mil e R\$ 8 mil por mês, além da porcentagem paga ao “empregador”.

Não fosse o acidente, Ismael continuaria trabalhando 12 horas por dia sob o risco de contrair malária. Estranhando perguntarmos sobre o assunto, ele afirma, como quem fala de uma gripe comum, que “é claro” que já contraiu a doença. “O garimpo todo já pegou”, diz.

Por ser ilegal, teria que retornar ao Brasil, onde aproveitaria para se recuperar. Depois, garantiu que voltaria da mesma forma que fez pela primeira vez: de canoa e moto, pelo meio da mesma floresta, que representa um dos maiores riscos para os garimpeiros clandestinos que atuam no DUF. A situação ilegal obriga que toda a atividade siga à margem das regras mais básicas de segurança. Garimpos inteiros chegam a operar sem o auxílio de máquinas, escavando cada vez mais fundo sem a supervisão de engenheiros para evitar desmoronamentos de terra como o que feriu Ismael. Ou pior.

Mesmo no meio da floresta, é raro o uso de capacetes entre os garimpeiros ilegais que abrem espaço na mata fechada. Uma das árvores mais comuns no bioma das Guianas é a *Chlorocardium rodnei*. Mais conhecida como “bebeeru” entre as populações indígenas, suas folhas de tom verde escuro chegam a uma média de 23 metros de altura sobre o tronco amarelado de até 60 centímetros de diâmetro, com cerca de 630 quilos, que podem chegar a um impacto de cerca de 1,3 toneladas sobre o corpo dos trabalhadores clandestinos a desafiar a música dos insetos e pássaros amazônicos com suas motosserras.

Em frente ao hospital, um homem de mais idade, aparentando estar na casa dos 40, treme, sozinho, no banco. Espera pela ambulância. Disse que não queria dar entrevista e explica o motivo: “estou com am-

nésia”. Uma árvore caiu sobre o homem brasileiro, momentaneamente sem nome e sem identidade, quando procurava pelas pepitas de sangue guianenses. Não sabe para onde vai, porém, o instinto de preservação pede seu espaço educadamente, enquanto, talvez, reflita sobre seu destino de azar e negligência para sobreviver.

Seguindo pelos corredores estreitos, com movimentação rara e quase exclusiva de médicos e enfermeiros, avistamos um homem acuado em uma cadeira, olhando para o vão que dava para o térreo do hospital. Filipe apontou o rapaz moreno que calçava chinelos de dedo, e chutou a nacionalidade. Aquele também era brasileiro, com certeza.

José Carlos Maia Serafim tem somente 21 anos, mas sua expressão cansada e abatida fazia aparentar mais. Monossilábico, apenas levantou a camiseta, levou a mão ao lado direito do peito e mostrou onde a bala estava alojada. Contou que havia levado um tiro, durante a madrugada, no garimpo. Era em Guatá, na Guiana Francesa. Disse não saber quem disparou. Dizia que seria operado. Mas não ia. Não falava francês. Chamamos Filipe para ajudar a esclarecer a situação. A médica francesa foi prestativa. Buscou o prontuário e explicou que ele já tinha sido atendido e receberia alta no dia seguinte, após nove dias de internação, pois não corria risco. Avisado, José Carlos ficou ainda mais perdido. Estava há um ano vivendo no Departamento e agora não sabia para onde ia, talvez para o Oiapoque, na casa da prima, única pessoa que tinha na vida. Depois, quem sabe, poderia ir para o Maranhão, onde nasceu.

– Mas vai parar de trabalhar com garimpo por causa disso?

– Nossa. Sim. Quero voltar pro Brasil, não quero voltar [para a Guiana Francesa] – no único momento que demonstrou ter certeza de alguma coisa.

Uma ambulância chega ao hospital. Seis homens de jaleco são necessários para tirar a maca do veículo. Mal dava para ver quem estava sendo transportado. Era um garimpeiro que aparentemente havia perdido todos os movimentos em um grave acidente de trabalho. Quem nos contou a história foi Lino Barbosa, o paramédico e bombeiro, que levou o paciente do Oiapoque até Caiena. Recém-chegado dos estudos de enfermagem na França, ele ganha um salário mínimo, isto é, € 1.400 (cerca de R\$ 3.500) para buscar todos os dias doentes de outras cidades para

consultas e emergências no hospital que é referência na região. Nascido na cidade guianense Saint-Laurent-du-Maroni, filho de brasileiros, fala um português cheio de gírias, como se tivesse nascido no País.

No dia seguinte, Lino apareceu no hotel onde estávamos hospedados. Sabendo que voltariamos ao centro médico para mais entrevistas, dispôs-se imediatamente a dar uma carona. Uma atitude comum a muitas pessoas que encontramos lá. Contentes com a visita de estudantes vindos de longe, os brasileiros da Guiana sempre ofereciam apoio de alguma forma, principalmente para nos levar e acompanhar nos lugares.

O enfermeiro sintonizou uma rádio de música eletrônica na ambulância e vestiu o Ray Ban preto, contrastando com o uniforme impecavelmente branco e conferiu no retrovisor o topete mantido a gel. No caminho, Lino mostrou um terreno grande próximo ao hospital. Era o discreto cemitério da cidade, o qual não fazia alarde dada a ausência de símbolos religiosos, túmulos imponentes e placas. Ali estão todos aqueles que viveram na região, do francês da metrópole ao imigrante ilegal do norte do Brasil. Dias antes, a consulesa Ana Lélia Beltrame havia explicado como funciona o enterro de imigrantes ilegais em Caiena.

– Os brasileiros mortos na Guiana Francesa são enterrados aqui como indigentes. Eu já estive em um desses enterros, é bastante digno. Eles [os franceses] tratam o corpo, botam num caixãozinho baratinho, mas arrumado. Tem uma cova bem identificada, não há troca de corpos. O francês é *cartesiên*.

Em 10 minutos chegamos ao destino. Novamente subimos as escadas, agora até ao andar das paredes rosas da ginecologia e obstetrícia. O quarto de Juliete Alves era compacto e organizado. A grávida de 18 anos dividia o espaço com uma guianense e as duas compartilhavam a modesta varanda do ambiente. A pequena Maria Cecília iria nascer de oito meses naquele dia. A imigrante ilegal já havia preparado o futuro para a primeira filha. E seria longe do garimpo onde Juliete a concebera.

Ao contrário do que reza o estereótipo, Juliete não havia deixado o Brasil para extrair ouro nem trabalhar em bordéis no meio da floresta. Porém, não ignorando a existência de um comércio dinâmico e crescente nessas vilas, fechou a lanchonete em São Luís do Maranhão para abrir

uma cantina no garimpo, junto com seus pais e o irmão mais velho. Apesar de receber o pagamento em pedras de ouro, para ela, ter vivido lá por um ano “não foi essas Coca-Cola, não”. Ouro não significa tanto assim no garimpo, já que os preços das mercadorias contrabandeadas para a cantina de Juliete chegavam a preços exorbitantes. Se a grama da pedra preciosa vale muito dinheiro na cidade, na selva, ele substitui o uso do papel cobrando seu próprio câmbio. “O quilo de arroz chega a custar um grama e meio de ouro”, cerca de € 27, o equivalente a R\$ 69 com base na cotação do ouro não refinado na floresta. O pão é meio grama de ouro (€ 9, ou R\$ 23), um ovo custa dois décimos de grama – € 3, o equivalente a R\$ 8. Culpa dos custos para importar as mercadorias nas regiões de fronteira. Fora a falta de garantias da chegada do material pelo mar e depois rio abaixo. Ultimamente, o mais comum é que ela seja confiscada ou que naufrague pelo caminho.

Depois de dar à luz, a jovem tinha planos de retornar com a neném para o Maranhão e dar continuidade aos estudos. Sonha em ser professora primária. Sentirá falta do namorado que ainda dorme em barracas de lona sem resistência às chuvas mais intensas do verão. Ficou combinado entre o casal manter contato, apesar dos aproximadamente 1.623 km que os separam. Fariam isso através do “via satélite”, um telefone ilegal, que é a única forma de comunicação dos garimpeiros. Um alento para Juliete, que deixará os entes queridos em um lugar tão hostil.

“Garimpeiros brasileiros são suspeitos de matar soldados”, estampa a primeira página do jornal *France-Guyane*, o principal do DUF. O clima sempre foi de tensão entre os extratores clandestinos e a polícia. Juliete presenciou alguns ataques dos militares aos acampamentos improvisados e altamente inflamáveis. De vez em quando, acordava engasgada com a fumaça. O cheiro de lona queimada anunciava um incêndio propositalmente causado pelos oficiais, a fim de eliminar as vilas ilegais dentro da Floresta Amazônica. O ódio estava instaurado.

No final de junho de 2012, garimpeiros atacaram um helicóptero no Departamento e mataram dois soldados franceses em uma emboscada.

Na TV guianense, o senador Jean-Etienne Antoinette classificou o atentado como uma “declaração de guerra dos garimpeiros brasileiros contra a França”. “Nunca vimos clandestinos tão determinados a matar”, alertou o ministro do Interior francês Manuel Valls. Acredita-se que os suspeitos tenham fugido para o Suriname. Em abril de 2011, finalmente a França ratificou um acordo firmado em 2008 com o governo do Brasil para combater a extração de ouro ilegal na fronteira entre os dois países. No entanto, do lado brasileiro o documento ainda aguarda por uma comissão para analisar sua constitucionalidade, e as reclamações persistem mesmo após o início da operação *Harpie*, das Forças Armadas francesas e Polícia Federal brasileira.

Em setembro de 2011, a ministra francesa de Territórios Ultramarinos, Marie-Luce Penchard, declarou que, se a cooperação com o Brasil era “complicada”, com o Suriname era “mais complicada ainda”. Para o governador da Guiana Francesa, Rodolphe Alexandre, “há uma incapacidade” para prender esses ilegais brasileiros e de outras nacionalidades. “Dá a impressão de que existe uma orquestração política, uma rede quase mafiosa que facilita a vinda destes [imigrantes] clandestinos utilizados como escravos”, disse à Radio France Internationale (RFI) num momento em que Brasil e França tentam atingir as metas estipuladas para a inauguração da ponte de cerca de R\$ 38,6 milhões entre os dois países, concluída em agosto de 2011. De acordo com o governador, o ouro vendido no Oiapoque é registrado como brasileiro, quando na verdade é francês, e o Amapá faz “vista grossa sobre a origem de toneladas de ouro vendidos ou exportados em seu território”. Só em 2011, a operação conseguiu dismantelar 172 poços, contra 67 garimpos ilegais interditados pelo Exército francês em 2010, mas o problema ainda parece estar longe do fim.

Já em agosto de 2012, Lino Barbosa serve de “correspondente internacional” em Caiena. Se em novembro do ano anterior o comandante da polícia da Guiana Francesa, Didier Laumont, reclamava da presença dos brasileiros à RFI e culpava a alta do preço do ouro, a tal declaração de guerra contra o helicóptero guianense parece ter finalmente espantado alguns dos garimpeiros da região. Segundo o enfermeiro que mora em uma região onde “circula muita gente do garimpo”, o sentimento entre os feridos em sua ambulância agora é de tensão – especialmente depois do assassinato

dos dois militares franceses em junho. Presos em julho por agentes do Batalhão de Operações Especiais da PM do Amapá em um hotel de Macapá, “Manoelzinho”, Ronaldo Silva Lima e uma mulher conhecida como “Barantinha” confessaram o crime e foram encaminhados para um presídio de segurança máxima. Mas outras cinco pessoas continuam foragidas a mais de 200 km do local do combate, onde segundo a Promotoria de Caiena afirma ter havido o uso de “armas de guerra”. Agora, os garimpos ilegais estão parados provisoriamente até a poeira baixar. Mesmo com o preço do ouro estando na casa dos € 50 (cerca de R\$ 120) a grama.

Enquanto isso, a ponte bilionária sobre o rio Oiapoque continua pronta, mas distante de ser inaugurada para o tráfego de veículos entre a porção americana da França e o norte esquecido do Brasil. Esquecido porque, apesar dos investimentos bilaterais no concreto da estaiada, o governo brasileiro ainda parece longe de concluir sua parte no acordo de fronteiras. Se do lado francês há escolas, ruas asfaltadas, postos policiais por toda parte e hospitais estrada (de boa qualidade) acima, o que se vê na margem abarrotada de barqueiros no Oiapoque é o oposto: ruas de terra, quase 800 km de distância até o pronto-socorro mais próximo (em Macapá) e uma economia que gira, basicamente, em torno de práticas ilegais aos olhos da lei francesa. Com uma política migratória intitulada “França para os franceses”, o presidente Nicolas Sarkozy cultivou uma imagem de intolerante com as minorias da Federação.

Já o socialista François Hollande, que assumiu o cargo em maio de 2012, foi eleito entre promessas de promover maior autonomia para os territórios ultramarinos, celebrando a diversidade étnica da comunidade francesa. No entanto, as revoluções contra ditaduras seculares do Mediterrâneo árabe a poucos quilômetros da Riviera francesa – como na ex-colônia Tunísia – podem se provar um desafio para as ideias liberais do novo presidente, e respingar nos brasileiros que, em Caiena ou Kourou, nem sonham em invadir os subúrbios violentos de Paris. Se em 2011 o Ministério do Interior se orgulhava de ter superado a meta de expulsar 28 mil pessoas do país (deportando 32.922 imigrantes ilegais), os números projetados para 2012 apontam um novo recorde: mais 35 mil deportações. E o alvo não é apenas os imigrantes clandestinos. Em

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

2011, a concessão de vistos de trabalho caiu 26% no país, enquanto os de família (para quem tem parentes na França) tiveram uma diminuição de 14%. “Não podemos aceitar que homens e mulheres venham morar em nosso território, mesmo que empurrados pelo desamparo e a miséria, sem contar com as condições legais para ser recebidos”, disse Hollande em maio, pouco antes de assumir o cargo, em entrevista à rádio Radio Monte Carlo (RMC) de Mônaco, famosa pelos circuitos de Fórmula 1 e iates estocados com champagne. A França de Hollande tampouco parece distante do mundo elitista do ex-presidente.

5

As femmes do Norte

“*Viver é etcétera*”

Guimarães Rosa (“Grande Sertão: Veredas”)

Antes de chegar aos garimpos, cidades e canteiros de obra da Guiana Francesa, os imigrantes brasileiros precisam passar por uma prova de fogo para entrar clandestinamente no Departamento. Em geral, a travessia começa longe das linhas pontilhadas dos mapas, no caminho até Macapá e o Oiapoque, onde barqueiros amontoam os aventureiros para o caminho rio acima via barco (de motor ou remo) até alto-mar. É apenas a primeira parte do trajeto, que ainda exige longas caminhadas na mata fechada e olhos atentos para a fiscalização da *gendarmérie* nas estradas próximas. Uma jornada difícil para os homens e ainda mais perigosa para as mulheres que vão tentar a vida, honesta ou “fácil”, na porção de terra europeia na América do Sul.

Aos 55 anos, hoje, Francinete Silva é uma empresária relativamente bem-sucedida. Dona de um restaurante na região central de Caiena, o movimentado Alegria, ela tem uma vida estável após 22 anos de Guiana Francesa. É influente entre a comunidade brasileira na cidade, algo que se revela nos primeiros instantes da conversa. Não quer falar de política hoje. Nem dos “inimigos” que fez na Prefeitura, nem dos “amigos” que conquistou com seu restaurante e, sobretudo, de sua sólida amizade com

o Consulado do Brasil e boa parte dos moradores da cidade. Tem uma figura de mãezona por trás dos óculos e do cabelinho curto, famosa por ajudar recém-chegados com empregos em sua rede de contatos. É um porto seguro para os novatos com quem muitas vezes compartilha a trajetória de pobreza e desespero que, no caso de Francinete, caminhou para um lance de sorte (e destemor) no estrangeiro. Põe os dois celulares sobre a mesa de tampex de vidro e toalha vermelha, reclama de uma reportagem do programa *Globo Repórter* que a entrevistou alguns anos antes. “Do jeito que eles colocaram ficou parecendo que aqui é uma terra de oportunidade, que quem vier vai se dar bem. Vocês têm que contar como é de verdade, como é difícil”, alerta antes de começar sua história em formato de monólogo, do tipo de quem vai resgatando na memória os detalhes que, talvez, preferisse esquecer.

A vida em Imperatriz, no oeste do Maranhão, a havia empurrado para um garimpo em Itaituba, no extremo oeste do Pará, no Vale do Tapajós, rico em pepitas de ouro, mas o lugar acabou interditado. Francinete se viu de volta a Imperatriz com seus quatro filhos pequenos, já separada, sem dinheiro, “numa situação em que meus filhos me pediam um pão pra comer e eu não podia comprar”. Talvez por coragem, talvez por necessidade, encarou deixá-los com familiares para ir ainda mais longe. Bastou um telefonema do ex-vizinho paraense com uma oportunidade de emprego para ela arrumar as malas e embarcar num voo fretado até a fronteira para mais do mesmo.

A pista de pouso Baiano Formiga atendia a vários garimpos da região noroeste do Roraima, a cerca de duas horas de avião da capital Boa Vista, até ser destruída em ações da Polícia Federal em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) no fim de 1989. “Era uma área muito violenta, onde existia muita morte, muito sofrimento”, recorda Francinete sobre os dois meses que passou em clareiras próximas a outras duas pistas de pouso de nomes infames: Caveira 1 e Caveira 2, instaladas ilegalmente na reserva indígena dos povos ianomâmis. Na TV, as três pistas acabaram servindo como um último trunfo para o controverso governo José Sarney, que tratou a expulsão de cerca de 10 mil garimpeiros da região como “a maior demonstração de respeito aos direitos humanos da

história do Brasil”, ignorando convenientemente os dados que, na época, apontavam casos de malária em nove de cada dez índios da etnia.

Longe da política, porém, a história de Francinete em Baiano Formiga terminou um pouquinho antes naquele ano – e por motivos bem mais pueris que os de seu conterrâneo presidente. Operava as máquinas de refino do ouro extraído, ganhando 60 gramas e mais 5% dos lucros da produção do garimpo de 700 gramas semanais, quando recebeu a primeira de uma série de propostas indecentes que a levariam até a Guiana Francesa. Ela ia ganhar os mesmos benefícios de antes para lavar as roupas e fazer a comida dos operários, mas em vez dos percentuais que somavam 35 gramas de ouro por semana, podia optar por metade dos lucros do garimpo em troca de um relacionamento com seu Luís Afrito, o xerife dos barracos.

– Eu não pude aceitar. Então falei, “seu Luís, a partir de hoje eu não posso aceitar sua proposta”. Então ele falou, “a partir de hoje você não trabalha mais comigo então”. Eu saí, vim me embora com uma base de uns 105 gramas de ouro e voltei pra Imperatriz.

Voltou para Imperatriz, mas não por muito tempo. Beijou os filhos, comprou roupas, pegou o avião fretado e voltou para os arredores do garimpo condenado para o fim do ano, convencendo o ex-chefe a deixá-la operar seu primeiro negócio em uma “currutela” nos arredores da pista de pouso. O investimento no barzinho de lona deu o troco na forma de uma hepatite, “mas foi quando surgiu o nome Guiana Francesa”.

Era 1990 quando Francinete, perto dos 33 anos de idade, deixou Imperatriz pela terceira vez para, com dinheiro emprestado, perseguir o sonho de ter condições de enviar de longe o sustento dos filhos lá no Maranhão. O caminho passava por Belém e pela confusão da venda de bilhetes de barco para Macapá por cambistas às margens da avenida Marechal Hermes, na orla da Baía do Guajará.

– A gente comprou daqueles rapazes que vendem pra gente que nem eu, marinheira de primeira viagem. Quando a gente tava já em alto-mar, um rapaz do barco veio pedir a nossa passagem. Eu disse que não tinha, que tinha comprado lá na beira. Só que tinha um marinheiro do navio que tava presente quando eu dei o dinheiro pro rapaz, quando eu comprei as cinco passagens. Aí ele disse que eu tava enganada e que onde

tivesse a primeira terra, eu ia ter que descer. Eu disse “sim senhor, mas primeiro eu vou descobrir quem é o bandido aqui porque eu vou mostrar o rapaz que tava justamente na hora em que eu entreguei o dinheiro”.

Francinete, sua amiga Nilde, o irmão, o namorado e mais uma amiga se safaram, mas tiveram que racionar as refeições servidas pela tripulação desconfiada. O grupo se dividiu na chegada a Macapá, com os dois homens indo trabalhar em um garimpo de Calçoene enquanto a amiga desistia da travessia até a Guiana.

– A gente não tinha mais dinheiro, não tinha mais nada, mas aí minha amiga arrumou logo uma pessoa e pagamos a passagem pra ela. E eu disse “Nilde, por favor, não vai embora, não me deixe aqui”. Porque nós estávamos lá numa casinha onde chovia, coberta de palha, que uma amiga dela que tinha dado pra gente ficar. E ela dizia que não, que tinha que ir pra frente e que quando ela chegasse em Caiena, mandava dinheiro pra eu vim me embora. E eu dizia “mas como é que tu vais mandar, por quem? Tu não vais saber. Não me abandone”. Mas por incrível que pareça, quando a gente é honesto, tudo de bom acontece na vida. Ela, com esse namorado dela que ia pagar a passagem, me chamou pra uma festa...

Católica, de cabeça quente, frustrada e preocupada com os trilhos da vida, Francinete se sentou num canto da festa. Ouvia a música brega, mas só pensava nos filhos, no namorado, na falta de um tostão furado e na possibilidade de seguir de volta para Imperatriz conformada com um destino ainda mais incerto e sem planos. Calça jeans, óculos de grau, camiseta branca e sem decote, pediu uma ajuda ao plano superior.

– Foi quando surgiu um senhor tão bem arrumado. Se levantou e me chamou, “você pode dançar essa parte comigo?” Eu disse que não. “Eu não danço, eu não sei dançar essa dança de vocês aqui de Macapá”. Aí ele disse “eu vi que você não é daqui, você se veste super diferente, umas roupas bem diferentes... Longas e tudo”. Eu disse “sim, é que eu sou de Imperatriz” e logo desabafei tudo com esse senhor. Aí ele falou assim “é uma pena que hoje já é domingo à noite, você vai embora que dia?” e eu disse “eu não vou dia nenhum porque eu não tenho mais dinheiro, o rapaz me deixou com cinco cruzeiros no rio”.

A passagem de ônibus até o Oiapoque custava cerca de dez cruzei-

ros, mas o homem, um repórter do jornal amapaense *O Espelho*, emprestou 40 para a viagem. Francinete pagou a passagem, mas não guardou o troco. Enviou os 30 cruzeiros para os filhos, sem saber que os episódios mais perigosos da sua vida a aguardavam depois da foz do rio Oiapoque. Em meio a dor de barriga de nervosismo e má alimentação dos dias de viagem com doses de água não tratada, tentou na sorte ou revés na caridade de um dos atravessadores de ilegais para o outro lado.

– A gente se encontrou com esse senhor, o Antenor, e ele disse assim “não, não precisa vocês pagar pela passagem”, que custava 27 cruzeiros. E eu disse “não, mas eu tenho meu dinheiro” e ele disse “não, mas a gente leva você e quando chegar lá você paga”. Então eu ia ficar com uma dívida de 27 cruzeiros e minha amiga desde Macapá ia pagar minhas passagens pra ele. Então o que eu fiz, eu mandei o restante do meu dinheiro pros meus filhos e fiquei sem nada... E começou logo uma dor na minha barriga, passei mal mal mal e disse “minha amiga, agora você não pode me deixar aqui”. E ela disse “não, tu fica que nós vamos. Lá eu mando dinheiro pra ti”. Eu disse “não, eu vou assim mesmo”.

Era melhor que ela tivesse dito “não”.

Na margem brasileira do Oiapoque, cerca de 30 homens se acotovelam na calçada estreita e esburacada, suja de terra batida e sem grama, onde o verde amazônico só se enxerga mais adiante no horizonte empoeirado. Tentam convencer os viajantes a pegar este ou aquele barco enquanto se misturam aos motoristas das Nissan Hilux que levam e trazem de Macapá até a fronteira norte. O barco, porém, faz só o trecho legal do caminho. Desembarcam no ponto designado, antes das primeiras barreiras rodoviárias que tentam impedir a circulação de ilegais brasileiros depois da fronteira fluvial de St. Georges.

Hoje, após uma série de acordos entre os governos de Brasil e França, é permitido que cidadãos dos dois países circulem livremente entre as margens do rio Oiapoque sem a necessidade de um visto, mas barreira policial na entrada da rodovia N2, que liga a fronteira à capital guianense, é constantemente contornada pelos ilegais. Há quem vá direto para

o mato, dê a volta nas tendas da polícia e das Forças Armadas, e espere impacientemente pela carona clandestina que lhes leva até Caiena ou outra cidade como Kourou ou St. Laurent. E há gente como Francinete ou Alda, a moradora da Matinha, que preferiram saltar somente mais perto da nova e incerta vida do outro lado.

Na Matinha, a maquiagem pesada de Alda colore de azul as gotas de suor frio sob o calor de 35°C na casa de madeira construída sobre os igarapés. Dez anos depois, as memórias de sua primeira chegada à Guiana Francesa não são mais fáceis de recapitular. “Não queria nem saber como é vir pelo mar”, diz Alda, abaixando o tom de voz normalmente alegre e incontento. Dessa vez ela mede as palavras e vira os olhos com traços descuidados de lápis preto para cima, triste. “Pelo mar foi muito difícil”, desabafa. Segundo ela, nos anos 2000, a “passagem” clandestina para próximo ao Drégad des Cannes, principal porto do território em Rémire-Montjoly (subúrbio localizado a cerca de 10 km de Caiena), passou a custar em torno dos R\$ 200, mas digamos que a qualidade do “serviço” não acompanhou a subida do preço pago por Francinete uma década antes. A voadeira vem lotada. Foram 31 clandestinos na primeira travessia dela, em 2002.

Já Francinete conta que, em 1992, seu barco a motor trouxe 48 ilegais. Em comum, além da alta proporção de pessoas por metro quadrado nas lanchas de até oito metros de comprimento, as primeiras travessias das duas mulheres têm os perigos das ondas e dos tipos de pessoas que o destino lhes colocara à frente. A chuva acompanhou a primeira viagem de Francinete, colocando em risco a vida de todos à bordo do barco de madeira com quase cinquenta imigrantes clandestinos.

– Quando a gente chegou em alto-mar, já tarde, muita chuva e 48 pessoas numa canoa era muito difícil... Toda mundo de cócoras, vixi, muita chuva. Aí eles foram tirar o plástico assim e um peixe furou logo um rapaz assim com um esporão no braço. E o que aconteceu, a canoa tava entrando água, furada, e dois homens tirando água direto. E não parava de encher, e aquela maresia forte e o barqueiro falou assim “vamos parar o motor e tentar chegar na beira, quem é que sabe nadar?”. Eu disse “eu acho que nós vamos é todos morrer”.

Morrer no trajeto não é algo improvável. Normalmente, os barcos saem na calada da noite para chegar em alto-mar no amanhecer. Depois, dependendo da maré, o trajeto dura mais um dia inteiro para chegar, com sorte, na tarde seguinte nas proximidades de Caiena. As embarcações são precárias, e as companhias muitas vezes não são harmoniosas na viagem de mais de 48 horas. Tempo suficiente para perder a esperança ou, como Francinete, encontrar no que se segurar durante caos que a viagem pode se tornar.

– Tava adormecida, adormecida. Eu não falava mais, eu só olhava pras pessoas e pensava... Eu não aguentava nem mexer assim com meus dedos. – lembra a ex-lavadeira de garimpo – Aí eu disse “senhor, ajuda que eu possa te louvar”. Então nesse momento subiu aquele fogo nas minhas pernas e uma senhora se levantou com uma criança de seis meses e disse “eu vou pular”. Eu criei muita coragem peguei na mão dela e disse “amiga, não pula que Jesus está chegando”. Foi quando eu olhei assim, o céu era só nuvem e água e eu vi aquelas duas tochas linda. De luz, assim vindo na nossa direção. E disse “tão vendo, aquilo é Deus vindo com a mãe dele”. Aí pronto, o barco encarou a maresia, parou tudo. Eu cantei um hino, parou tudo e a gente viajou a noite toda. Quando a gente chegou no Dégrad des Cannes já avistamos o lugar onde a gente ia descer, o catraiceiro falou “vocês pula pula, que nós vamos voltar agora”. A gente pulou com água nos peito, eu coloquei minhas duas sandálias no braço e a minha bolsa com dois pares de roupa e uma rede e um lençol. Aí o homem falou assim “quando vocês escutar o carro, vocês corre que é polícia”. A gente chegou em terra firme e ele disse “simbora, pode correr”.

A travessia pelo mar tende a ser menos perigosa no que diz respeito ao sucesso em entrar ilegalmente na Guiana Francesa, evitando as várias barreiras policiais na estrada entre a capital e St. Georges. Mesmo assim, mesmo já perto de Caiena não dá para se arriscar e fugir dos trechos a serem percorridos pelo mato.

– Nós dentro do bananal e tudo. Aí o que acontece... Eu pisei meu pé dentro de um buraco e caí, mas como eu pensava que era polícia, eu não podia nem me mexer. Caí em cima de um formigueiro desses de formiga de fogo, sabe vermelha? Me morderam tudo. Fiquei vermelhinha, vermelhinha, vermelhinha, as formigas me pegando e eu sem me mexer.

Mas apesar da dureza do meio ambiente amazônico, o maior risco à segurança do imigrante ilegal (especialmente no caso de mulheres) parece ser as companhias de viagem. Como recorda Alda, “vem todos os tipos de pessoas, né.”

– Foi muito difícil pra mim porque teve brigas... Uma pessoa bateu na outra dentro do barco. E tem a bebida! Muita bebida, muita bebida. Muito, muito, muito, muito durante a viagem. Uma discussão, e já puxaram um revólver pra matar outra pessoa.

Dessa vez ficou só na ameaça, mas os perigos da travessia não terminam ao chegar em terra firme. Francinete, Nilde, Antenor e outros três homens, todos clandestinos, chegaram ao primeiro porto seguro dos coiotos, “uma casa de uns morenã, tudo grandão, uns homens pretos que só falavam crioulo”. As duas amigas foram se apresentando, conversando, recebendo apelidos. Francinete era a “Branquinha”. Nilde, a “Gordinha”. Mas o *bullying* não era nada perto dos planos que os coiotos tinham para as duas.

– Foi dia 17 de julho que eu cheguei. Quinta-feira. Quando foi domingo teve um churrasquinho lá com um bocado de gente. Aí apareceu um rapaz branco assim, na faixa de uns 25 anos a 30. Chegou e falou assim “oi, tudo bom?” eu falei “tudo bem”. E disse assim “vocês que são as duas menina que o Antenor trouxe pra vender?”.

Como ela mesmo diz, Francinete parece ter “um dom”, um “sentido-aranha” no estilo Peter Parker que a alerta dos perigos do mundo. Mas só isso não é suficiente para explicar o tipo de postura e pulsão que a vida lhe cobrou ter. E é por isso que ela não demorou a bolar (ou improvisar) um plano perfeito.

– Eu disse “sim é nós mesmo, você acha que ele vai vender nós?”. Joguei um verde e entrei na dele. Disse assim, “você acha que alguém compra gente como nós aqui?” e ele disse que sim. “Nós arranja comprador”. Eu disse “ai meu Deus, quanto será que eu valho aqui nesse lugar?”.

– Francinete não falava francês, que dirá o estranho créole de guianenses e haitianos. Não tinha “um centímetro de franco” no bolso, mas não se pode subestimar o poder do tal jeitinho brasileiro.

– Aí ele disse assim “tu é 4.500 francos e a tua amiga é 6 mil”. E eu

disse “oxente, então tá bem vendido né”. Entrei na dele... Ele disse “tem uma menina por nome ‘Loira’ que ele vendeu por 3.200 [francos]. Se vocês não quiserem ser vendidas eu levo vocês pra Kourou”. E eu disse que não tinha problema, porque eu queria ver até onde ele ia. E ele disse “sem nenhum problema, só que pra vocês ir pra lá, uma de vocês tem de dizer que é minha mulher”. Eu disse “eu até caso se tu quiseres”. Aí ele disse “então vou levar vocês, mas não fala nada não”. Eu disse “você escuta aí então, prova pra mim que ele vendeu essa mulher”. Ele disse que ela mora aqui perto, “é ‘Loira’ o nome dela”. Eu disse “pois eu vou já mandar a minha amiga ir lá”.

Magrinha, pele muito branca, de aparência frágil e óculos de grau com lentes espessas, Francinete definitivamente não revela de cara sua força. Esta vem do raciocínio rápido que a levou, anos depois da história que nos conta, a ser um dos membros mais bem-sucedidos da comunidade brasileira em Caiena. E que salvou sua vida de um destino muito diferente.

– Quando eu cheguei lá no churrasco, eu conversei com a minha amiga e falei “Nilde, cadê meu remédio?”. E ela perguntou assim “que remédio?” e eu disse “*aqueeeele*”. E eu disse, “Nilde, vai rápido e descobre uma verdade ali, porque dizem que o seu Antenor vendeu uma mulher por 3.200 francos. Vai lá saber se é verdade”. Aí, quando ela saiu, o seu Antenor, o padraço do rapaz que tinha saído com a minha amiga, perguntou: “Branquinha, cadê a Gordinha?”. E eu disse que ela foi comprar uma Coca-Cola. Aí ele disse “ah, não pode andar com aquele bandido. Ele vende mulher em Kourou”.

Das duas uma: ou ela estava sozinha com dois desconhecidos e seu próprio algoz, ou havia enviado a amiga para o meio da selva com um traficante de pessoas. Intrigada, Francinete correu para o quarto que dividia com a amiga, seu possível sequestrador e os outros três homens. E então fez a coisa mais impetuosa e corajosa que poderia – roubou os passaportes e carteiras de identidade de seus suspeitos, segurou na mão de Deus e resolveu contar com a cumplicidade de seus companheiros clandestinos de primeira viagem.

– Disse pros rapazes que tavam lá “vai acontecer um problema, mas tudo que eu falar vocês concordam que é pra salvar a nossa vida”.

Segundo Francinete, seu suspeito também vendia rapazes para serviços de eletricitista e construção. Funciona mais ou menos do jeito clássico. Um clandestino acumula uma dívida com seu coitado, que por sua vez vende a dívida para um empregador que desconta um valor do suposto salário que pagará ao imigrante, o que normalmente vem com juros feitos sob medida para mantê-lo endividado, comprometendo até 100% da renda do trabalhador e obrigando-o a contrair novas dívidas com seu patrão para manter sua própria subsistência. Escravidão é um ramo que nunca envelhece, só se transforma – e geralmente para pior. Se nos livros de História os exploradores vão à África ou outra terra exótica para guerrear e capturar sua preciosa (e descartável) mão-de-obra, hoje, a presa é que é atraída e enganada até seu pesadelo. Quando Nilde voltou, confirmou a história do enteado.

– Ele [Antenor] vendeu a ‘Loira’. Ele e o dono da casa trabalhavam com isso. Ele traz as mulher e os dois vendem as mulher.

Antenor chamou todos para uma reunião e ameaçou, “dizendo para ninguém se meter com o enteado”, e reafirmando que “ele vendia mulher e o escambau”. E foi aí que Francinete teve que confiar. Pensou “agora sujou”, e pediu para que seus companheiros de viagem embarcassem na sua mentirinha.

– Nessa hora eu soltei os cachorros. Eu falei assim “ô, seu Antenor, quem é o bandido aqui? É você ou seu enteado? Olha aqui eu vou lhe contar uma história. Quando eu entrei na sua companhia, indo de Macapá pro Oiapoque e até aqui, eu lhe falei que tenho quatro filhos. A minha amiga tem cinco, nós somos duas mães de família, e esses rapaz aqui são três pais de família. Nós moramos na mesma cidade e as casas são tudo na mesma rua. Então, desses cinco aqui, algum vai se sair livre dessa jogada. Você não vai pegar nós tudo cinco, você vai pegar quatro, mas vai ficar um. Esse um que ficar fora vai salvar a vida dos outros. E outra coisa que eu vou lhe avisar, eu não falei que tenho um irmão que ficou no Macapá? Pois olha, você tem família, mulher e filho no Macapá, não tem? Pois eu tenho o número do seu CPF, passaporte e o nome da sua identidade e já mandei tudo pro meu irmão lá. Ele tá sabendo de tudo. Eu mandei escondido antes de viajar pra entregarem pra ele lá no hotel Asa Branca,

lá em Macapá. Seu Antenor, eu vou lhe contar uma história que é muito triste. Mas o senhor vai me entender... O meu irmão ele não dá nem um 1,50m, ele é bem baixinho. Mas ele mata gente só pra ver a queda. Um dia ele chegou na casa da minha mãe dizendo que tava com sede. A mãe mandou o menino pegar água pra ele beber, mas ele disse que não tava com sede de beber água. Ele queria beber era sangue. Ia passando um senhor e ele pegou o homem, puxou o cabelo e deu três facadas e bebeu o sangue dele. Esses meninos conhecem ele, o meu irmão...”. – os três concordaram com a cabeça – “Já que a gente tá nessa bocada, chama a polícia e nós vamos nós cinco deportados, porque a gente não tem documento. Só que o senhor vai para cadeia, porque o que o senhor faz é tráfico. E a gente tem como provar”.

Não satisfeita com sua história de requintes de caderno policial, Francinete foi buscar satisfações com o dono da casa para passar a verdade a limpo.

– Quando terminou toda a discussão e voltei com o dono da casa, que falava português, e falei assim “seu Eugênio, quero te fazer uma pergunta e o senhor me responda como amigo, já que eu tô há três dias na sua casa. Qual é o mais bandido daqueles dois?”. Ele disse “todos dois”. Expliquei o que tava acontecendo e ele disse assim “Francinete, tu és uma pessoa de bem, já deu pra perceber. Eu sei que tu queres trabalhar, que tu não vieste atrás de namorado. Eu te prometo que, enquanto você estiver debaixo do meu teto, nada de mal vai te acontecer. Vou arrumar um trabalho pra tí”. E arrumou. Mas o velho ficou irado. Expulsou o Antenor do barraco e o rapaz fugiu só de ver a cara de bravo dele.

Seu Eugênio seria o primeiro anjo da guarda de Francinete na Guiana Francesa. Prometeu que iria protegê-la, dar comida e onde dormir, e cumpriu sua promessa até onde pode. Colocou ela para trabalhar na casa de um electricista francês chamado Michel, “um senhor muito branco, muito bonito”. Simpático, porém com alguns testes em mente para conhecer os limites da maranhense.

– Ele perguntou se eu queria ganhar dinheiro mais fácil. Ele falando francês e eu português, mais por gesto. Aí ele disse que se eu tirasse a minha blusa ele me dava 300 francos. Se eu tirasse a blusa e o short, me dava 500.

Segundo Francinete, as intenções de Michel não eram ruins, “Ele

queria experimentar se eu era sinceramente alguém que ele podia deixar em casa”, diz. Mais tarde, os sorrisos entre o francês e Eugênio numa conversa particular, a alguns metros de distância dela, Francinete viu que tinha ganhado mais do que os 200 francos cobrados três vezes por semana na sua jornada como *femme de ménage* – como são chamadas as faxineiras diaristas na França.

– O seu Eugênio começou a sorrir e olhar pra mim, e eu perguntei “por que o senhor tá sorrindo da minha cara?” Ele disse “porque o Michel falou que tu és nota dez, ele te experimentou pra poder te dar o trabalho e confiar. Porque ele precisa de uma pessoa pra limpar a casa dele e os apartamentos onde ele trabalha como eletricitista e ele agora sabe que encontrou a pessoa certa. Tu és mulher pra trabalhar. Não pra fazer nada em cama, que nisso tu és zero, mas no resto é nota dez”.

Foram cerca de quatro meses trabalhando com Michel. Na mesma época, Francinete também cuidou da casa de outros sete brasileiros, todos ilegais, que moravam juntos e lhe pagariam sete mil francos mensais para manter a residência em ordem durante suas longas jornadas “no meio do mato”. No entanto, depois de um mês de trabalho, o grupo simplesmente não tinha o dinheiro. Ela continuava na casa de Eugênio, próxima ao Dégrad des Cannes, longe cerca de 10 km da capital. Ia a pé todos os dias até a casa dos brasileiros no Cabassou, bairro da periferia de Caiena. Três vezes por semana, ainda dava conta dos bicos na casa de Michel e seu filho. Tudo a pé, sozinha pelo acostamento da estrada que abre caminho pelo átrio esquerdo da floresta amazônica. Era hora de abrir as asas e se estabelecer por conta própria. Apesar do calote, as longas caminhadas até o Cabassou serviram para convencê-la do êxodo rural. Nem ela, nem a gordinha Nilde estavam satisfeitas com o sonho guianense. Começaram a fazer amizades no bairro recheado de invasões, até que receberam mais uma daquelas propostas que parecem circular a vida dos aventureiros. Conheceram um “senhor” guianense que lhes ofereceu um terreno no Cabassou, e junto do irmão de Francinete, construíram uma casinha modesta, “coberta de telha e tampadinha de telha”, na capital ultramarina. E abriram o caminho para mais mal entendidos e novos anjos da guarda.

– A gente tava pensando que ele tava fazendo uma caridade pra

nós. Só que quando ele descobriu que nenhuma de nós queria ele, aí ele chamou o dono do terreno e disse que nós tínhamos nos apoderado de lá e passava a noite na festa e o dia dormindo.

Avisados por uma vizinha brasileira, o grupo fugiu da polícia anti-imigração. Embrulharam as roupas em toalhas de banho e “caíram” pro mato. Esperaram a poeira baixar e foram morar com a tal vizinha, Arlete, “gente muito fina” a quem Francinete diz dever muitos favores.

– Só que tinha um problema. Eram dois irmãos que viviam brigando, e toda vez que os dois brigavam, o marido dessa Arlete e o outro, eles chamavam a polícia e nós tinha que entrar pro mato, se esconder. Eu chegava toda rasgada, com aqueles capim e tudo pela roupa.

Maranhense, estrangeira, clandestina, assediada e ameaçada com regularidade. A Guiana Francesa não foi gentil com Francinete que, em seus primeiros dois anos morando ilegalmente no território, chegou até a passar fome em um garimpo de asiáticos em St. Laurent du Maroni. Precisou que outro vizinho sul-americano atravessasse o caminho para que seu projeto Guiana finalmente entrasse nos trilhos. Enquanto Pelé gritava “é tetra!” e Maradona desperdiçava sua carreira, ela voltava do garimpo para seus trabalhos como *femme de ménage* (faxineira) em até oito casas diferentes. Foi quando, por indicação de uma patroa, conheceu César Coelho, um empresário argentino que representou por muito tempo a já extinta empresa aérea brasileira TABA em Caiena. O homem que, de uma vez por todas, pegou na mão dela e, de verdade, lhe deu a oportunidade de uma vida. Trabalhadora, Francinete construiu em pouco tempo uma reputação e uma relação de confiança com César e sua família. Trabalhava duas vezes por semana na casa de classe média alta. Recebia bem. Tinha até carona para ir e voltar do serviço, com medo de ser pega pela polícia anti-imigração no caminho de volta para a periferia.

– Quando eu ia trabalhar com ele, ele dizia “Francinete, você me espere na sua casa”. Só que nesse dia decidi pegar o ônibus e a polícia me parou. Perguntou “você tem documento?” Eu disse “não...”. Passaporte eu tinha. Aí ele disse “pois sobe no carro”, e foi embora. Fui expulsa pra Belém... Passei uns dois mês e voltei de novo. Quando eu cheguei no aeroporto na primeira vez que eu fui expulsa, o policial falou assim: “Tu viu

como tu vai expulsa? Vai expulsa porque o teu marido é o que? Tu chegas aqui e quer casar com brasileiro... Se tu fosses minha mulher tu não ias expulsa”. Aí eu falei assim pra outro amigo dele “tu falas português?”, e ele disse que sim. “Pois diga pra ele que ele pode me cortar em pedaço e mandar dentro de um saco pro Brasil, mas ficar com uma pessoa daqui eu não vou ficar. Eu sou digna, tenho meu marido e não vou ficar. Porque eu fico com quem eu gosto”. É certo que eles me mandaram embora, mas com dois meses eu voltei.

É comum que a *gendarmérie* deposite imigrantes ilegais para locais diferentes de suas origens, numa tentativa de dificultar sua volta, mas a verdade é que, ainda longe de casa, a maioria dá meia volta e arruma um jeito de se arriscar novamente no vizinho europeu.

– Comecei a trabalhar do mesmo jeito na casa desse senhor argentino e em outras casas, todo mundo já me conhecia. Nisso meu patrão disse “Francinete, eu vou arrumar um visa pra ti porque eu preciso muito do teu serviço”. Como ele tinha empresa aqui, podia pedir um visa de trabalho pra mim. Aí eu tinha dado meu passaporte e tudo. Quando voltei, tava num lugarzinho esperando a nauvette [van que faz o trajeto entre St. Georges e Caiena], ele disse assim “me espere que eu vou buscar você”. E eu disse “tá bom, doutor César.” Só que ele tava demorando e eu fui pro mesmo lugar. Quando eu tô no mesmo lugar, a polícia passou e olhou pelo retrovisor. Esse meu companheiro que tava comigo falou pra eu me esconder numa descida cheia de mato que é meio ralo. Eu disse “olha, não vou me esconder que não tem mais jeito”, mas ele insistiu. Nisso eu me escondi ali no meio do mato e fiquei assim toda encolhida. A polícia me procurou mas não via, só que fez que foi embora e não foi. Eu até pensei que ele tinha ido, mas tentei ir mais pro meio do mato e trisquei numa garrafa que fez um barulho. Meu amigo... Quando eles me viram, me pegaram com violência pelo braço e um me jogou assim, numa bosta que eu não sabia do que era. E falava “vagabunda, por que tu te escondeu vagabunda?”. E eu com uma blusa branca, cheia de bosta em tudo isso aqui meu [no peito]. Nossa, mas eu fiquei fedorenta... Minha sorte é que eu fui pega às nove da manhã e fui expulsa já meio-dia. Quando a polícia me pegou, ligou pra ele e disse que tinha sido deportada de novo. Eu

tinha direito a um telefonema e falei com ele. Ele disse “Francinete, não posso falar muito. O que eu faço com o teu passaporte?”. Eu disse “jogue no primeiro lixeiro que o senhor achar, que eu não volto mais”. Ele falou assim “mas eu preciso demais de você, você vai me esperar”. Nisso eu vim toda acanhada no avião pra Belém. No avião já encontrei uma menina que tinha vindo comigo lá no mesmo barco. Morava em Belém, em Icoaraci [distrito industrial da capital paraense]. Avisei que eu ia pra casa dela, cheguei muito nervosa. Cheguei numa terça-feira e quando foi na quinta-feira eu fui lá encontrar com o doutor César no aeroporto. Aí ele me deu três mil francos e eu disse “agora me dê meu passaporte também”, mas ele disse que não. “Me encontre amanhã meio-dia no hotel Sagres”. Cheguei lá e disse “quero falar com o doutor Cesar”, interfonei e fiquei esperando. Quando ele desceu, me entregou meu passaporte e falou assim “que muito obrigado o quê?!”. Ele gostava de brincar comigo... E disse assim, “abre teu passaporte” e eu disse assim “porque? No Maranhão não precisa de passaporte não”. Quando eu abri tinha um visa de um ano. Eu disse “mesmo assim doutor César, vou pra casa ver meus filhos” e fui pra Imperatriz. Todo dia ele ligava dizendo “Francinete, vem! Eu preciso de ti aqui”. A mulher dele tava grávida e tudo. Aí eu decidi voltar e comecei a trabalhar no aeroporto. Minha vida começou a melhorar, sabe? Tudo mudou da água pro vinho.

Empregada na faxina dos aviões estacionados no Aeroporto Internacional de Caiena e *femme de ménage* exclusiva de César e sua esposa guianense, a vida realmente mudou. Aquele salário de sete mil francos oferecido pelos ilegais brasileiros finalmente virou verdade pelas mãos do empresário argentino. Na época, quando Caiena recebia rotas de voos experimentais até Manaus, Belém ou Caracas, era inclusive comum que a classe média-alta do Pará e Amazonas voasse até a capital da Guiana para embarcar em voos domésticos até Paris em suas tão sonhadas férias românticas. Francinete, por outro lado, nunca pôde se dar esse tipo de luxo. Dos sete mil francos, três mil iam direto para debaixo do colchão. Outros três mil para a família em Imperatriz. Sobravam mil para as despesas mensais na casinha construída nos fundos da residência do patrão. Ela não pagava aluguel, não pagava telefone e não pagava luz, mas, por

influência do *hermano*, pegava-se pensando no próprio futuro sempre que lavava o carro top de linha da família no jardim.

“Vai lá passear em Caiena que lá é legal...” Nem todo mundo chega na Guiana fugindo do Brasil, do garimpo ou da pobreza. Aos 37 anos, Cláudia da Paz saiu do Oiapoque só para acompanhar uma amiga, conhecer uns vinhos, uns rapazes franceses e comprar algumas mercadorias do outro lado do rio. Hoje, dez anos mais tarde, a ex-turista ilegal é cidadã francesa, casada com seu negrão caribenho e está tão confortavelmente adaptada à vida longe dos filhos e da Pátria Mãe que, *voilà*, tropeça no português e já nem acusa mais o característico sotaque forte do paraense.

A camareira do Central Hotel quase já esqueceu o português, mas não o jeitinho brasileiro. Todo dia, no fim do expediente, por volta das 16h, gosta de se sentar e beber nas mesinhas do lado de fora da lanchonete *chinois* vizinha do hotel. Bebe uma Heineken bem gelada enquanto espera a carona do marido e conta a sua história contada metade em português, *moitié en français*. Quando ele chega em seu Citroën C3 azul piscina, ela troca olhares com as atendentes asiáticas e diz num francês irretocável: “vou pagar amanhã de manhã, tá?”. As duas respondem que não, o esposo buzina para apressá-la, e ela ri com as próteses prateadas no lugar dos incisivos centrais superiores. Reclama em português por trás dos óculos de armação dourada e, sorratamente, deixa a conta para nós.

Cláudia nasceu em Belém, mas passou a maior parte da infância e da juventude em Monte Dourado, vila fundada por imigrantes americanos na divisa entre Pará e Amapá. Nos anos 1970, o lugar, um distrito distante 73 km da sede do município paraense de Almeirim e a mais de 1.800 km de estrada de Belém (ou 263 km de Macapá), serviu de cenário para o delírio de Daniel Keith Ludwige, um visionário investidor americano. O bilionário enxergava um imenso potencial agroeconômico na Amazônia e, em 1967, comprou junto ao Governo Militar cerca de 16 mil km² em terras contíguas ao longo do rio Jari – o equivalente ao Estado de Sergipe ou dez cidades de São Paulo. Encomendou a construção de uma fábrica de celulose e uma usina termelétrica no Japão e ganhou as capas

de jornais do mundo inteiro ao transportá-las inteiramente montadas até o Brasil, a 25.000 km de distância. O empreendimento na região acarretou investimentos da Ditadura em ferrovias, portos e estradas, e levou a Jari Celulose a fundar e povoar a vila de Monte Dourado. No entanto, seguindo o destino de tantos outros na região, o projeto nunca alçou voo completamente. A ideia de estender o agronegócio esbarrou no chamado “fator Amazônia”: solo pobre, pragas, umidade e doenças tropicais. Mais de US\$ 1,5 bilhão (ou R\$ 3 bilhões) depois, em 1981, quando Cláudia tinha 16 anos, Ludwige finalmente desistiu do investimento, vendendo a área para um consórcio de figurões ligados do regime. Onze anos depois, aos 27, Cláudia voltou para Belém. Teve dois filhos, ficou viúva duas vezes e morou mais oito anos na capital papa-chibé antes de pular de Macapá para o Oiapoque por problemas financeiros e, em menos de um ano e meio, deixar-se levar pelo chamado da mundivagância.

O convite veio da amiga Marilda, que como de praxe, “ouviu de uma amiga que contou de uma amiga de um namorado”. A proposta pareceu tentadora. Com os filhos em Belém, desde a adolescência sob os cuidados da avó, Cláudia embarcou no conselho da colega. Juntou seus reais, converteu para o já moribundo franco francês, e pegou a voadeira até o cais de St. Georges rio acima com na intenção de comprar produtos franceses para revender no Oiapoque. Desembarcaram as malas e se esconderam na floresta, caminhando até o ponto de encontro com a condução estacionada alguns quilômetros depois das barreira policiais.

– Fiquei o dia todo, das oito horas da manhã até as cinco hora da tarde, lá dentro do mato esperando o caminhão me pegar. Eu vi cobra.... Nós éramos em cinco, né? Duas mulher e três homem. Todo mundo respeitoso, ajudando tudo mundo. Um tinha comida, o outro tinha água.

Ainda sobravam pratos de “conserva em lata com farinha e água” quando Cláudia e Marilda chegaram naquela segunda-feira a Caiena, e as amigas não demoraram muito para conseguir um bico para custear sua aventura. Conheceram uma “amiga do namorado de outra amiga” e aceitaram o trabalho de *femme de ménage* para uma mulher guianense em Beauséjour, região dos arredores de Roura, cidade localizada bem perto do único aeroporto operacional do Território, 27 km ao sul da capital.

– *Voilà*, passou segunda, terça, quarta, quinta, sexta... Tava ótimo. Quando chegou no sábado, a mulher foi descer lá pra Caiena pra comprar bebida. Ela falava um pouco em português também. Aí eu falei “mas por que vai comprar esse monte de bebida tanto hoje?” Ela disse “ah, tem uns amigos meu que vem pra cá”.

Após quase uma semana trabalhando de dia, passeando de noite, a dupla continuava alheia ao fato de que estavam hospedadas em uma casa de prostituição.

– Quando chegou os amigo dela, eu achei meio mal encarado, né. Perguntei “quem são esses *homme* aí?”. E ela ficou dizendo “não, são meus amigos tal, e tal”. Depois ela veio e falou pra mim “tá vendo aquele *homme* ali? Ele ele quer ficar contigo. É que eu trago as menina pra cá pra fazer programa...” – Cláudia acusou o golpe. Recusou a oferta e pediu as contas, mas foi recebida com ameaças da patroa diante da negativa – “Você vai ficar, sim. Ou tu vai presa. Eu chamo a polícia, tu não tem os documentos, e tu vai ficar presa.” E eu disse “eu vou pra prisão mas não vou ficar aqui”. Aí eu fugi.

Na correria, as amigas tentaram um táxi em Roura. No entanto, com só 500 francos nos bolsos (o equivalente a € 76), a carona só durou até a pequena cidade de Matoury, 10 km ao sul de Caiena, onde as quatro principais rodovias da Guiana Francesa se cruzam – e onde Cláudia desistiu de vez de voltar ao Brasil.

– Ficamos na casa de um inglês [da antiga Guiana Inglesa] que era pescador. Ele foi muito gentil com nós. Ficava 15 dias no *mér*.... Era casado e tudo. Daí ele falou “nós tamo indo pro mar amanhã e cês ficam aqui como se fosse a casa de vocês, cuida como se fosse a casa de vocês”. E eu fiquei. Lá, no mesmo dia que eu cheguei, eu conheci meu marido de hoje. Só que eu não queria ficar com ele. Disse “eu não vim atrás de homem, vim pra passear”. Aí ele vinha me ver, me dava comida... Aí nisso foi, foi ficando, foi ficando... Ele alugou um *studio* [apartamento pequeno] e, seis meses depois, nós fomos viver junto.

No fim das contas, Cláudia acabou não só encontrando um marido, como também a tão sonhada dupla-cidadania que muitos brasileiros almejam em Caiena. Ela ainda viveu quatro anos como imigrante clan-

destina, “sem visto, sem nada”, mas conta que nunca teve problemas nem com a polícia anti-imigração nem para arrumar trabalho na capital. Os dois se casaram em 2005 em Caiena, mais ou menos no meio do caminho entre a agora lucrativa usina de Monte Dourado – adquirida em 2000 por uma multinacional brasileira e reconhecida como um modelo de gestão ambiental – e a ilha de Martinica, terra-natal do esposo.

A também paraense Tatiane da Silva Cavalcante está com 30 anos, mas foi há oito que juntou uma trouxinha cheia de roupas, abraçou o irmão mais novo e a mãe, Ivanete Socorro, e fechou pela última vez o humilde portão do número 3.146 da Avenida Almirante Barroso, no subúrbio de Macapá. Vizinha entre duas casas com piscina e o nascer do sol sobre o pedacinho de floresta cortada por igarapés nos limites do bairro da Alvorada, a moça foi criada em um ambiente simples e começou a trabalhar cedo. Aos 11 anos, já vendia quitutes para fora e, sozinha, comprou o uniforme do colégio. Pagava o transporte e também os cursos que tinha vontade de fazer. Aos 19, foi embora de casa. Aos 22, do Brasil. Ninguém a impediu. A menina do norte do País não deixa ninguém se meter na sua vida – nem a família. “Eu sempre fui independente e responsável, sempre fui assim, pra frente”, afirma orgulhosa. Mas lamenta não ter visto o irmãozinho crescer. E se consola lembrando que o rapaz, com 20 anos hoje, não tem o tipo de índole com a qual esbarrou no lado europeu da América do Sul.

– Quer tudo na boca, mas pelo menos não bate na mãe.

A moça já entrou na Guiana Francesa pelo mato e pela água. Uma vez, vencida pelo cansaço da caminhada pelo meio da floresta, caiu desmaiada no chão coberto de folhas, galhos úmidos e insetos de toda a sorte – o adubo natural da Amazônia. Era a única mulher em um grupo de homens.

– Depois da travessia do Oiapoque, tem um carro que leva até o mato, aí tu desce e apenas corre. É um risco, mas na hora tu não pensa. É uma adrenalina que entra no corpo, é a necessidade de entrar aqui. Eles vão te deixar num local e depois eles dizem que vão te recuperar em outro ponto, mas é só mato. Você nunca sabe, você vai andando...

A garçonete buzina de seu Renault Clio de cor dourada em frente ao Central Hotel. Mais cedo ela tinha nos recomendado os melhores peixes e molhos regionais com batatinhas noisettes do restaurante cosmopolita. Agora

ela cumpria sua promessa, apresentava a noite da cidade e nos contava um pouquinho da sua relação de amor e ódio com a França, entre uma cerveja Leffê e outra no boteco chique Les Palmistes, em frente à praça principal.

Tati já sabia um pouco de francês antes de encarar a aventura. Quando vivia em Macapá, estudou a língua para tentar uma vaga na agência de turismo de uma amiga da mãe, mas desistiu. Os meses pagos de curso não foram em vão. Graças às palavras-chave mal pronunciadas, conseguiu seu primeiro bico como babá para uma família francesa quando chegou na Guiana. Não demorou muito para que a jovem conseguisse um visto de trabalho e regularizasse sua situação no Departamento. Cobrava por hora, um bom negócio para quem havia acabado de chegar em uma cidade estranha, e se juntou ao esquadrão de brasileiras, trabalhando como *femme de ménage* na Guiana Francesa. Mas foi nos restaurantes de Caiena que ela atingiu a estabilidade que lhe garante ajudar a mãe de vez em quando. E lá se vão três anos dedicados a servir mesas guianenses mas, mesmo assim, a garçonete diz ganhar pouco e gastar muito para se manter no pedacinho de União Europeia colado ao Brasil. Poucas vezes conseguiu juntar um dinheirinho para enviar à mãe. “Mandeí 250 reais da última vez pra ajudar a mamãe, que tá com problema nos dentes. Até falei, não vai no mercado gastar tudo, vai no dentista, pelo amor de Deus!”, enfatiza sem perder o sotaque nortista.

Hoje Tati trabalha em um dos melhores restaurantes da cidade, o La Marina, especializado em combinar pratos franceses e peixes amazônicos, bastante saborosos e caros. Durante a semana, leva apetitosas lagostas às mesas famintas e aguenta as investidas de velhos franceses curiosos em saber mais sobre a pequena brasileira de curvas morenas e lábios carnudos. “Um dia, um velho, no restaurante, tava a fim de mim, aí ele disse que eu era muito bonita, simpática, perguntou se eu era brasileira e se eu podia conversar com ele um pouco. Aí ele disse ‘você é garota de programa?’. Aí eu disse não e, do nada, ele disse ‘você transa de camisinha?’”, acha graça.

Aos sábados e domingos, ela também faxina a casa de um português que trabalha no ramo da construção civil. A labuta vai de domingo a domingo, mas ainda assim Tati reserva dois na semana para, à noite,

frequentar as aulas do pré-vestibular. Acostumada a servir as pessoas, pretende continuar fazendo isso, mas diplomada. Quer servir à vida. Tati vai ser enfermeira, e para isso reserva uma porcentagem do seu salário para pagar o cursinho que tem duração de três anos. Se tivesse menos de 25 anos, teria recebido ajuda do governo, que é muito generoso quando o assunto é bancar estudos de jovens interessados em estudar. Agora ela tem que se virar sozinha.

A maquiagem destaca os olhos grandes e pretos da morena simpática do La Marina. Olhos que, no entanto, tornam-se estáticos enquanto a moça relembra, sem piscar, de seus primeiros quatro anos de Guaina Francesa. Se existe um motivo para que ela tenha decidido estudar, este é a desilusão. A moça teve a ideia tarde, pois, por quatro anos se dividiu entre os bicos como babá e *femme de ménage* e Rogé, o marido francês que conheceu em Macapá. Pensou que estava com a vida garantida e que viveria o paraíso de direitos e benefícios de uma mulher casada com um europeu, mas a tranquilidade durou pouco. O despachante era violento e Tati pediu o divórcio, mas o ex-marido tentou tirar todos os direitos que ela tinha e, sobretudo, seu “papel” – o visto de permanência no DUF. Felizmente, na França há uma lei de amparo às mulheres estrangeiras que sofrem violência doméstica. Após três anos de casamento, a mulher automaticamente consegue seu próprio papel, mas a luta foi dura para tentar comprovar as agressões.

– Quando eu queria dar queixa do meu marido, eles não queriam aceitar. Eu disse: “quando eu tiver com a bala na cabeça, não vai dar pra mim vir dar parte aqui não, hein”. Então insisti pra eles pegar a minha queixa e eles disseram que eu nem tava muito machucada. Porque, no Brasil, se tem a tentativa de estupro, isso já conta como ato consumado, né? Aqui é só quando é mesmo. Tentativa... Eles falam que é tentativa, né? Que não teve nada.

Os dois foram ao tribunal, Rogé foi julgado e hoje ela não sabe do paradeiro do ex-marido. Superado o trauma, a garçonete não desistiu de arranjar um marido com passaporte francês. Hoje ela namora um guianense que vive em Montjoly, subúrbio situado a 40 minutos do centro, onde ela mora em um prédio simples, mas não “favelado”, na Rue du

Quatorze Juillet – por coincidência com vista para a mesma alvorada a oeste que tinha em Macapá.

“A Guiana é lugar de trabalho e não de lazer”, reforça várias vezes. Tati se acostumou a essa rotina, mas, quando sobra tempo, ela também curte a vida com os poucos amigos que tem. Todos brasileiros. Diverte-se dançando tecnobrega sob luzes estroboscópicas cafonas, nas boates 106 e Dominó, onde mulheres rebolam até o chão de azulejo monocromático com seus shorts diminutos, enquanto os homens não podem adentrar de bermuda. Os de calça comprida observam as garotas, com desejo estampado nas faces, e dão pequenos goles em suas garrafas de cerveja europeia. “Eu gosto dessas boates, mas são mal vistas aqui e sempre tem briga”, diz explicando a expressão *finir en brésilien*. Mas para Tati está tudo bem. Pelo menos ela não é mais uma vítima.

Violência doméstica contra brasileiras na Guiana Francesa é o tema da tese de mestrado em Letras da amapaense Gisele Negrão, na Université des Antilles et de la Guyane. A estudante de 29 anos transformou em estudo o trauma de diversas imigrantes que tentam a sorte no DUF através do casamento com um francês. E foi conversando com amigas e ouvindo histórias como as de Tati que ela observou que a violência contra essas mulheres é mais do que comum. Segundo suas pesquisas e a própria experiência pessoal, o machismo ainda é algo firmemente enraizado na Guiana Francesa. Ali, os franceses acreditam ser superiores às mulheres brasileiras, consideradas burras e fracas. Se a esposa desagrada o marido, a agressão física ou psicológica são consideradas armas válidas. O pior é que, agarradas ao medo de serem deportadas e à ilusão de que necessitam daquele homem para subir na vida, muitas acabam aturando as humilhações, enquanto outras desistem e recorrem à lei que ampara as estrangeiras vítimas de violência doméstica.

Mas não são só os homens que têm uma visão preconceituosa sobre a mulher brasileira e suas metas no projeto Guiana – isto é algo compartilhado por outras mulheres, imigrantes ou francesas, e, em certa medida, até por autoridades. “Digamos que o projeto número um, o plano A , é

casar com um francês. O plano B é juntar com um francês. E o plano C é fazer um filho com um francês”, afirma a consulesa do Brasil em Caiena, Ana Lélia Benincá Beltrame.

– Existe uma preocupação porque as brasileiras atacam, elas não querem nem saber se o cara é casado ou não. Elas querem é juntar com eles, ou que eles se divorciem de suas mulheres e se casem com elas. Eu imagino que as senhoras francesas não devam gostar das moças com roupas bastante sumárias que ficam rondando quartel, prédio público, e que vão em cima do francês. E se ele é casado, pouco se lhes dá, porque divorciando da mulher e casando com elas, tá bom. Então você vê na rua as brasileirinhas com muito pouca roupa, uma postura própria de quem está procurando namorado.

Esse é o tipo de pose que, segundo Cláudia, levou até mesmo a criação de uma “associação anti-brasileiras” em Kourou, sede do centro espacial e do maior contingente de soldados da Legião Estrangeira no Departamento.

– É que elas dizem que as brasileiras pega tudo os *hommes* da Guiana. Tem muitas que dizem que nós brasileiras viemo pra pegar os homens. Não é isso. O meu marido, quando eu conheci, era separado da mulher dele. Ele não é casado com a mãe da filha dele, ele é casado comigo agora – diz, defendendo seu território.

Não é só na Guiana que vive o amor entre brasileiras e franceses. A diferença é que, aqui, as conquistas servem para medir o sucesso da empreitada. “Eu mesma, quando cheguei aqui, tava conversando com as brasileiras e contei que já havia morado na França, e uma delas disse ‘como é que a senhora não casou com um francês?’. Ela meio que fez, ‘que incompetência! Tantos anos de França e não pegou nenhum francês?’”, conta a consulesa.

Gisele nunca apanhou, mas sofreu agressões psicológicas das quais prefere não revelar detalhes. Foi casada com um francês por dois anos antes de desfazer seu Pacte Civil de Solidarité (PACS), como é chamado o acordo de união estável em francês. Namorou guianenses e franceses, porém, não pensa em ter outro contrato de união tão cedo. Acredita que, mesmo com todos os benefícios envolvidos, direito legal nenhum compensa o sofrimento pelo qual passou. Ela agora quer conhecer bem a pessoa com quem for se envolver.

A mestranda migrou para Guiana Francesa com a mãe que, legalizada desde o início, foi trabalhar em Caiena. Gisele já era formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) quando se mudou para o Departamento e, por ter diploma de ensino superior e provar que tinha condições de se bancar, rapidamente conseguiu o visto de permanência no DUF. Sagaz, não perdeu tempo e se dedicou aos estudos da língua local para poder arrumar um emprego na cidade, de preferência na sua área. Diferentemente da maioria, a jornalista não precisou correr atrás de serviços braçais para se sustentar. A primeira porta em que bateu não foi a de um restaurante ou de uma casa de família, mas sim da principal emissora de TV do Departamento. Por sorte, a equipe enxuta estava precisando de um “faz-tudo” e contratou a moça, que já demonstrava desenvoltura com o francês básico.

Levou a sério a história de sujar os sapatos e, durante o período que trabalhou no canal aberto, atuou como repórter de entretenimento e policial. Ia para as ruas cobrir os poucos eventos culturais da cidade e também as mortes ocorridas na semana.

– Aqui, não tem isso de acompanhar um caso de morte. Só é divulgado quando tem solução. Não tem isso de alimentar uma história trágica para dar audiência. Ninguém tem interesse em promover isso.

A rotina na emissora era pesada. Acordava cedo, ia para a reunião de pauta, em seguida, para a rua sondar o que era notícia. Filmava, voltava ao estúdio para gravar o off. Editava e levava o material pronto para o chefe, que apenas assistia ao conteúdo a fim de se certificar de que não havia erros crassos. Foi pauteira, repórter, câmera e editora. A “faz-tudo” recebia € 1.200 (cerca de R\$ 3.000) pelo trabalho exaustivo. Não aguentou, pediu demissão e decidiu investir em outro campo, o da tradução escrita. Hoje trabalha em casa e sobra tempo para suportar a rotina pesada de aulas do mestrado. Seu maior esforço físico é trocar de sala na universidade sempre que um docente francês expulsa a turma de brasileiros daquela classe.

– O curso de português não tem uma sala. Às vezes, a gente tá em aula, aí entra um professor francês que quer usar aquela sala e percebe que só tem brasileiro ali. Aí ele chuta a gente de lá e diz pra arrumar outra classe. Brasileiro não é respeitado na universidade aqui. A gente tem que provar o

tempo todo que não é vagabundo e burro. Que tá ali porque pode pensar.

Para ingressar nos estudos de mestrado na universidade guianense é bem simples. Não é necessário passar por provas e outros tipos de testes. Basta validar o certificado de graduação e apresentar uma série de documentos solicitados.

A comunicadora sempre se sentiu na obrigação de ser a ponte entre brasileiros e a Guiana Francesa e sabia que podia usar sua profissão para auxiliar a grande comunidade de conterrâneos naquele território. Criou, então, o (hoje extinto) blog Correio Guianense, espaço em que escrevia sobre diversos temas referentes à vida no DUF. Mais tarde, com ajuda da influente Francinete, conseguiu um emprego na rádio Jam FM, líder de audiência entre a comunidade brasileira em Caiena. Apresentou uma espécie de jornal indireto. Comprava o periódico *France-Guyane* e traduzia as notícias para o português, ao vivo, das 8h às 9h, todos os dias da semana. Transferiu, assim, o nome do seu antigo blog para o próprio programa na estação 96.2 da frequência guianense.

– O objetivo era passar a notícia em português e também ter participação de outros jornalistas. Eu já tinha contato de jornalistas de Macapá, daí todo dia entrava um jornalista diferente, que dava notícia lá da fronteira. E também o assessor lá do governador dava notícia de quando iam as comitivas daqui pra lá e tudo mais. Também tinha no programa um mini-curso de francês, que era gravado por mim e por duas amigas do mestrado. Era gravado na cozinha de casa. Tinha muita audiência. Todo mundo queria aprender... Mas tudo isso foi por água abaixo por falta de patrocínio.

Infelizmente, na Guiana Francesa, grandes ideias não sobrevivem sem um bom pé de meia.

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

6

Negócio da Guiana

*“Os estrangeiros, eu sei que eles vão gostar /
Tem o Atlântico, tem vista pro mar / A Amazônia
é o jardim do quintal / E o dólar deles paga o nosso
mingau”*

Raul Seixas (“Aluga-se”)

William Zolnowski tem nome inglês, sobrenome polonês e RG brasileiro. O rapaz loiro foge ao padrão da população local – uma vantagem para quem é constantemente confundido com um francês. Tanto que nosso primeiro reflexo, no *check-in* do Central Hotel, é a pergunta *parlez-vous portugais?*. Mas não são só os olhos azuis que diferenciam o recepcionista mais jovem da hospedaria. Sua trajetória também não se assemelha em nada a da maioria dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa.

Nascido em Joinville, Santa Catarina, o garoto de família pobre sempre percebeu cedo que as portas se abrem para quem é estudioso. Chegou a ter vaga garantida em uma faculdade de Matemática no sul do País. Pensava em prestar vestibular para Física, mas com a mudança do pai para os Estados Unidos, acabou concluindo o ensino médio na Flórida. Lá, ele conquistou uma bolsa de US\$ 10 mil (o equivalente a R\$ 20 mil) em uma universidade americana, mas faltaram documentos para que ele pudesse receber o dinheiro e iniciar os estudos.

Foi nessa época que o catarinense se apaixonou por uma francesa, filha de um brasileiro com uma parisiense. Ele a pediu em casamento, ela aceitou, e depois de viver o sonho americano por quatro anos, William

retornou ao Brasil de mãos dadas com noiva. Voltou a estudar e passou no vestibular de Engenharia Ambiental e Sanitária de uma faculdade privada de Joinville, mas o romântico tinha o casamento como prioridade. Desistiu do diploma e seguiu a amada até a casa dos pais dela na Guiana Francesa, mas não se acomodou. Chegou e foi logo procurar os meios de regularizar sua situação ao lado da moça franco-americana. Fez o curso de francês obrigatório para os recém-chegados, desembolsando de cara cerca de € 300 para participar das aulas, fazer a prova e pegar o certificado. O Romeu é um poliglota, fluente em inglês, francês e português. Preparado para amar em todas as línguas de sua Julieta, menos o espanhol de sotaque cubano da esposa. Infelizmente a moça de 21 anos foi demitida recentemente. Ele admite que abriu mão de vontades por causa do casamento, mas afirma com olhar apaixonado que “queria fazer faculdade, seja aqui, em Paris ou no Brasil, mas agora não dá, como a gente é dois, agora fica mais complicado. Se eu vou, ela vai junto e aí é muito gasto”, lamenta. A prioridade agora é o pão de cada dia.

Mesmo sem curso superior e pagando um aluguel de € 500 (cerca de R\$ 1.100), o descendente de poloneses leva uma vida confortável. No hotel, o jovem de 26 anos se destaca e colhe, profissionalmente, os benefícios da virtude da versatilidade. “Sou cidadão do mundo”, apelida-se. Mas sua paixão é os Estados Unidos. Americanizado, tem a aparência de um jovem nascido no *baby boom*, cuja adolescência foi marcada pela brilhantina no topete à la John Travolta em Grease. Mescla palavras francesas e inglesas, como *voilà* e *clash*, e o “superamericano” é o lanche de que mais gosta em Caiena. Faz jus ao título que se deu. Diz que vai para onde o vento levar, mas afirma que não sai do Departamento Ultramarino tão rápido. Planeja montar uma empresa de informática e, quem sabe, desenvolver finalmente os conhecimentos em matemática e física. William é o homem da casa e não pode parar. Por isso, fala rápido. Daqui a quatro anos quer ter um filho, e já sabe que a criança vai estudar lá mesmo. “Aqui, estudo é melhor do que na América. Eu morei quatro anos lá e estudei dois anos. Então deu pra sentir como é que é. Os americanos são burros, viu? Coisa que a gente aprende em primeiro ano de ensino médio, lá pra eles é complicado, eles falam pra gente ‘tu é um gênio’ e tal” argumenta em favor da França.

Mesmo falando ligeiro, trocando línguas e contorcendo o português no sotaque meio confederado, meio *normande* como o dos pais da esposa, o recepcionista não se mostra aflito ou desesperado para alcançar suas metas. Trabalha sete horas por dia, alguns fins de semana, e espera, assim, os euros caírem na sua conta bancária no fim do mês. Sabe que não vai embora da Guiana Francesa. Só sai de lá para visitar a família em Joinville de tempos em tempos, já que os pais não têm as condições financeiras para a viagem hiperinflacionada pelos poucos voos até Caiena. Tranquilamente, William monta seu pé de meia na Guiana Francesa. É jovem, ainda tem muito tempo para planejar a vida.

Naquela noite, Filipe sorri e lança olhares para a dança contida da esposa Rúbia ao som caribenho que toca sob a luz neon. Permanece sentado do outro lado da casa noturna próxima a orla de Caiena. Não dança kuduro, só força a voz para conversar com o amigo pastor após o jantar. “Eu, particularmente, não gosto de música do Norte. Aqui, se você vai a um bar ou a uma balada, não dá pra ouvir música boa. Eu prefiro ficar em casa, ouvindo boa música”, conta o fã declarado de Djavan. No menu, um filé mignon ao molho argentino de chimichurri, servido em um prato de porcelana francesa com ornamentos azuis nas bordas, ao lado de um chopp da marca 1602 importado. O macapaense pede também um vinho, com ares de entendedor, e bebe a garrafa praticamente sozinho. Balança timidamente os pés debaixo da mesa ao ritmo do zouk que toca na pista enquanto ele olha e parece se divertir vendo os casais em passos quase ensaiados. Aos 30, Rúbia não aparenta ser cinco anos mais velha que ele. Tem um sorriso ingênuo num rosto sem rugas. Descola-se da cadeira e fica em pé em um canto, quase dançando. Dentro de seu vestido justo florido que delineia seu corpo cheio de curvas, a morena de cabelos alisados e muito pretos parece reprimida pela recusa do marido em acompanhá-la.

Filipe está com seis pessoas e, antes que os amigos possam ver a conta, ele saca o cartão Visa e paga os € 300 – no débito. O pastor ligeiramente embriagado pega o carro e nos leva de volta ao hotel. Desce para nos acompanhar até a porta e, longe da esposa, se gaba de conhecer várias prostitutas. “Pode escolher: tem prima federal, estadual...”, referindo-se a uma espécie de classificação qualitativa das garotas de programa.

Uma relação que fazia parte do seu trabalho como acolhedor na igreja. Para saciar seu desejo, acessa sites que Rúbia jamais saberia. “Sabe o Redtube? Vocês têm que ver esse aí”, indica. Na hora de se despedir, Filipe fala alto, cheio de gestos, irritando o velho recepcionista do hotel, que vai até ele e pede silêncio. Alterado, entra no carro, acelera, e responde com longas buzinas até rasgar a esquina mal iluminada.

Homem respeitável, Filipe claramente não age daquela forma em sua rotina regrada. Talvez o fato de estar com jovens que não faziam parte do seu círculo social e que estariam indo embora dali em 10 horas o tenha libertado, por uma noite, das responsabilidades de pai, pastor, marido e homem de negócios. Naquele momento, permitiu-se ser apenas o garoto de 24 anos que estava à vontade para se desligar de suas obrigações e curtir a vida.

Depois de uma jornada de trabalho, acordaria às sete da manhã do dia seguinte para uma reunião com comerciantes em St. Georges de l’Oyapock. Uma viagem de cerca de duas horas até a cidade fronteiriça não parece muito para quem está tão acostumado a visitar o Brasil para estudar o mercado em que pretende atuar com a empresa de exportação e importação que fundou há poucos meses com o primo. Por agora, seu sustento vem do emprego na Procter & Gamble (P&G), mas a esperança é de que, com a abertura da ponte entre o DUF e o Oiapoque, ele possa virar seu próprio chefe. Filipe não é apenas um sonhador. Articulado e visivelmente determinado, estudou a ideia exaustivamente antes de investir as economias em um negócio próprio. Demonstra saber onde está pisando pela firmeza da voz. Começou trabalhando como empacotador em um supermercado. O chefe, percebendo o empenho do garoto, bancou a formação do funcionário. Intercalava os estudos com o trabalho e bicos aos fins de semana, batalha que lhe rendeu um diploma em técnico de comércio exterior em apenas dois anos. Hoje administra as importações e exportações de produtos da P&G. Não raro é enviado ao exterior para “se reciclar” e aprender mais sobre marketing – tudo pago pela empresa. O esforço e determinação o levou a um patamar mais alto dentro da comunidade brasileira que vive no Departamento.

Apesar de continuar assistindo à rede Globo na TV a cabo de casa, está inteiramente adaptado à vida fora do País, à bordo de seu Peugeot

308 completo e novinho. O carro pode até ser um popular na França e nada incomum nas ruas de capital do DUF (onde é vendido a um preço inicial de € 20 mil, ou R\$ 52 mil, sem acessórios), mas parece fora de lugar ao sair pelas ruelas guianenses. Quando não está trabalhando, Filipe se dedica à igreja, que serve como escritório da sua função não-registrada oficialmente: a de mediador na relação entre a comunidade brasileira e as autoridades, aproveitando as habilidades de comunicador nato. Em um mês, viajaria para Santa Catarina para representar a Pioneira em um congresso protestante e passar férias em Balneário Camboriú. Tem condições de viajar para a Europa, mas nunca quis. Sempre que entra em férias, vai para o Brasil. No entanto, nunca para o Norte ou para o Nordeste, nem para visitar a irmã, que depois de passar quatro anos juntando dinheiro do lado francês da Amazônia, comprou uma casa e abriu uma loja de material de construção em Macapá.

– Sempre que vou no Brasil, vou pra São Paulo. Ano passado, estive duas vezes lá. Eu gosto de andar no Mercado Municipal. Em São Paulo eu me sinto muito bem. Não sei se eu viveria lá. Lá, eu fiz questão de pegar metrô pra eu ter a sensação de adrenalina, o coração batendo, porque cria uma adrenalina, assim, bom, porque pra mim cria – conta deslumbrado.

Na próxima viagem, daria uma esticadinha até à capital paulista. Filipe também gosta do lugar para fazer compras com sua esposa. Um dos roteiros de quando estão na cidade é passar a tarde gastando os euros convertidos em reais na 25 de Março. A mala de Rúbia voltaria lotada de roupas e sapatos, que são muito caros e pouco diversificados em Caiena. O casal e o filhinho Pedro Guilherme, de três anos, costumam ficar no hotel Formule 1 ao lado da Estação Paraíso do Metrô. A mulher, nascida no Espírito Santo, mal poderia esperar para voltar às cantinas do bairro do Bixiga. Dentre tantos restaurantes étnicos resultantes da mistura de povos, a culinária italiana não tem influência significativa na gastronomia da Guiana Francesa, e a capixaba sente falta das massas que experimentou no Sudeste do Brasil.

Comida não é o forte da Guiana Francesa. Os sabores da África, China, Brasil e França convivem, mas não se misturam. Por falta de ingredientes específicos e necessários, os pratos não são elaborados, com exceção de alguns em restaurantes mais caros, onde franceses burocratas do Estado fazem suas refeições bem temperadas. Carnes, por exemplo, até chegam na cidade, porém, a um preço até 15% mais alto que o cobrado nos locais de onde é importada – como o Brasil. Na Europa (e consequentemente na Guiana), não existe o que chamamos de carne de segunda. Toda carne é picanha ou filé mignon, e os preços acompanham a qualidade. Some a isso tudo as taxas de importação de produtos para o território ultramarino. Tudo que chega à Guiana Francesa vem da França continental, e em meio à burocracia e alta carga tributária, brasileiros como Gilmar Vieira Alves, gerente da Rodeio, a maior churrascaria do Departamento, tentam encontrar um jeito de trazer o Brasil de volta para a mesa do almoço.

A exemplo das lanchonetes dos garimpos ilegais, empresários de diversas nacionalidades preferem importar seus produtos trabalhando à margem da lei francesa. Seja pelo rio Oiapoque, seja pelo rio Maroni (na ponta oeste do país), muitas carnes, grãos e outros víveres chegam à porção francesa da Amazônia de maneira ilegal, sem fiscalização, e com um selo garantido de qualidade duvidosa. Gilmar viaja toda semana para o Oiapoque em busca de grandes quantidades de carne mais barata para abastecer os pratos dos brasileiros que não abrem mão do churrasco, e que não se importam com os € 30 (quase R\$ 80) que se esvaem de seus bolsos ao entrar no local. O gerente se orgulha do menu de seu estabelecimento, no entanto, nota-se no bufê de saladas e pratos quentes que não há cuidado no preparo. A enorme churrascaria, localizada a duas rotatórias de distância da cidade (ou cerca de 5 km) pela rodovia N1, é bastante conhecida em Caiena, mas em pleno domingo não chega a ter dez mesas ocupadas.

Se é bom ou ruim, se faz sucesso ou não, o fato é que a Rodeio conquista brasileiros saudosistas e guianenses curiosos não apenas pelo estômago sedento de carne, mas também pelos shows semanais de grupos de samba, com suas mulatas em trajes pequenos e coloridos. A decoração caricata, com bandeiras do Brasil por todos os lados e desenhos

de coqueiros nas paredes, também constrói um clima mais acolhedor para os brasileiros que estão longe de casa. Porém, não poderia ser mais *kitsch* – para horror dos cartesianos, embora o próprio dono seja francês. Chame isso de visão de negócios, o que ajudou o gerente Gilmar a comprar uma grande casa com piscina e traçar planos para voltar ao Brasil com seu próprio empreendimento.

Antes de alcançar essa ligeira mordomia, o gerente passou sete anos trabalhando em um garimpo. Deixou Brasília e foi para o território francês há 12 anos com seu irmão. Tinham apenas um ao outro como apoio para enfrentar um ambiente inóspito e cheio de incertezas. No entanto, Gilmar teve um privilégio de poucos. Pisou em solo francês devidamente legalizado, o que facilitou sua permanência e desenvolvimento no DUF. O candango poderia ter conseguido um cargo seguro logo que se estabeleceu na Guiana Francesa, mas o sonho de encontrar nem que fosse apenas uma grama de ouro, cuja cotação está em torno de € 50 (cerca de R\$ 130), falou mais alto. Partiu em direção a um garimpo e deixou o emprego fixo para outra hora, afinal, tinha documentos para se garantir mais tarde.

O clichê do sonho que se tornou pesadelo também não poupou Gilmar. Ele aguentou um pouco mais de meia década suportando terríveis febres e dores provocadas pela malária, quadro que, sozinho, diagnosticou incontáveis vezes. Passou anos vegetando e, naquele período, sentiu sua vida o abandonando no meio da floresta fechada. Havia chegado a hora de utilizar o poder dos documentos – papelada que conseguiu depois de “muita democracia”, trocando as bolas com relação a burocracia envolvida no processo de emissão do visto.

Migrou para a cidade e sem dificuldades encontrou um emprego de garçom na churrascaria Rodeio. Grande trunfo. Um restaurante de comidas brasileiras precisava de funcionários do Brasil. Gilmar viu colegas desistindo e retornando ao País, mas, ano após ano, ele continuava determinado a construir uma vida na Guiana Francesa e, devido a sua competência, tornou-se gerente do local. Hoje, aos 40 anos, o gerente tem tudo o que sonhou e mais. Possui uma casa grande, confortável, título de um clube para as horas de lazer, costuma dar festas, tem carro novo e dois

filhos: uma menina de 16 anos e um garoto de 7 anos.

Moreno com olhos verdes bem claros, conta que fez muito sucesso com as mulheres. Casou-se com uma francesa e se separou em seguida. “Deus me livre! As francesas são muito chatas! Nunca mais!”. Da união, sobrou apenas uma vantagem. Os filhos poderão estudar na França, caso assim desejem.

Quanto ao futuro, Gilmar ainda espera o momento certo de voltar ao Brasil e construir seu próprio negócio em Brasília. O dinheiro já está guardado para isso, mas ele quer esperar até os filhos terminarem o colégio para enviá-los a uma universidade na França. “Eu penso em morar lá, mas quero montar uns negócios em Brasília. Depois eu quero ver de ir pra França, sim. Posso trabalhar lá do que eu quiser, já falo a língua, tenho passaporte europeu. Tô com a vida feita. Não me preocupo com nada”, explica, com serenidade exalada na voz macia. Não teme nada, nem a perda do cargo. “Se eu sair da empresa, eu recebo, por três anos, o mesmo salário que eu ganhava. Mas aqui não é muito fácil conseguir outro emprego, então, quem tem o seu, tem que segurar. E é isso que eu faço.” Gilmar está satisfeito com a rotina na Rodeio, onde passa a maior parte das horas. Chega cedo para abrir a casa, almoça e janta lá e é o último a sair. Gastos com refeições, ele não tem, mas não é carne sem fiscalização que o mantém nutrido. É o sabor da vitória que alimenta Gilmar todos os dias.

Perto da Rodeio, no subúrbio de Lotissement Marengo, Francinete Silva mora com os filhos adultos numa casa singela, de muretas verde-aqua e portão de ferro pintado de vermelho. A aparência é cafona e mal cuidada, e a localização não ajuda a vislumbrar o que há do outro lado do muro da garagem em frente à estrada sem asfalto. No entanto, a música sertaneja cantada no karaokê improvisado em frente à tradicional churrasqueira de domingo, improvisada sobre tijolos, deixa na cara que ali vive uma brasileira. As cinco picapes Toyota ficam apertadas no quintal pequeno. A televisão Sony de 49 polegadas parece fora do lugar perto dos sofás encardidos e do chão de azulejo de porcelana típico de cozinhas antigas instalado na sala. Essa é a casa de Francinete, dona do restaurante Alegria, uma das brasileiras mais bem-sucedidas e influentes em Caiena – uma vida nova conquistada pela barriga.

A ex-lavadeira de garimpo ouviu os conselhos do patrão argentino e começou a investir seu rico dinheirinho. “Quando eu cheguei aqui, senti que as pessoas pensavam que toda a mulher que vinha pra cá era pra fazer prostituição e coisas erradas. Então eu falava sempre que existem muitas mulheres que vem pra cá pra fazer coisa errada mesmo, mas eu vou mostrar que eu sou brasileira, sou digna e vou honrar meu nome”, relembra com sua característica voz anasalada. Foi por volta de 1996 ou 1997 que ela começou sua trajetória para se tornar uma das mais respeitadas empresárias brasileiras no Departamento. Católica, a então *femme de ménage* se propôs a preparar uma feijoada beneficente para um grupo de radialistas dispostos a reverter a renda para ajudar brasileiros sem condições de retornar para casa. O sucesso foi tanto que ela foi chamada para trabalhar no *staff* do restaurante. Não demorou muito para que outras propostas surgissem e os planos pipocassem na cabeça da mulher. Foi jantar com o patrão brasileiro, seu Reginaldo, e observou atentamente ao movimento do lugar onde acabaria realizando seu sonho de construir uma vida financeira estável.

– Falei “olha, Reginaldo, eles só não ganham dinheiro porque eles não sabem fazer”. Ali era um ponto muito bom.

Francinete tomou coragem para sacar as economias e dar um pulo no escuro. Tirou 5 mil francos, procurou a dona do lugar e propôs parcelar a primeira parte do aluguel de 18 mil francos a cada dois meses. Endividada na casa dos cinco dígitos, a maranhense terminou a faxina na casa do dia e foi ao chinês mais próximo. Comprou os ingredientes, os estocou no novo negócio e olhou para os céus. “Senhor, como é que eu vou fazer?”, contemplou. Há seis anos no Departamento, ela não falava o melhor da língua francesa, mas conseguiu se convencer a deitar a cabeça no travesseiro e encarar o amanhã para nunca se arrepender.

– Quando deu de manhã eu me espertei e disse “vou fazer a comida que a minha mãe faz pra nós”. E fiz. E tô até hoje fazendo.

Caminhando contra o vento, Francinete é dona de seu próprio terreno desde 2008. O bufê, uma mistura de pratos tipicamente brasileiros com a culinária guianense, não é particularmente inspirado. Se na Rodeio a carne não é de primeira, o mesmo pode se dizer do *saté* do Alegria,

uma espécie de espetinho de carne de porco, frango ou boi mergulhado num molho de amendoim apimentado e de gosto forte, de origem créole. Mesmo assim, localizado numa região movimentada de Caiena em frente ao Quartel de Bombeiros, na avenida Boulevard Jubelin. Não paga aluguel a ninguém, e ainda emprega dois de seus cinco filhos no restaurante. A mais velha, Laurinete (de 37 anos), chegou na Guiana em 2000 com a ajuda do ex-patrão argentino, César. É casada com um homem de “família com nome e tudo” dentro do DUF, os Borrenaix. Trabalha no mesmo aeroporto internacional que empregou Francinete. Dessa vez, não limpando os aviões estacionados a tarde inteira no pátio quase sem chegadas e decolagens, mas vendendo pacotes turísticos para Paris, Aruba ou Macapá. Um a um, a família se reuniu de novo, pela primeira vez desde Imperatriz, só em 2004. Outra filha, Lauriete, trabalha em uma grande loja de materiais de construção. Já Laelson, aos 32 anos, é empregado em uma serralheria. Só Laudinete, de 29, e o caçula de 25 anos continuam sob as asas da mãezona. Ninguém aqui estudou o lycée francês ou procurou uma formação na Universidade de Caiena. A família do interior do Maranhão alcançou, à sua maneira, o sucesso medido pelos carros Citroën e as picapes adesivadas.

Nas estreitas e pouco movimentadas ruas, predomina o ronco dos motores franceses, os mais populares nesta porção de terra. Bem-vindo à Guiana Francesa, nosso vizinho mestiço: metade europeu e metade latino.

A região não costuma estampar as capas de jornais (a não ser para noticiar algum conflito entre garimpeiros ilegais e a polícia), mas é palco de desfile para diversos carrões europeus. O Renault Mégane, aqui, é tão popular quanto o Volkswagen Gol no Brasil. E, apesar do mercado pequeno, modelos como o esportivo Citroën DS3 estreamam em terras guianenses antes do que nas lojas brasileiras. Isso porque o Território goza de diversos benefícios para a importação de produtos industrializados do colonizador europeu.

Ao atravessar o rio Oiapoque do lado brasileiro e descer na outra margem, em Saint-Georges-de-l’Oyapock, percebe-se imediatamen-

te que temos um vizinho europeu. Citroëns, Peugeots e Renaults com placas da União Europeia denunciam que a América ficou rio abaixo – literalmente. Da cidadezinha saem as vans que levam até *Cayenne* (isso, como o Porsche). As estradas são vazias, muito bem sinalizadas e perfeitamente asfaltadas. É mesmo o primeiro mundo. Mas não é permitido abusar e pisar no acelerador para sentir a brisa tropical. Há três barreiras policiais no caminho, e elas param todos os veículos a fim de encontrar imigrantes ilegais. Todos respeitam as sinalizações, os pedestres e os outros veículos. Como na Europa, estacionamento parece ser desnecessário: os carros se espremem próximo às calçadas, deixando as vias estreitas ainda mais apertadas.

Os carros mais comuns são o Peugeot 207 (de verdade, e não o 206 maquiado do Brasil), o Citroën C3 e o Mini Cooper, além de muitas opções de BMW e Nissan. Os táxis são Mercedes, como na Alemanha. Não, a Guiana não é um recanto de milionários, mas o salário mínimo está em torno de € 1.400 (cerca de R\$ 3.500). Além disso, muitos incentivos são dados para a compra de um carro. “Não tem que dar entrada, você já começa parcelando. O problema é que entra muito carro novo e o que você tem fica velho logo, aí você compra outro e parcela em muitas e muitas vezes. É um ciclo vicioso”, conta o motorista brasileiro Lino Barbosa.

Tudo o que é comercializado no território vem da França, mas ao contrário de alimentos e outros produtos essenciais, os preços dos automóveis não costumam subir muito. Outra vantagem é que a Guiana Francesa tem o privilégio de possuir modelos comuns na Europa e que não vêm para o mercado brasileiro. Mesmo assim, o Clio semi-novo dourado da garçonete Tatiane Cavalcante ainda custou € 2.800 (em torno de R\$ 7 mil) já com 12 anos rodando pelo Departamento. A moda dos guianenses é customizar os carros com adesivos. Desenhos de gostos duvidosos, como dragões e notas musicais e até marcas de tiro enfeitam a lataria dos automóveis. É, de alguma forma, um meio de expressar a personalidade do proprietário. Mas, no caso de Tati, serve mais para alertar o motorista de trás. Um círculo branco com uma letra “A” em vermelho indica que aquele veículo pertence a um motorista com menos de três anos de habilitação. É como um alerta: “Cuidado, essa pessoa não sabe

dirigir ainda!”. Isto sem contar os custos adicionais para licenciar o veículo adesivado pelo órgão regulador de trânsito. “Tem que pagar um seguro e é alto, porque é jovem condutor e o risco de acidente é maior, né? Aqui é obrigatório ter seguro, se não a polícia te para”, diz a amapaense.

A população de imigrantes tem um padrão de vida considerado baixo. No entanto, mais alto do que teriam em seus lugares de origem. E, em muitos casos, contam com a ajuda do governo, que é bem generosa aos legalizados. Visitando o bairro periférico da Matinha, habitado quase que inteiramente por imigrantes brasileiros, é comum ver scooters novinhas e até picapes Toyota Hilux estacionadas em frente aos portões precários de metal enferrujado.

– Se você consegue se legalizar e você não trabalha, tem mais de 25 anos, pode ganhar do governo uma renda mínima de 400 e poucos euros mensais. Se você arruma uma casa e você não trabalha, o governo te ajuda às vezes com até 80% do aluguel – explica o radialista Nonato Lima ao volante de seu Hyundai i30 com o som no último volume. Mais cedo, ele mesmo admitia ser um fraudador do generoso sistema previdenciário francês.

7

Ordem e progresso

“Justiça é a primeira virtude das instituições sociais, assim como a verdade o é dos sistemas de pensamento”

John Rawls (“Uma Teoria da Justiça”)

A História tem um jeito estranho de acontecer. Nem sempre dois lugares, no mesmo período, vivenciam o mesmo tempo. Passado, presente e futuro se encontram em toda parte, no que os estudiosos chamam de *longue durée* – a longa duração. O conceito foi cunhado pelo historiador francês Fernand Braudel, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, após um encontro com o cangaceiro-herói Lampião. Ao excursionar pelo Nordeste dos anos 1930, Braudel percebeu uma estranha semelhança entre o cenário árido, povoado por bandidos sociais e elites fazendeiras, e a Europa sobre a qual se debruçou durante anos de estudo. O Brasil já era uma República, com representações oficiais em todas as unidades da Federação, mas a realidade dos sertões escancarava “velhas atitudes de pensamento e ação, resistente estruturas sociais que custam a morrer, às vezes contra toda a lógica”, como a ascensão do banditismo social de “Robin Hoods” como Virgulino Ferreira da Silva ou o domínio exercido até hoje pelos coroneis do interior de Pernambuco. Ou do Amapá.

Raimundo Nonato Lima é radialista, dono da maior audiência entre a comunidade brasileira em Caiena e seus arredores – muito embora

o Departamento ainda não possui nenhum órgão de medição para confirmar isto. “Mas eu faço o pessoal me xingar lá fora, faço o pessoal sorrir, gritar, correr pra aumentar o volume, correr pra diminuir o volume...” fala rápido e de um jeito enrolado pelo aparelho ortodôntico e pelo sotaque meio maranhense, meio francês após nove anos trabalhando na capital guianense. Chegou lá aos 22 anos, junto dos pais e de dois irmãos, mas só há três é que ele regularizou sua situação de pequeno famoso das ondas FM. Para conseguir seu primeiro visto de trabalho, ele pagou para ser o pai (no papel) de seu filho Moabe Douglas Lima. “Era só uma mulher que usava meu corpo e me deixou”, diz o homem magrelo aos risos enquanto exagera no *buffet* do Alegria. Ele não consegue terminar o prato cheio de arroz com feijão e saté, mas também não paga o almoço no restaurante de Francinete. Prefere trocar as poucas inserções publicitárias da empresária em seu programa diário por uma carta branca para o prato cheio de cada dia. Ele está acostumado a se aproveitar do sistema, mas nem por isso ele foge ao papel de “pai” do filho da amiga.

– O pai dele, de sangue mesmo, não queria responsabilidade, então a gente combinou, eu dei uma certa quantia em euro pra ela e registrei o filho. Mas com todas as responsabilidades de um pai. Eles não pedem exame de DNA nem nada, mas hoje eu sou pai do menino e não tem jeito. Bem que eu tentei alguma coisa com ela ainda, mas não deu muito certo depois de um tempo – diz por trás dos óculos de armação moderna. Costuma ver o filho de duas em duas semanas, “mas é mais quando eles precisam de alguma coisa mesmo”.

Todo os dias, entre 9h e meio-dia, Nonato transforma sua oratória. Se estiver em Caiena e não entender uma palavra de francês, basta sintonizar a frequência 96,6 FM megahertz, esperar a vinheta – “*Jam FM* programa *Alegria Alegria*, Nonato Lima e você!” – e prestar atenção no vozeirão do outro lado do seu dial. Ali, no singelo estúdio montado no primeiro andar de um conjunto habitacional tomado por antenas parabólicas nas imediações do centro de Caiena, restam poucos traços do jeito de falar confuso e cheio de vírgulas do maranhense. Ele é, no ar, uma versão morena cor de açaí do Cid Moreira discotecando tecnobrega, forró, sertanejo e outros ritmos dançantes da terra natal. “Aqui, modéstia

à parte, digamos que eu sou o cara. Eu tenho mais publicidade, eu tenho os melhores contratos, graças a Deus. E além do mais eu tenho o melhor horário do rádio. Isso no Brasil e no mundo praticamente! Eu não perco pra Ana Maria Braga e não perco pra desenho animado porque as crianças tão na escola”, se gaba. E a medida do sucesso é a quantidade de inserções do seu principal anunciante, o Governo do Estado do Amapá.

Ele nasceu para o rádio, mas sua trajetória talvez deva mais ao seu próprio tempo, longitude e latitude do que à voz com a qual foi abençoado. Caçula de três irmãos, Nonato tinha 15 anos quando começou a ganhar dinheiro com a garganta, ainda em São Luís do Maranhão. Ele trabalhava como locutor de uma loja no centro comercial da cidade, anunciando as ofertas de cama, mesa, banho ou camisetas no megafone. Se mudou ainda cedo para o Oiapoque, aos 16, quando a mãe recebeu propostas de trabalho no extremo norte do país e ele, por sua vez, conheceu o coronel que lhe abriu as portas no rádio. Na época, em 1997, o ex-senador Gilvam Borges (que ocupou a cadeira do Amapá no Senado entre 1994 e 2010, sempre circulando de sandálias pelo Congresso) procurava consolidar sua base eleitoral no município, após perder uma eleição para governador. Entre uma campanha e outra, fundava a primeira rádio FM da região, quando viu o talento na voz profunda e sensual do rapaz. “Eu fui a primeira pessoa a falar na rádio do Oiapoque, entendeu?”, diz orgulhoso. O senador pagou os estudos e os primeiros salários de Nonato, que hoje retribui o favor burlando as leis eleitorais brasileiras em terras francesas.

– Época de política sempre vem várias autoridades fazer proposta pra gente aqui. Porque aqui na Guiana é diferente do Brasil. Fora do horário político ou não, eu posso falar o que eu quiser. Por exemplo, eu falo “eu quero mandar um abraço pro Caio. É o meu candidato a prefeito, eu voto nele e, você que é brasileiro e tá sempre visitando o Oiapoque, quer ver uma cidade mais bonita, mais *chic*, vote pra ele...”. Vai induzindo a galera, sabe? Ou seja, se você falar isso no Brasil, fora de horário político, é proibido. Vai ser cassado. Aqui não, aqui eu posso fazer o que eu quiser porque a lei brasileira não vai interferir em nada.

Faz sentido. A maioria dos brasileiros imigrantes na Guiana Francesa, além de clandestino, também continua intimamente ligada ao Brasil

– e ao voto obrigatório. “Porque você acha que o governo do Amapá faz publicidade aqui comigo?”, pergunta Nonato de maneira retórica. “Porque tá aqui do lado né? Já é campanha do governo? Não, mas ele anuncia, manda pra mim toda semana um *spot* com os eventos que o governo patrocina”. Hoje, do outro lado da divisa, Gilvam Borges comanda de maneira até cômica uma espécie de “governo paralelo” em Macapá. Revoltado com o atual governador do Estado, Camilo Capiberibe, ele se auto-intitula o líder da oposição e, inclusive, anuncia suas próprias obras públicas, como melhorias em maternidades e hospitais, a construção de 25 mil casas populares e aberturas de estradas, ruas e rodovias na capital amapaense. Acabou detido por crime ambiental no início de 2012, quando operava (ele mesmo) um trator às margens de uma área sujeita a alagamentos. Abria, por conta própria, uma nova rodovia na periferia da cidade. Queria desestabilizar o governo do inimigo político de longa-data e conseguiu.

Solteiro, legalizado no Departamento e trabalhando menos de seis horas por dia, Nonato tem tempo livre de sobra. Aproveita para jogar uma pelada no final de tarde às terças, quartas e quintas na quadra poliesportiva que fica bem perto da rádio. Hoje ele vende parte do horário para o programa evangélico de um pastor português. Ganha bem, dirige um carro japonês, sempre em traje esporte-fino. “Agora até tem uma secretária que tá estagiando comigo pra ver se ela consegue pegar um macete bacana, por exemplo”, conta antes de insistir numa pequena entrevista ao vivo para o Alegria Alegria. Transforma sua voz novamente e pergunta sobre o que se ouve falar da Guiana Francesa em São Paulo. Faz piadinhas infames “suas lindas amigas paulistinhas”, e interage com o público que lhe envia mensagens não por Facebook ou Twitter, mas pelo antiquado MSN Messenger. Mantém o penteado curto impecável, mesmo no calor úmido de mais de 30° de todos os dias lá fora. Mora no centro da cidade, na rua Molé a menos de 100 metros da porta de entrada do Central Hotel, e aproveita todos esses atributos para atenuar a própria genética desfavorável nos shows e baladas que anuncia para a noite de Caiena.

– Você vê muito francês e muito guianense se entrosando com a gente por causa da multidão. Em show brasileiro lota “meta-meta”. Metade brasileiro e metade francês, 50% público brasileiro, 50% grin-

go. Gringo não, francês! Aí sim, aí tem um entrosamento bacana. Numa sexta-feira no Dominó [bar muito frequentado por brasileiros no centro da capital] a noite vai até tarde. Nessa sexta-feira, por exemplo... Houve uma certa publicidade pra eles e era show de *strip-tease* pra homens e mulheres. Sexta-feira normalmente é meio parado, mas nesse dia tava bem movimentado inclusive.

“Infelizmente minha única decepção aqui foi meu irmão”, conta no caminho de volta do almoço. Rubinho, o mais velho dos três irmãos, morreu em um acidente de moto em 2009 em Caiena. “Até hoje minha mãe chora por ter trazido ele pra cá, se culpando”, diz sem tirar as mãos do volante encapado em couro. Hoje, Nonato já pensa em voltar para o Brasil, ainda que não tenha planos concretos para tal. A ideia é se juntar ao resto da família que voltou para São Luís com alguns euros no bolso e montar, com suas economias, sua própria rádio lá. O único problema é a concorrência.

– Tenho uns projetos de ficar mais uns dois anos aqui e ir pra São Luís. Quero ir embora, mas primeiro quero me fazer alguma coisa. Quero ter condições financeiras de chegar lá e montar um negócio pra mim, por exemplo. Isso porque na minha área, no Brasil, tem muito cara bom. Tem muito concorrente, sobretudo na capital. Mas fora isso... Aqui eu não tenho família, e eu não quero construir família aqui. Eu não quero me casar aqui, eu não pretendo.

Sentiu o sangue escorrer pelas pernas e uma pontada aguda abaixo da barriga. Numa manhã quente de novembro, em 2011, Joseane Auxiliadora da Silva acordou disposta para mais um dia de trabalho em um garimpo em Maripasoula, território perdido na fronteira entre Guiana Francesa e o Suriname. A vendedora de artigos básicos distraía o sofrimento de não ver as filhas há 10 anos dando duro no ambiente inóspito do vilarejo imerso na região com a menor densidade populacional de todo o DUF. Só que naquele dia, sua rotina foi quebrada pela forte dor e pelo líquido de vermelho intenso que não cessava. Gritou por ajuda e foi acudida pelos garimpeiros, que a levaram até o hospital mais próximo do lado surinamês e, algumas semanas depois, para Caiena. O status de

ilegal seria descoberto antes mesmo da doença. A lei é dura, e ela iria deportada em poucas horas para Macapá. Uma vez no Brasil, seria levada para o Hospital Geral de Macapá e esquecida em uma maca no corredor da ala seis. Os gritos de dor não seriam suficientes para chamar a atenção dos médicos, e o destino seria bem diferente do que a verdade. Felizmente para Joseane, o sistema de saúde francês é bem mais humano do que o que encontramos no SUS brasileiro.

Examinada pela equipe do hospital no Suriname, mas ainda sem um diagnóstico conclusivo, Joseane foi transferida para o eficiente Hospital Municipal de Caiena, a 250 km de chão sem estrada. Os médicos formados na França a esperavam no saguão, prontos para levá-la à sala de cirurgia. Em vez de seus documentos, pediram para dizer o que sentia. Descobriu-se um adenocarcinoma, um tipo raro de câncer uterino, já em estágio avançado. Disseram que as chances de sobreviver eram mínimas, porém, deixariam a clandestina morrer em paz em um dos quartos do hospital. Joseane não molhou com lágrimas a pele de morena-do-Norte ao receber a notícia. Tranquila, fechou os olhos castanhos, fundos de olheiras, e pensou nas filhas. Os 10 anos de distância já não pareciam tanto tempo perto da eternidade que lhe encarava no fundo da íris. Aceitou ser levada para o quarto, seu último leito, e dormiu. Na manhã seguinte, a macapaense abriu os olhos ainda confusos e se deparou com uma silhueta em trajes brancos. Ouviu o som dos pássaros e chegou a pensar que estava no céu. O “bonjour” pronunciado por uma voz grave a trouxe de volta à vida. Não era um anjo, e sim o chefe de oncologia que trazia notícias otimistas. Ele não estava convencido dos resultados dos exames e sentiu que a paciente havia respondido bem à operação. Decidiu que iria insistir em um tratamento e procurou Joseane, pela manhã, para propor a ideia.

“Tô agarrando a chance de rever minhas filhas”, diz sem tremer a voz deitada na cama simples do leito sem ar-condicionado. Sua caçula, Graciete, tem 21 anos e vive em Macapá. É casada e fez família. Acostumou-se a ser mãe e não ter os cuidados da própria. A outra tem 22 anos, mas Joseane já não sabe mais como se chama. O pai levou a garota embora para o Maranhão, trocou o nome de batismo da filha e a mãe nunca mais teve notícias. No entanto, ela promete ir atrás das duas quando

estiver curada. As moças provavelmente não a reconheceriam naquelas olheiras profundas e, aos 41 anos, com o cabelo cinza e escasso pelo início da quimioterapia. Apesar de enfrentar uma doença grave e em estágio avançado, a cura não parece impossível. A equipe responsável pelo caso chegou a conclusão de que a imigrante deveria ir para a Lyon, na França, para ser tratada num hospital referência no combate ao câncer, o Centre Léon-Bérard. Ser ilegal não seria um empecilho. Alguns dias depois da internação, uma assistente social foi chamada para ajudar Joseane a conseguir toda a documentação necessária para que ela legalizasse a situação e continuasse a ser atendida em Caiena – sem custos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a França dispõe do melhor sistema de saúde pública universal do mundo, um dispositivo estatal herdeiro de uma longa e visionária tradição. O Hospital Hôtel-Dieu de Paris, por exemplo, foi fundado ainda em 650 d.C. Já o rei Henry VI tratou de abrir, em 1650, o primeiro hospital moderno, também na capital francesa. Só em 2011, a Sécurité Sociale Française (Seguridade Social Francês, órgão que maneja a distribuição de verbas de pensões, seguro-desemprego e gastos da saúde) consumiu uma verba de € 450 bilhões (cerca de R\$ 1,2 trilhão), ou $\frac{1}{4}$ de todo o orçamento do Estado. Em média, todo ano o governo gasta 11% do PIB somente em saúde pública, sem levar em consideração o montante pago em pensões, aposentadorias e indenizações por acidente de trabalho. Trata-se de um serviço bastante oneroso para o Governo, mas praticamente gratuito para o cidadão comum tanto na França continental quanto na Guiana Francesa. Na prática, a *Secú* (como é apelidada pelos franceses) funciona mais ou menos como um seguro compulsório, cuja mensalidade vem embutida nos impostos, e que soma, em média, apenas € 30 (cerca de R\$ 80) por ano para o bolso do contribuinte. O cidadão utiliza seu cartão de Seguridade Social para pagar desde consultas, tratamentos, internações e medicamentos – mas quem realmente custeia essas despesas é o próprio governo, uma vez que dependendo do remédio ou do procedimento, o cadastrado só arca com uma pequena (ou nenhuma) porcentagem do valor, nunca mais do que 50% do total. Os benefícios inclusos chegam a soar cômicos para os padrões do Brasil, um dos poucos países do mundo a também adotar um

sistema de saúde universal, apesar das diferenças gritantes entre a qualidade dos serviços. Na França, há desde babás pagas pelo Estado a serviços de táxi para embriagados e consultas em domicílio para os resfriados. Na Guiana Francesa, Lino Barbosa, além de prestar serviços como paramédico, também leva pessoas para consultas de rotina. “Aqui, ninguém vai sozinho para o médico, a gente sempre leva a pessoa até ele, não importa a gravidade”, explica. Porém, não são apenas os franceses e guianenses que se beneficiam de seu sistema de saúde exemplar.

Em termos jurídicos, o que é pregado pelo Estado francês é uma “obrigação de ordem pública”. Não importa a nacionalidade ou a situação em que o paciente esteja, se ele reside na França, tem o direito de obter um tratamento de qualidade tanto nos hospitais públicos quanto nos privados. Aos olhos da lei francesa e do artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que qualifica alguém a merecer a ajuda francesa é o simples fato de viver na mesma comunidade, algo que beneficia não só Joseane, mas também moradores sem-teto de Marselha ou Paris, por exemplo. Nas palavras do ex-ministro da Saúde Jean-François Mattei, discursadas ante ao Comitê de Contas da Seguridade Social em 2003, “a Seguridade Social está no coração de nosso contrato social. Ela é a principal garantia de justiça social e de solidariedade em nosso País”. Em linhas gerais, Liberdade, Igualdade e Fraternidade continuam sendo o norte da bússola moral do Estado, embora a Guiana Francesa seja, atualmente, o único DUF a continuar inserido no mesmo mecanismo de seguridade social que a metrópole. Ainda assim, não podemos afirmar que a região está bem servida de hospitais e serviços médicos. Surto de dengue e malária ainda são comuns no Departamento, especialmente nas regiões mais imersas na floresta. Mas, como lembra o socorrista brasileiro Lino, “qualquer coisa é melhor do que aqueles açougueiros lá do Oiapoque. Aqui no hospital, a gente sabe que mandar o ferido pro Brasil é praticamente assinar uma sentença de morte”.

Em abril de 2012, Joseane viajou até Lyon – com tudo pago – para ficar dois meses em tratamento experimental. Após esse tempo, retornou a Caiena e novamente teve ajuda da mesma assistente social. Já legalizada, o governo garantiu moradia, curso de francês, medicamentos e uma

renda fixa para que ela se estabelecesse na cidade confortavelmente e não retornasse ao garimpo de onde saiu. Hoje, ela se reveza entre medo da doença e o de não rever mais suas duas filhas, mas exhibe o semblante despreocupado de quem não tem muito mais o que perder na vida.

O som do berimbau frenético ecoa do lado de fora da escola primária, mas não é um brasileiro quem comanda o berra-boi. No centro da roda montada sob a iluminação amarelada do pátio da escola Josephine Horth, em frente à praça das palmeiras, o brasileiro Genivaldo Melo dos Santos se contorce via chão e ar contra a moça loira e atlética. Chuta o céu por sobre a nuca da mulher, pula para o lado, se esquiva do contragolpe com uma estrela e a cumprimenta, abrindo espaço para os alunos e puxando um novo canto para embalar a aula. Genivaldo, o mestre Borrachinha, é o cartão de visitas do Brasil para muitos jovens guianenses. Professor de capoeira pelo grupo Shalom, ligado à igreja evangélica, ele participa de um processo de mudanças no sistema de educação francesa.

Aprovada em 2000, a *Loi de Orientation Pour l'Autremer* (Lei de Orientação Ultramarina, ou Lei 2000-1207) procura atender a uma antiga reivindicação dos territórios ultramarinos franceses. O texto prevê que “Estado e autoridades locais devem promover o respeito, a proteção e a preservação de conhecimentos e práticas das comunidades locais” através do sistema público de ensino. Em tese, isso deveria obrigar o governo guianense a instituir o ensino do créole e de línguas indígenas nos colégios, além de continuar o calendário instituído pelo Ministério da Educação francesa nas 111 escolas do DUF. Na prática, a lei serve também para fortalecer o trabalho de Borrachinha, oferecendo atividades complementares intimamente ligadas à cultura de uma das maiores comunidades estrangeiras em Caiena, a de brasileiros.

Pernambucano de Recife, Genivaldo viajou o Brasil inteiro antes de ir, por puro acaso, para a Guiana Francesa. “A gente parava em cada cidadezinha, ia passando o chapeuzinho...”, conta lentamente o capoeirista corpulento, meio gordinho, careca, baixinho e nada atlético, mas famoso pela elasticidade que inspirou o apelido. A primeira vez foi em 1998, aos 25 anos, durante uma excursão ao Oiapoque. Na Copa do

Mundo de julho daquele ano, o Brasil do “Fenômeno” seria atropelado pela anfitriã França de Zinedine Zidane na final disputada na periferia de Paris, mas foi Borrachinha quem ganhou de goleada. Interceptado por autoridades de St. Georges naquele mesmo mês fatídico, ele e seu antigo grupo de capoeira foram convidados para uma série de apresentações na Guiana Francesa. Receberam vistos de trabalho, jogaram algumas rodas em Kourou, Caiena e St. Georges e, quando percebeu, já eram patrocinados pela companhia aérea Air France para realizar exibições em Paris, Montpellier, Guadalupe e Martinica. Quatro anos depois, ele já era um orgulhoso morador de Caiena.

Casado com a brasileira Erinete da Silva, de 40 anos, Borrachinha ainda pensa nas praias do Recife, mas prefere optar pela educação do filho, o pequeno Elizeu (de 8 anos), e dos dois enteados, o adolescente William (16) – que já planeja cursar Engenharia Civil – e a mocinha Williane (14). “Eu sinto que vou atrapalhar os sonhos dos meus filhos se eu sair daqui, tenho que ficar com eles. Aí quando eles forem pra lá [para a França] eu penso no Brasil, numa casa na praia... Aí eles vão mandar dinheiro pra mim, né?”, ri falando sério. Hoje, aos 37 anos, ele dá aula para alunos de sete escolas da capital da Guiana, além de ensinar um estilo de capoeira mais combativo para membros da polícia e da *gendarmérie*, como a bela militar caucasiana a lhe enfrentar no círculo central. A turma, composta por alunos experientes, conta ainda com um jovem rapaz surinamense de pele ébana e tranças rastafári; uma policial guianense que chacoalha seus fartos cabelos castanhos e cacheados; a esposa de Borrachinha, também capoeirista; outros dois brasileiros, uma manauara casada com um militar francês e o maranhense André, com seu indefectível bigodinho de adolescente; além de outros quatro jovens e habilidosos guianenses e nós – bem mais zerados na arte marcial brasileira do que nossos colegas de turma “gringos”.

Entretanto, ensinar a usar o corpo é mais simples do que manter o tal padrão francês de ensino. Embora a educação tome todo ano cerca de € 120 bilhões (cerca de R\$ 315 bilhões) do Ministère de l'Éducation nationale, de la Jeunesse et de la Vie associative (este é o nome pomposo do Ministério da Educação francês, ou Ministério da Educação Nacional, Juventude e Vida em Sociedade), o sistema de ensino permanece

fortemente centralizado. Não apenas todas as decisões são tomadas pelo próprio ministério ou deputados e senadores em Paris, como todo o material escolar e parte dos professores são “importados” da Europa. Na Guiana Francesa, em plena floresta equatorial, os livros de estudo não somente não falam sua própria língua (ou dialeto), como exibem figuras que não lhes dizem qualquer respeito, como árvores de natal, fotografias de crianças caucasianas, neve em dezembro e outras tantas coisas que conhecemos bem no Brasil graças a Hollywood, por exemplo. A diferença é que, segundo pesquisa do Instituto de Linguísticas da Universidade de Québec, as crianças guianenses “facilmente se identificam como estrangeiros em seu próprio País”. Desde 2000, a pedagogia das disciplinas de História e Geografia, por exemplo, vem sofrendo alterações para comportar assuntos mais imediatos à realidade dos Departamentos Ultramarinos. No entanto, não se pode deixar de levar em conta que boa parte dos alunos não é nem mesmo de origem francófona, tendo outro idioma como língua-mãe, o que contribui para o pouco interesse de jovens e adultos em se inscrever num curso superior e também para a vergonhosa taxa de 23% de analfabetismo em um território da poderosa União Europeia.

Embora pais preocupados e mais bem-estabelecidos economicamente, como Borrachinha, Gilmar e Filipe, se preocupem em pavimentar um caminho de estudos gratuitos e de boa qualidade até o ensino universitário, a maioria dos jovens brasileiros prefere trilhar o caminho de trabalho árduo de seus pais imigrantes. O campus da Universidade de Caiena, por exemplo, oferece graduações gratuitas em Agropecuária, Direito, Economia, Engenharia, Química e outros, além de custear parte da conclusão de curso em instituições públicas na velha França, mas é taxada pela cônsul do Brasil, Ana Lélia Beltrame, como “o único lugar da Guiana onde não se ouve português”. Há exceções, como a mestranda Gisele Negrão, acostumada a ter de trocar de sala sob a gritaria de professores de origem francesa na universidade, mas a regra está mais para o lado do filho de Francinete, Laelson, que culpa a barreira da língua (ouvida pela primeira vez somente aos 12 anos) pelo abandono dos estudos aos 16 de idade. De uma certa maneira, boa parte dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa melhora de qualidade de vida, mas eles acabam estacio-

nados na mesma situação social de que fugiram anos antes. E é por isso que, segundo Beltrame, “três gerações depois, até hoje nenhum brasileiro trabalhou para o Centro Espacial de Kourou”, construído pelo suor de nortistas e outros estrangeiros nos anos 1960.

Jovens brancos falando português. A cena é tão incomum que virou de cabeça para baixo o mundo do garotinho com traços indígenas. Ele puxa o braço da mãe e pergunta em alto e bom som, como um bom lembrete da inocência infantil.

– Eles são brasileiro?

– Ah, eles devem ser, meu filho. Mas devem ser brasileiros lá do Sul, porque eles são bem branquinhos. Pode reparar que eles até falam diferente da gente, que eles nem entendem o que a gente tá falando....

“Ter cara de gringo” pode ser uma coisa boa em Caiena, principalmente quando parecer brasileiro vem acompanhado de suas próprias implicações. Que o diga Alda Ferreira Martins, a moradora da Matinha deportada sete vezes desde 2001.

– Até 2008 pra 2009 tava bom, sabe, pra gente morar, sair na rua. Porque a polícia tinha o trabalho dela, mas não era tão avançado como é hoje né? Pra clandestino... Porque a PAF [Polícia Anti-Imigração] tá em todos os lugares. Hoje tá difícil de eu abrir meu portão e sair pro lado de fora, porque é muito difícil. A qualquer hora a polícia pode me pegar e pode me mandar pro Brasil de volta.

Moradora de uma invasão, Alda e o companheiro José construíram a casinha humilde nos fundos de outro barraco de madeira. Para chegar até a porta do quarto-sala-cozinha sem água encanada, mas com geladeira e TV de alta-definição, é preciso atravessar o espaço estreito entre a casa da frente e o muro do vizinho. O chão de terra batida, já em processo claro de erosão sob as casas da frente, suja os pés dela toda vez que vai até a beira da rua sem asfalto para “ver o movimento”. Mais do que isso, só sai na presença do quase-marido, portador de um visto de trabalho renovado anualmente. Clandestina há 11 anos entre idas e vindas da fronteira, a amapaense convive com o medo de se ver obrigada a encerrar

a dura travessia do Oiapoque mais uma vez, porém sua vizinhança não ajuda muito. Nos últimos anos, a polícia anti-imigração endureceu o jogo contra os imigrantes ilegais não apenas na Guiana Francesa como em toda a França, tornando bairros dominados por estrangeiros (como a Martinha) alvos fáceis. Segundo estimativas do Ministério do Interior francês, há 38 mil imigrantes vivendo clandestinos no DUF – o que corresponde a impressionantes 40% da população de cerca de 230 mil habitantes do Departamento. De acordo com o Consulado Geral do Brasil em Caiena, hoje cerca de 10 mil brasileiros moram na Guiana Francesa, dos quais em torno de 3.700 se encontram de maneira irregular – tudo isso sem contar tantos outros que já nasceram no território ou ganharam a dupla-cidadania francesa. E é por causa de alguns desses franco-brasileiros que a corda estoura na ponta mais fraca, como Alda.

Se há um benefício da *Secú* do qual boa parte dessa população imigrante se aproveita, este é o ramo das pensões, divididas em indenizações por acidentes de trabalho, aposentadorias e, principalmente, pensões familiares e seguro-desemprego. E com índices de desemprego beirando os 30% no DUF, é comum que grupos inteiros de imigrantes sejam estigmatizados como preguiçosos ou encostados nos generosos programas de assistência social franceses – e não apenas por seus vizinhos estrangeiros, como também por outros brasileiros como a camareira do Central Hotel, Cláudia da Paz.

– É falta de interesse mesmo. Muitas meninas nova vem aqui pra cá pra fazer filho e aproveitar. Elas sabem que a CNAF [Caisse Nationale des Allocations Familiales, ou Fundo Nacional de Pensões Familiares] paga mesmo. É € 916 euro [ou R\$ 2.400] que ganha. Pra não fazer nada, pra ficar dentro de casa. Tem muitas que dizem “Cláudia, tu tá aí trabalhando, eu to em casa ganhando dinheiro”. Eu digo que o meu é o mais certo. Que o delas, se o papier tiver com problema pode ficar, dois, três mês sem receber. O meu trabalho é todo mês garantido – conta se referindo ao pagamento da PAJE, o programa francês de incentivo à taxa de natalidades e adoções.

A CNAF, uma espécie de bolsa-família que abrange não só as populações de renda mais baixa, mas todos os cadastrados na *Secú* que se interessarem em ir retirar mensalmente o seu depósito do governo. A pensão foi

estabelecida em € 399 (cerca de R\$ 1.500) para 2012, mas é reajustada a cada ano. Ainda em 2012, a partir do segundo filho as famílias receberiam ainda mais € 127 no contracheque (R\$ 300, ou 32% a mais). Para o terceiro, mais € 163 (o equivalente a R\$ 430, 41% sobre a base da CNAF). Em outras palavras, se uma brasileira mãe de dois filhos e devidamente regularizada na Guiana Francesa der a luz a um caçula em Caiena, ela receberá € 1.478 (cerca de R\$ 4.000) somente em pensões familiares. Isto sem levar em consideração os incentivos para manter as crianças na escola, que chegam a € 315 (R\$ 830) para os pais de adolescentes entre 15 e 18 anos, e programas de ajuda para o pagamento de alugueis. Não parece um mau negócio.

Mas, assim como é “lucrativo” ter filhos na Guiana, também é estar desempregado. Para quem sai do salário mínimo brasileiro de R\$ 667, a versão francesa é atraente: € 1.425,25, ou o equivalente a R\$ 3.750 – bem mais do que os R\$ 2.519 que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos brasileiro (Dieese) defende para o País. Novamente, basta ter o cartão da *Secú* e os documentos em dia, mas o benefício tem prazo de validade. Ninguém pode recebê-lo por mais de um ano e meio (730 dias, para ser exato), e os pagamentos são estipulados em 40% do salário anterior. Mas há quem aproveite o período da entre-safra para estudar, o que é incentivado por diversos programas do governo. Cláudia, por exemplo, se inscreveu no Contrat d’Accueil et d’Intégration (CAI, ou Contrato de Boas Vindas e Integração) para ir além de sua origem humilde. Casada com um martiniquense na Guiana Francesa em 2005, a paraense de Monte Dourado passou oito meses, com tudo pago, estudando a língua e a cultura francesa em Paris em 2009. Aliás, confessa que só voltou por causa do marido.

– Aproveitei. Porque aqui, quando você tá desempregada, você tem chance de fazer formação, tem tudo, entendeu? Eu disse que precisava aproveitar, precisava fazer a formação. Meu marido me deu apoio e eu resolvi ir pra estudar. O alojamento pagaram, o café da manhã também. Só à noite é que eu pagava pra jantar. Era uma pensão, tinha quatro andares, e eu era a única brasileira. Fazia festa todo dia lá, me adoravam. Eu preferia ficar lá. Foi por causa do meu marido que eu tive que voltar, mas a gente se falava no telefone todo dia.

Cláudia assimilou o curso tão bem que fala o português com alguma dificuldade, sempre tentando buscar palavras esquecidas no fundo do baú. De tempos em tempos, ela recebe a visita de seus filhos já adultos, de 19 e 21 anos, que segundo ela não gostam muito da Caiena bucólica e sem muitas opções de diversão ou praias próprias para um mergulho. “Cada um cuida da sua vida. Eles aceitaram a minha vida. Mesmo que more longe, nós somos próximos”, conta entre um e outro gole de sua Heineken de fim da tarde. Em ocasiões especiais, como o Dia das Mães, ela também costuma dar um pulo em Macapá para visitar a família que deixou pra trás – sempre com encomendas de eletrônicos, vinhos e perfumes na bagagem. Hoje, ao contrário da maior parte da comunidade brasileira no DUF, ela se enxerga mais como parte da França do que de sua terra-natal “só para passear”.

– Eu sinto falta do Brasil. De comer tacacá, maniçoba, a comida do Pará é gostosa. Mas você encontra aqui quase a mesma coisa, e eu tenho minha vida aqui, meu trabalho aqui... Agora a gente tá acostumado a comer uma comida daqui, uma coisa diferente. Aqui as coisa é mais forte. No Brasil não, eu não ia me acostumar mais de jeito nenhum. Eu me misturo com todo mundo. No grupo de amigo meu tem brasileiro, tem gente de Guadalupe, tem guianense, tem francês... Eles tinham preconceito no começo. Mas depois que eles frequenta brasileiros que são melhor, eles dizem que tem brasileiros que são assim e brasileiros que são assado. Por exemplo, um amigo meu tinha medo de brasileiro, dizia que brasileiro era isso, brasileiro era aquilo... Quando ele chegou na Guiana, a gente começou a tomar café junto e foi ficando amigo. Aí ele viu que tem diferença entre brasileiro. E hoje em dia ele defende. Quando ele vê falando mal de brasileiro ele diz assim: “não é todos, tem os que vem pra cá pra trabalhar e ganhar seu dinheiro”. Mas tem um amigo meu que até hoje diz que brasileira é igual cartão de crédito, só quer gastar, gastar e gastar.

Mesmo ganhando um salário modesto de € 500 (cerca de R\$ 1.300), as condições financeiras de Cláudia são inegavelmente superiores às que ela tinha no Brasil. Graças ao Euro e à *Secú*, a Guiana Francesa possui a maior renda per capita de toda a América do Sul, com US\$ 20 mil (o equivalente a R\$ 37 mil) anuais, contra US\$ 11.700 (cerca de R\$ 23 mil) do

Brasil, segundo estatísticas de 2008 do Fundo Monetário Internacional. No entanto, os números guianenses ainda são bem diferentes da França continental, onde a renda média é de € 35 mil por ano (ou R\$ 92 mil) – quase duas vezes mais que a de um morador do DUF. Os valores podem ser ruins para um funcionário público francês, o tipo de profissional que só é atraído para a Guiana mediante a bônus especiais, mas interessantíssimos para os imigrantes de locais como o interior do Amapá ou o Haiti, um dos países mais pobres do mundo, com uma renda per capita anual de menos de US\$ 1.500, ou R\$ 3.000.

Benefícios sociais, uma vida em Euro e oportunidades de estudo e saúde. Olhando assim, fica fácil entender porque a tão anônima Guiana Francesa ocupa um lugar especial no imaginário de tantos homens e mulheres do interior do Norte do Brasil. Conseguir vistos de trabalho para receber ajuda familiar ou forjar documentos como certidões de nascimento se tornou prática comum entre todas as comunidades estrangeiras, e isso explica um pouco a política anti-imigração implementada nos dez anos de governo de Nicolas Sarkozy na França mergulhada no centro da crise econômica que atinge o bloco europeu desde 2008. Segundo a cónsul do Brasil em Caiena, “existe um esquema para receber auxílio pelos filhos”.

– Tem muito problema de guarda [infantil] porque uma pessoa que tá legal aqui ganha dinheiro por criança. Então os brasileiros fazem adoção falsa de criança para ganhar o benefício. Mas a criança nem fica aqui, ela volta pro Brasil e o fraudador racha o dinheiro com a família dela. Então tem muita adoção, tem muita guarda, mas não é tráfico de criança. A criança não vai a lugar nenhum, ela fica com os pais lá no Brasil. Mas eles simulam uma guarda, simulam uma vinda das crianças para ganhar o benefício da Previdência Social [a *Secú*].

Hoje, a *Securité Nationale* está ameaçada pelos planos de austeridade econômica discutidos pelo governo. Embora a Guiana Francesa certamente não seja a raiz do problema, o déficit da *Secú* chegou a € 18 bilhões em 2011 (o equivalente a R\$ 47 bilhões) – dos quais € 479 milhões (cerca de R\$ 1,3 bilhão) foram fraudados, cerca de 9,8% dos € 468 bilhões (o equivalente R\$ 1,3 trilhões) distribuídos pelos programas sociais daquele ano. O combate aos ilegais passa pelo chamado “buraco da *Secú*”

e mexe com o dia-a-dia de Alda, mas ela e tantos outros brasileiros ainda não pensam em voltar para o País.

– Apesar de que eu não tenho minha liberdade, eu me sinto em casa. Cheguei aqui e a Guiana me recebeu de braços abertos, graças a Deus! – conta com naturalidade, ignorando suas sete deportações no currículo – Não é só pelo dinheiro, sabe? Mas pelo lugar, eu gosto! Você vai ali na praia e não tem nenhum quiosque. Leva o teu isopor, tu leva teu suco, tu leva teu refrigerante e fica lá, sabe? Muitas pessoas dizem “ah, a Guiana não tem opção”. Não, a Guiana é boa. Não é bom pra quem quer muita orgia, muita fantasia... Mas pra quem quer mesmo trabalhar e construir alguma coisa, é diferente. Porque você faz as suas amizades, pega teu marido e pode ir num restaurante. Quer fazer comida em casa? Chama os amigos e faz um churrasco, faz uma feijoada. Eu gosto da Guiana, sabe? Já morei em Salvador, Brasília, Maranhão, Belém, eu conheço um bocado de estado no Brasil. Mas, pra morar, pra mim andar com minhas joias, sabe? Aqui é muito bom. Dizem assim “ah, tem muita violência”, porque matou pra roubar ou pra assaltar, mas é difícil você ouvir isso como você ouve no Brasil a cada minuto, a cada segundo, a cada instante. Aqui também é muito bom o trânsito. Pode passar trezentos carros, mas se passa uma pessoa eles param pra pessoa passar. Não é como no Brasil, que tem atropelamento, sabe? Sabe, eu acho que no Brasil precisa de uma lei do trânsito e de as pessoas serem mais respeitadas, nós ser humano, pedestre né? Por isso é que eu gosto da Guiana.

Não é por acaso que Alda e tantos outros preferem da Guiana Francesa ao País de seus filhos. Desde sempre, quando o Brasil pensa em Amazônia, pensa num imaginário estereotipado, sufocado pela mata fechada ou pela água abundante por todos os lados – um mundo no qual o cidadão parece prestes a criar guelras para respirar o ar úmido do tempo chuvoso retratado na música e na literatura do Norte. No entanto, a realidade de pessoas como as que encontramos em Caiena é bem diferente do amazona caipira e extrativista imaginado pelo resto do Brasil. Está, na verdade, num universo muito mais próximo do que imaginamos. Anseia pelo mesmo desenvolvimento vivido pelas regiões mais ao sul, mas em muitos casos só a encontra no tal território europeu às margens do

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

Oiapoque. Ensinados desde crianças sobre a grandeza do Brasil forte, responsável por destruir países vizinhos para sempre, como o Paraguai dos “brasiguaios” que de vez em quando aparecem no Jornal Nacional envolvidos em conflitos de terra, nos acostumamos a pensar que vivemos num país muito melhor do que o Suriname ou a longínqua Guiana Francesa. No entanto, para a maior parte das pessoas que conhecemos lá, isso simplesmente não é verdade.



ANEXO: Fotografias

Caribe ou Amazônia,
Europa ou América?
À direita, a praça Les
Palmistes no centro
de Caiena. Abaixo e
à esquerda, o porto
improvisado na margem
brasileira do Oiapoque, de
onde saem os barcos que
cruzam a fronteira entre
Brasil e França sob a ainda
não inaugurada ponte
até St. Georges, do lado
francês (abaixo e à direita)



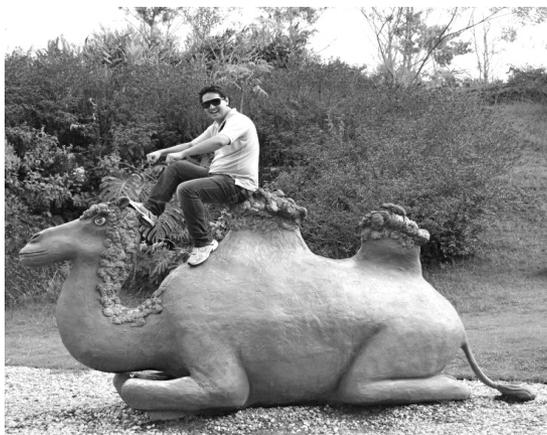
GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU



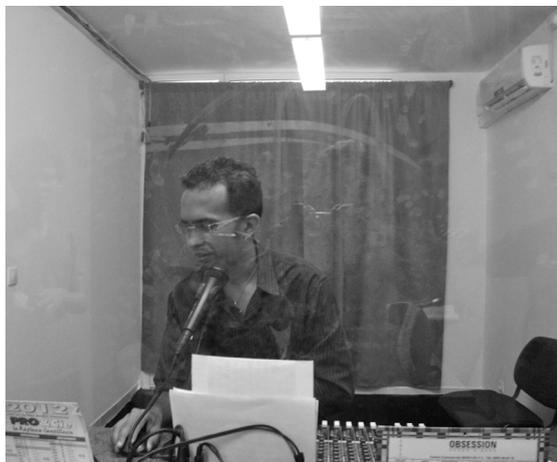
No Consulado-Geral do Brasil em Caiena (topo), Ana Lélia Beltrão (à esquerda) afirma que existe uma “cultura de violência” na Guiana Francesa, algo comprovado pelos carros adesivados com marcas de bala que circulam pelas ruas da capital (direita)



De imigrantes a empresários: Alda e José posam na porta da casa humilde na periferia de Caiena (esq.), Filipe se diverte em excursão no Brasil (dir.). Mais embaixo, Francinete se despede em frente ao seu restaurante (esq.) e Gilmar faz pose no balcão da churrascaria em que é gerente (dir.)



GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

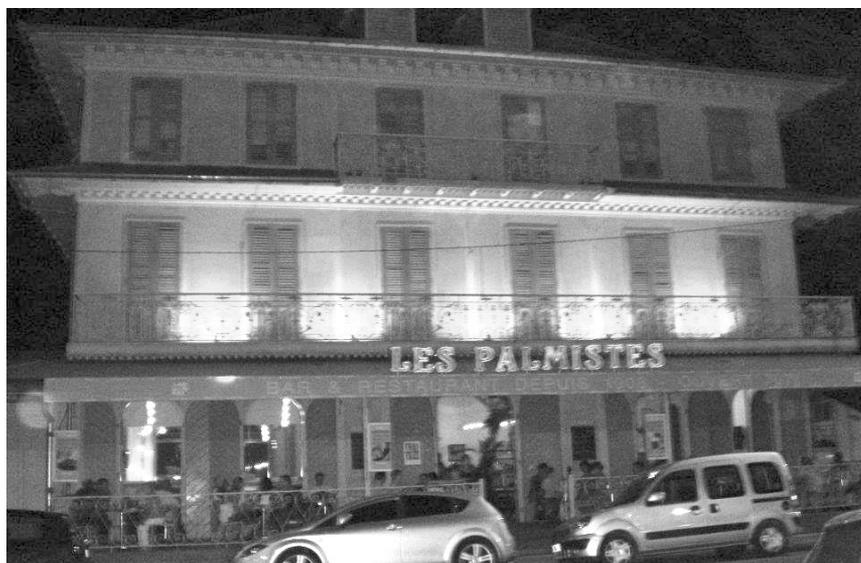


Acima, Borrachinha (careca, ao centro) encerra a roda de capoeira do grupo Shalom. À esquerda, o radialista Nonato Lima coordena sozinho o programa diário de três horas de duração por trás do vidro sujo no estúdio montado no térreo de um conjunto habitacional em Caiena



O custo de vida é alto na Guiana Francesa, onde uma cachaça de segunda chega a custar € 18 (R\$ 47, à esquerda). Mesmo assim, o que mais se vê pelas ruas estreitas da capital (dir.) são automóveis considerados de luxo para os padrões brasileiros. Abaixo, as antenas parabólicas mostram o caminho até a portinha que dá entrada a rádio *Jam FM*, onde Nonato comanda seu programa matinal

GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU



FACULDADE CÁSPER LÍBERO



De Macapá a Caiena, uma paisagem bem diferente. Na página à direita, o horizonte completa a atmosfera bucólica dos bares do Curiaú (acima), nos arredores de Macapá. Já na Guiana Francesa, o jazz ao vivo embala as noites do Les Palmites, em frente à praça principal da capital (abaixo). À esquerda, o Central Hotel se destaca na paisagem de poucos prédios no centro de Caiena (topo), onde circulam carros ainda não lançados no vizinho Brasil como o Nissan Juke (abaixo)



GUIANA FRANCESA A VIDA DOS BRASILEIROS NO VIZINHO EUROPEU

Bibliografia

- ALICINO, Rogério. *Clevelândia do Norte*. Guanabara, Editora do Exército, 1971.
- AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades*. Belém, NAEA/UFPA, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade - Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- BECHET, Camille. *L'immigration latino-américaine en Guayne: de la departamentalisation (1946) a nos jours*. Bordeaux, Université de Bordeaux, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. *A longa duração - História e as ciências sociais*. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- BURTON, Richard D.E. *French and West Indian: Martinique, Guadeloupe, and French Guiana Today (New World Studies)*. 1ª ed. Virginia, University of Virginia Press, 1995.
- CASTRO, Edna et al. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém, Cejup, 2001.
- CHARRIÈRÉ, Henri. *Papillon*. Lisboa, Bertrand Editora, 2009.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- KAWAMURA, Lili. *Para onde vão os brasileiros*. Campinas, Unicamp, 2003.
- LEONARDI, Vitor. *Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social*. São Paulo, Editora Marco Zero, 2001.
- LEWIS, Michael. *Bumerangue - Uma viagem pela economia do novo terceiro mundo*. Rio de Janeiro, Sextante, 2011.
- MAFFRE, Laurent. *L'Homme Qui S'Évada. Paris, Actes Sud*, 2006.
- MAM-LAM-FOUCK, Serge. *Historie générale de la Guyane Française - Les grands problèmes guyanais, permanence et évolution*. Ibis Rouge Éditions, 2002.
- MEIRA, Sílvio. *Fronteiras Sangrentas: heróis do Amapá*. Rio de Janeiro, Edi-

tora Do Autor, 1977.

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos. *Amapá de capitania a território*. Macapá, 1999.

PINTO, Manoel de Jesus Souza. *O Fetiche do Emprego*. São Paulo, Iglu Editora, 2011.

POLICE, Gérard. *Eudorado: Les discours brésilien sur la Guyane Française*. Ibis Rouge Éditions, 2010.

PORTO, Jadson. *Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar*. Vol 7. Rio de Janeiro: CCEJ, UFRJ, 2007.

RAWLS John. *Uma teoria da Justiça*. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

REDFIELD, Peter. *Space in the Tropics: From Convicts to Rockets in French Guiana*. 1ª ed. Berkley, University of California Press, 2000.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Record, 1968.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites de demarcações na Amazônia brasileira*. Vol 2. Belém, SECULT, 1993.

SPIELER, Miranda Frances. *Empire and Underworld: Captivity in French Guiana (Harvard Historical Studies)*. Massachusetts, Harvard University Press, 2012.

TOTH, Stephen A. *Beyond Papillon: The French Overseas Penal Colonies, 1854 to 1952*. Nebraska, University of Nebraska, 2006.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS, DOCUMENTOS, ESTATÍSTICAS OFICIAIS E FILMES

ALMEIDA, Jaqueline. *Caiena deporta 500 brasileiros em 5 meses*. O Liberal, Belém, ano LIX, n. 31.067, 2005.

BELLOS, Alex. *Illegal, polluting and dangerous: the gold rush in French Guiana*. The Guardian, Oiapoque, 2007.

BOUCON. *Le régime français de sécurité sociale. Les Parias de la Guyane*. (panfleto guianense de oposição à colônia penal), sem data.

CENTRE DES LIAISONS EUROPPÉENNES ET INTERNATIONALES DE SÉCURITÉ SOCIALE (CLEISS). *Le régime français de sécurité*

sociale. Sem data.

CENTRE DES LIAISONS EUROPÉENNES ET INTERNATIONALES DE SÉCURITÉ SOCIALE (CLEISS). *Rapport Statistique*, 2010.

DIAS, Tatiane. *Brasileiros enriquecem em euros*. Sair do Brasil, São Paulo, 2008.

EVA, Maués. *Euro seduz mulher brasileira em Caiena*. O Liberal, Belém, 2005.

LECLERC, Jacques. *Guyane in language planning in the world*. Quebec, TLFQ, Université Laval.

LUZ, Luiz Gustavo. *Ganhando a vida em Euros*. Programa Globo Repórter, Caiena, (sem data).

MACHADO, Ismael. *Decifra-me ou te devoro: o enigma amazônico*. Observatório da imprensa, edição 694, ano 17, n. 718, 2012.

MINISTÈRE DE LA JUSTICE. *Compte général de l'administration de la justice criminelle (Balanços do Ministério da Justiça francês sobre os índices de criminalidade da França e Guiana Francesa)*, sem data.

MOORE, Michael. *Sicko - \$O\$ Saúde*. 2007.

NAÇÕES UNIDAS. *Os direitos dos trabalhadores migrantes*. Série das Nações Unidas, n. 24, 2002.

PAGANOTTI, Ivan. *Periferia da Europa*. Revista Problemas Brasileiros, São Paulo, edição 371, 2005.

ROMANI, Carlo. *Clevelândia (Oiapoque): colônia penal ou campo de concentração*. Revista Verve. São Paulo: O Programa, n. 4, 2003.

SCHAFFNER, Franklin J. *Papillon*. Columbia Pictures. 1973.